Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Renata Carla Zampronio

Jovens venezuelanas na Região Metropolitana de São Paulo: práticas contra-hegemônicas no trabalho

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo
2024

Renata Carla Zampronio

Jovens venezuelanas na Região Metropolitana de São Paulo: práticas contra-hegemônicas no trabalho

Mestrado em Ciências Sociais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação da Profª Drª Silvia Helena Simões Borelli.

São Paulo

2024

BANCA EXAMINADORA

_____

_____

_____

À minha esposa e parceira, Amanda, e ao meu filho, Tomás, que sempre estão ao meu lado e são os maiores incentivadores nas aventuras da vida.

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, processo n.º 131774/2021-2.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa e parceira de vida, Amanda, que sempre esteve ao meu lado, apoiando-me nas decisões difíceis e vibrando junto nas conquistas.

Ao meu filho Tomás, que nasceu no meio dessa trajetória e foi a experiência mais transformadora que vivi, um chamado para seguir nessa luta.

À Professora Drª Silvia Helena Simões Borelli, orientadora desta dissertação, que me guiou pacientemente durante todo o mestrado e sempre me apoiou em todos os aspectos da minha vida com sábias palavras.

À Professora Drª Simone Luci Pereira, por me inspirar com suas colocações nas reuniões do grupo de pesquisa e conselhos acertados. Agradeço também pelas recomendações compartilhadas na banca qualificadora, trazendo clareza para a conclusão desta dissertação.

Ao Professor Dr. Guilherme Simões Gomes Júnior, pela leitura atenciosa e pelos direcionamentos apontados no Exame de Qualificação, que enriqueceram esta pesquisa.

Às professoras e aos professores do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, pelas aulas ministradas com carinho e respeito.

À minha família, especialmente meus pais, pelo incentivo e amor incondicional, e por serem parte da minha rede de apoio.

Aos meus colegas e amigos Maria, André e Suzane, pelas conversas e trocas, que me enriqueceram e me acolheram nessa nova vida acadêmica.

Aos meus colegas e amigos do grupo de pesquisa Jovens Urbanos, que foram fundamentais e uma inspiração para as minhas primeiras vivências como pesquisadora acadêmica.

Principalmente, a todas as entrevistadas, por compartilharem suas vidas e narrativas comigo. Foram momentos especiais, entre lágrimas e risos, de muita cumplicidade entre mulheres. Agradeço por essa oportunidade que me proporcionaram.

RESUMO

ZAMPRONIO, Renata Carla. **Jovens venezuelanas na Região Metropolitana de São Paulo:** práticas contra-hegemônicas no trabalho. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, 2024.

Ainda predomina, atualmente, a lógica binária que associa o masculino ao mundo público e o feminino ao privado/doméstico, resultando em desigualdades para as mulheres no ambiente do trabalho. Maior responsabilidade recai sobre as mulheres pelos trabalhos não remunerados doméstico e do cuidado, dedicando 9,6 horas por semana a mais que os homens a essas atividades (IBGE/ PNAD, 2023). No ambiente organizacional, a presença de homens em cargos de liderança não causa estranhamento, já que as características valorizadas são aquelas tradicionalmente atreladas ao masculino – como racionalidade e força. Compreendendo que as práticas do cotidiano no trabalho refletem essa cultura, a presente dissertação tem como objetivo buscar práticas outras que escapem desse binarismo hegemônico. Assim, além de focar jovens mulheres, buscou uma interseccionalidade (Crenshaw, 1989) que destacasse agentes sistematicamente invisibilizados, como a pessoa em condição de refúgio e migrante e a juventude. Dessa forma, a pesquisa delimitou-se ao perfil de jovens venezuelanas que possuem um negócio próprio na Região Metropolitana de São Paulo. Para tanto, adotou-se a maneira do “fazer com” para identificar as astúcias (Certeau, 1998) e as dimensões da economia criativa (Leitão, 2023) que contribuem para um desenvolvimento inclusivo e igualitário. Como protocolo metodológico, foram utilizados a entrevista semiestruturada em profundidade e o acompanhamento de redes sociais digitais. Os resultados encontrados reforçam as tensões experienciadas por essas mulheres, com práticas que exemplificam a precarização das condições de trabalho e de vida. No entanto, também se destacam práticas que valorizam suas identidades e trajetórias, assim como dimensões coletivas e a formação de redes colaborativas.

Palavras-chave: Jovens mulheres migrantes; trabalho; práticas contra-hegemônicas; Venezuela.

ABSTRACT

ZAMPRONIO, Renata Carla. **Young Venezuelan women in the São Paulo Metropolitan Region:** counter-hegemonic practices at work. Dissertation (Social Sciences Master's degree) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

Currently, the binary logic that associates the masculine with the public sphere and the feminine with the private realm still prevails, resulting in inequalities for women in the workplace. Greater responsibility falls on women for unpaid domestic and care work, dedicating 9.6 hours per week more than men (IBGE/PNAD, 2023). In the organizational environment, men in leadership positions are not surprising, since the valued characteristics are traditionally associated with masculinity – such as rationality and strength. Understanding that everyday practices at work reflect this culture, this dissertation aims to seek other practices that escape this hegemonic opposition. Thus, in addition to focusing on young women, an intersectional approach (Crenshaw, 1989) was sought to highlight systematically invisible agents, such as refugees, migrants, and youth. Therefore, the research was limited to the profile of young Venezuelan women who own small businesses in the Metropolitan Region of São Paulo. To this end, the approach of assessing their "style" was adopted to identify the tactics (Certeau, 1998) and dimensions of the creative economy (Leitão, 2023) that contribute to inclusive and equitable development. As a methodological protocol, in-depth semi-structured interviews and monitoring of digital social networks were used. The results found reinforce the tensions experienced by these women, with practices that exemplify the precariousness of working and living conditions. However, some practices value their identities, trajectories, collective dimensions, and the formation of collaborative networks.

Keywords: Young migrant women; labor; counter-hegemonic practices; Venezuela.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorias MAXQDA..... 22

Tabela 2 – Principais informações das entrevistadas e de seus negócios próprios..... 24

Tabela 3 – Rendimento médio mensal, por sexo e atividade, em 1960. Pessoas com 10 anos ou mais, Brasil..... 45

Tabela 4 – Principais ocupações exercidas por mulheres imigrantes e refugiadas, no Brasil, em 2020, no mercado de trabalho formal..... 54

Tabela 5 – Principais ocupações exercidas por homens imigrantes e refugiados, no Brasil, em 2020, no mercado de trabalho formal..... 54

Tabela 6 – Instituições que apoiam pessoas na condição de refúgio e imigrantes das quais as entrevistadas receberam alguma ajuda..... 99

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 – Mapa da Venezuela com os estados em que as entrevistadas nasceram..... 24

Figura 2 – Peça de comunicação com erros ortográficos..... 61

Figura 3 – Peça de comunicação com falso cognato.....62

Figura 4 – Peça de comunicação com uso incorreto de símbolo de preço..... 62

Figura 5 – Peça de comunicação sobre oferta de degustação de comida típica para empresas.....73

Figura 6 – Peça de comunicação sobre a importância da banana na culinária da Venezuela.....77

Figura 7 – Peça de comunicação da “coxinha de morango”.....80

Figura 8 – Transmissão ao vivo realizada por uma das entrevistadas e sua filha pelo Instagram..... 89

Figura 9 – Detalhamento dos perfis que interagiram com *like* em post do perfil comercial de uma das entrevistadas.....94

Figura 10 – Reels sobre curso realizado pelas organizações Aventura de Construir e Casa Venezuela..... 98

Figura 11 – Post da entrevistada dando aula de confeitaria em ONG.....102

Gráfico 1 – Taxa de atividade das mulheres por faixa etária em 1970..... 46

Gráfico 2 – Taxa de atividade das mulheres por faixa etária em 2007..... 46

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... 12

1 AS JOVENS MIGRANTES: FLUXOS MIGRATÓRIOS E INSERÇÃO LABORAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO..... 29
1.1 Movimentos migratórios: Região Metropolitana de São Paulo..... 29
1.2 Imigrantes no mundo do trabalho: xenofobia e impactos..... 38
1.3 Mulheres migrantes: desigualdades no âmbito laboral..... 44

2 ATRAVESSAMENTOS DO CONTEXTO NAS PRÁTICAS DE TRABALHO..... 56
2.1 Em busca de saídas: legitimação e criação de capitais.....56
2.2 Trabalho precário e divisão sexual do trabalho.....64
2.3 Identidade venezuelana: a procura de visibilidade..... 71

3 DIMENSÕES CONTRA-HEGEMÔNICAS NO DIA A DIA LABORAL.....78
3.1 Transculturação..... 78
3.2 Cozinhar e costurar como práticas artesanais..... 83
3.3 Construção de comunidades-redes..... 88

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....103

REFERÊNCIAS.....107

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa originou-se de questionamentos que surgiram durante uma experiência profissional no ambiente corporativo, na qual determinados atributos eram essenciais para alcançar o ideal de liderança promovido pelas organizações. Nesse contexto, a maioria dos líderes eram homens brancos, e as qualidades desejadas estavam vinculadas às habilidades individuais, como a capacidade de resolver problemas, tomar decisões baseadas em análises e fatos e na construção de um pensamento racional. Além disso, esperava-se que esses líderes fossem resilientes e soubessem administrar suas emoções. Curiosamente, uma mulher que chorasse no ambiente de trabalho era vista como uma pessoa sem controle emocional, enquanto um homem que gritasse em uma reunião era frequentemente considerado um exemplo de assertividade em suas opiniões.

Segundo Sorj (2019), a sociedade moderna atribuiu uma moral racional à esfera pública, na qual as organizações estão inseridas, resultando na exclusão de indivíduos morais diferentes. Além disso, essa racionalidade não abrange aspectos como sentimentos, empatia e afetividade, que são considerados inferiores, “manifestações irracionais”. Como as mulheres são atreladas, em abordagens de senso comum, a esses últimos atributos, elas foram relegadas à esfera doméstica. Assim, para ingressar no mundo público, a elas seria exigido abandonar essa identidade particular e adotar uma baseada nessa racionalidade. A autora ainda ressalta a importância de combater essa oposição binária entre feminino e masculino na sociedade e valorizar múltiplas identidades e diferenças.

Essa dicotomia – razão oposta a afeto – também se manifesta no aspecto da liderança dentro das organizações empresariais. Conforme estudo realizado por Medina-Vincent (2019) sobre os principais livros populares atuais que abordam o tema de liderança em organizações dirigidos às mulheres, observou-se que eles perpetuam essa visão essencialista e excludente. Mesmo com a presença de mulheres nos ambientes empresariais, isso não se traduziria automaticamente em maior equidade nas relações; ao contrário, perpetua a desigualdade, ancorada na divisão sexual do trabalho.

É possível considerar que esse binarismo constitui a forma hegemônica do que é valorizado nas esferas pública e privada, privilegiando o masculino no contexto do trabalho e o feminino no âmbito doméstico, resultando em diversas

desigualdades na divisão sexual do trabalho. Isso se reflete desde a maior responsabilidade atribuída às mulheres pelos afazeres de casa e pelo cuidado de pessoas, até a sua marginalização em ocupações e atividades menos valorizadas, o que resulta em menores remunerações. No Brasil, as mulheres dedicam 9,6 horas por semana a mais do que os homens em serviços não remunerados, como atividades domésticas e cuidado com pessoas, e a remuneração média das mulheres é 21,5% menor que a do homem (IBGE/ PNAD, 2023).

Assim, o objetivo desta dissertação é buscar outras práticas de liderança no trabalho capazes de escapar desse binarismo e se aproximar de alternativas que desconstruam essa relação hierárquica, e não projetem inversão dela. Isso se relaciona com o conceito de “entre-lugar” (Cámara, 2021), no qual relações binárias e hierárquicas criam um centro e uma periferia e, consequentemente, silenciam e reprimem outras narrativas possíveis. Portanto, problematizar tais construções e propor novas articulações contribui para uma maior diversidade e pluralidade de práticas e protagonismos. A proposta deste estudo é identificar práticas que promovam um desenvolvimento inclusivo e equitativo dentro da comunidade como um todo, guiado por diversas teorias e conceitos que dialogam com a identificação de práticas contra-hegemônicas.

Para iniciar, esta pesquisa foca em práticas de liderança realizadas apenas por mulheres. Essa abordagem é baseada na proposta de Josefine Ludmer (Fumagalli, 2021), que sugere a recusa no tratamento de temas que são tradicionalmente atribuídos às mulheres na literatura, como a dor e a paixão, e procurar por temas como ciência e política. Dado que o estereótipo dominante de liderança no trabalho está associado à figura masculina, esta dissertação concentra-se na busca de outras práticas de liderança realizadas por mulheres.

Ludmer também formula o conceito de “truques dos fracos”[1], referindo-se a ferramentas usadas por sujeitos em condições subalternas para interagir com o dominante, permitindo-lhes navegar por territórios adversos. Esse termo surgiu da análise que a autora fez da carta pública de sóror Joana Inés de la Cruz, na qual ela refuta as acusações de um bispo que desqualificava sua escrita. Ludmer identifica uma combinação entre o aceitar o lugar subalterno e o truque, como “não dizer, mas saber” ou “dizer que não sabe e saber”. Por exemplo, na carta, sóror Joana afirma

[1] Tradução nossa. O termo em espanhol é “*tretas del débil*”.

que estuda não para adquirir conhecimento ou escrever, mas para ignorar menos, ou quando se queixa de ter apenas livros mudos como professores (Ludmer, 1985). Assim, a partir do lugar atribuído, não apenas o significado desse lugar é transformado, mas também o significado daquilo que nele está estabelecido. No contexto desta dissertação, isso se refere à dirigir o olhar da investigação para as mulheres que trabalham em nichos ocupacionais considerados femininos, como cozinhar e costurar. A partir desses espaços atribuídos às mulheres, busca-se compreender as práticas de liderança exercidas por elas, um possível resultado dos "truques dos fracos".

Ainda que Ludmer não explicite (Fumagalli, 2021), há uma relação direta com a discussão de Certeau (1998) sobre a agência dos subalternos dentro dos espaços permitidos, as práticas cotidianas. O autor afirma que diante da posição restrita em que se encontra, o fraco age com tática:

> Aproveita as "ocasiões" e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. [...] Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (Certeau, 1998, p. 100-101).

Nessa relação entre tática e astúcia, Certeau afirma que as ações dos mais fracos seguem outra lógica, criam espaços no território na maneira do "fazer com". Ele ilustra essa luta do cotidiano com o exemplo dos magrebinos e sua maneira de viver e falar fora da sua região natal:

> Assim, as "maneiras" de habitar (uma casa ou uma língua) próprias de sua Kabília natal, o magrebino que mora em Paris ou Roubaix as insinua no sistema que lhe é imposto na construção de um conjunto residencial popular ou no francês. Ele os superimpõe e, por essa combinação, cria para si um espaço de jogo para maneira de utilizar à ordem imposta do lugar ou da língua. Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura pluralidade e criatividade (Certeau, 1998, p. 92-93).

Nesse jogo descrito por Certeau estão as práticas do cotidiano que possuem outro sentido; elas não se refletem nas estatísticas, pois estão na forma, nas maneiras de agir. Essas práticas representam as microrresistências que os mais fracos utilizam para conseguir pequenas liberdades de fazer funcionar as suas próprias representações em outro registro. Dessa maneira, alteram o campo em que estão inseridos, não pela rejeição ou modificação das leis desse sistema, mas pelo

modo de uso, apropriação, consumo. Assim, “conservavam a sua diferença no próprio espaço organizado pelo ocupante” (Certeau, 1998, p. 94-95). Portanto, o foco das práticas observadas nesta pesquisa está nesse “fazer com”, no estilo empregado por essas mulheres no ambiente de trabalho.

Para orientar a busca de outras maneiras de “fazer com” no ambiente de trabalho, são empregados elementos contidos na denominada “economia criativa” proposta por Leitão (2023a), que enfatiza a criação de redes e comunidades voltadas para a emancipação e o desenvolvimento com envolvimento. Incluindo todas as formas de vida na Terra, as marginalizadas, como os povos originários e quilombolas, bem como os animais e as plantas (Krenak, 2020). Assim, os valores a serem identificados apresentam dimensões coletivas e uma valorização do outro.

Além disso, parte-se do pressuposto de que a liderança no ambiente de trabalho é compreendida como as práticas de seu cotidiano, as quais podem ser consideradas produções culturais. Seguindo essa premissa e tomando como guia a pesquisa realizada por García-Canclini (1990) sobre a produção cultural popular – com ênfase para as “culturas híbridas" –, supõe-se que as práticas identificadas não apenas apresentem uma oposição ao dominante, mas também estejam cercadas de conflitos e tensões, uma vez que não há como operar fora do sistema vigente. Por exemplo, espera-se observar que as mulheres tenham maiores responsabilidades pelas atividades domésticas e pelo cuidado de pessoas, impactando diretamente a sua disponibilidade para exercer outros trabalhos remunerados.

Ainda de acordo com García-Canclini (1990), a produção cultural popular não é simplesmente uma reprodução do hegemônico, nem pode ser entendida na sua totalidade como uma manifestação de autonomia criativa dos grupos subalternos. Para o autor, o processo é mais complexo, e a cultura popular – produtores e usuários – apresentam certa iniciativa e poder de resistência, sempre dentro de uma interação contraditória com os grupos hegemônicos.

Esse aspecto de práticas contra-hegemônicas também é abordado por Hall (2013) em relação à cultura popular. De acordo com o autor, se por um lado há aspectos de homogeneização do dominante na cultura popular, como a mercantilização, que, no contexto desta dissertação, refere-se às práticas que seguem as forças econômicas, por outro, também é um lugar de contestação. Ele destaca a complexidade nesse campo, que está repleto de repertórios e envolve

disputas e negociações entre os subalternos e o dominante, corroborando a perspectiva de García-Canclini (1990) mencionada anteriormente.

Quanto à definição das participantes desta dissertação, conforme hooks (2019), focar em mulheres que ocupam cargos bem remunerados, enquanto a maioria está em empregos de baixa remuneração que não garantem autossuficiência, reforçaria o sistema vigente de exploração de pessoas subalternas e de seus valores. Assim, nesta pesquisa, busca-se evitar os ambientes das grandes corporações, concentrando a atenção em mulheres das classes populares que trabalham por conta própria, tenham um empreendimento, pois são elas as principais responsáveis pela definição das atividades cotidianas exercidas nesses ambientes.

Cabe ressaltar que o conceito de empreendedorismo adotado nesta dissertação segue a reflexão de Lima (2010), que o considera como uma reinterpretação do trabalho informal e uma estratégia de sobrevivência para os excluídos do mercado formal de trabalho. Lima reforça que o discurso em torno da figura do empreendedor está associado a uma maior autonomia e flexibilidade, sendo considerado o único caminho para a emancipação sob uma perspectiva individualista. Esse processo teve início no fim da década de 1980 e nos anos 1990, quando:

> […] o crescimento da informalidade nos países centrais, interpretado como consequência da reestruturação econômica, produto da desindustrialização, da terceirização, do aumento do desemprego e crescimento da imigração. Do caráter de atividade própria de países subdesenvolvidos, a informalidade começou a ser analisada dentro das redes étnicas de integração de imigrantes, legais e ilegais, e formas de rebaixamento de custos de atividades industriais e comerciais nas grandes cidades (Lima, 2010, p. 173).

Portanto, o empreendedorismo surge como uma resposta a essas transformações que aumentaram a precarização do trabalho, a informalidade e o desemprego. No Brasil, a partir dos anos 1990, foram implementados programas estatais de incentivo ao pequeno negócio como solução para esse contexto, mas sem sucesso. Além disso, segundo o discurso hegemônico, o fracasso é atribuído ao trabalhador, ao indivíduo.

Com o objetivo de promover a presença de outras práticas, a pesquisa se situa em uma zona de contato (Pratt, 1999a, p. 14), definida como “faixas

fronteiriças, como locais de uma permanente interação crítica e inventiva com a cultura dominante, como zonas de contato permeáveis através das quais as significações se movem em muitas direções". Nesse sentido, optou-se por investigar as práticas realizadas por mulheres migrantes, especificamente, venezuelanas, cujas interações e ações com a comunidade local se alinham à definição de Pratt. Além disso, a luta migrante abrange uma dimensão plural, dada a complexidade dos diversos aspectos sócio-históricos, étnico-raciais e territoriais que cada fluxo representa (Varela-Huerta, 2015). É importante destacar, também, que esse fluxo migratório é atualmente o mais expressivo no continente sul-americano e o maior a ingressar no Brasil (SISMIGRA, c.2024; STI-MAR, c.2024).

Vale ressaltar que, no âmbito laboral, as mulheres na condição de refúgio e imigrantes enfrentam diversas desigualdades. Aquelas que conseguem se inserir no mercado formal têm uma baixa remuneração, abaixo da média nacional. Em 2020, as venezuelanas que trabalhavam no mercado formal receberam cerca de R$ 1.631,27 ao mês, 55% a menos que a média salarial no Brasil, de R$ 3.626,00, sob condições comparáveis (Brasil, c.2024a). A falta de políticas públicas para a inserção laboral resulta em muitas mulheres trabalhando na informalidade ou por conta própria.

Conforme apontado por Zanforlin e do Amaral (2019), ante as dificuldades da inserção laboral, empreender pode ser uma alternativa para o migrante que envolva o uso de atributos pessoais e culturais de seu país de origem, transformando a sua própria narrativa em "produto", e oferecendo à comunidade local uma experiência diferenciada com aspectos de apelo a uma causa humanitária.

Um recorte adicional considerado nesta dissertação é a juventude, que, de acordo com García-Canclini, Cruces e Pozo (2012), representa uma posição desde e por meio da qual as mudanças culturais e sociais são experimentadas e vivenciadas. As ações sociais e coletivas dos jovens refletem, portanto, as novas dinâmicas presentes em seu ambiente. Ressalta-se também a predisposição dos jovens à novidade e à inovação, uma vez que as novas gerações frequentemente se constroem em relação à anterior, buscando superar as conquistas passadas (Bourdieu, 2002). Ademais, Reguillo (1999) destaca como a agência do indivíduo jovem também está marcada por tensões e negociações, assim como a agência do subalterno, em uma sociedade caracterizada pelo adultocentrismo. Segundo a autora:

> Os jovens como sujeito social constituem um universo social mutável e descontínuo cujas características são o resultado de uma negociação-tensão entre a categoria sociocultural atribuída pela sociedade particular e a atualização subjetiva que os sujeitos concretos realizam a partir da interiorização diferenciada dos esquemas da cultura vigente (Reguillo, 1999, p. 50).

Nesta dissertação, amplia-se essa discussão para a esfera do trabalho, explorando, por exemplo, a grande adoção das plataformas digitais na construção de redes pelas jovens.

Além disso, Vommaro (2014) destaca a diferença entre gerações ao analisar as formas de participação política dos jovens. Inicialmente, eles eram considerados desinteressados, apáticos e sem compromisso com a política. No entanto, essa atitude era em relação às práticas políticas institucionalizadas tradicionais. Outras formas de estar juntos, de exercer política e de se relacionar com o público foram propostas pelos jovens, ressaltando a importância de não naturalizar nenhuma característica e de considerar os diversos cruzamentos de categorias e contextos, como sexo, classe e território. Assim, não é possível falar de juventude no singular, mas de juventudes no plural, um aspecto também apontado por Feixa (1996) sobre a presença de microculturas que variam conforme os contextos sociais. Portanto, é necessário focar nas diversas vozes juvenis.

Concluindo a delimitação desta pesquisa, considerou-se apenas o território da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). No qual a capital paulista configurou a quarta cidade com mais registros de venezuelanos e venezuelanas no Brasil durante a década de 2010, e mesmo nos primeiros anos de 2020 ela se mantém como a quinta maior cidade (OBMigra, 2024) de acolhida aos venezuelanos. É importante destacar que o principal trajeto realizado por esse movimento migratório é pelo Norte do país, cruzando a fronteira terrestre entre as cidades de Santa Elena de Uairén e Pacaraima (Baeninger; Demétrio; Fernandes; Domeniconi, 2021).

Assim, o objetivo principal desta dissertação é analisar as práticas cotidianas no trabalho de jovens mulheres imigrantes venezuelanas com ênfase para a busca de aspectos contra-hegemônicos na Região Metropolitana de São Paulo. Reconhece-se que práticas alinhadas aos valores hegemônicos também estão presentes – como a maior responsabilidade para as mulheres quanto ao cuidado dos filhos e a marginalização delas em trabalhos com condições precárias –, e que é

na interação dessas sujeitas com o campo dominante que práticas outras surgem na maneira como exercem suas agências. Os objetivos específicos são:

● diagnosticar e interpretar os contextos estruturais referentes às questões migratórias, da mulher e do trabalho;

● identificar e analisar as astúcias presentes nas práticas cotidianas do trabalho dessas sujeitas, no relacionamento com os outros que as cercam, desde clientes até a comunidade na qual estão inseridas, e na forma como lidam com desafios;

● compreender como as sujeitas da pesquisa enfrentam, na vida profissional cotidiana, o preconceito e as tensões de viver em uma sociedade marcada por barreiras contra a mulher, os/as imigrantes e as pessoas na condição de refúgio;

● compreender a interação com o seu meio, se utilizam redes de apoio e qual o envolvimento com a comunidade ou instituições;

● contribuir para a construção de dados e análises das ações dessas sujeitas no contexto da pandemia global da Covid-19.

Percurso metodológico e apresentação das entrevistadas

Para a perspectiva metodológica, optou-se por adotar uma pesquisa qualitativa, visando produzir novos discursos e narrativas que transcendam a dicotomia das ações e das estruturas (Alvarado; Borelli; Vommaro, 2012). A pesquisa envolve entrevistas semiestruturadas em profundidade e acompanhamento dos perfis comerciais nas plataformas digitais. Segundo Hammersley e Atkinson (2019), os conteúdos criados para essas redes sociais refletem valores pessoais e culturais, além de construir e expressar individualidades e identidade. Eles também registram relações sociais e versões da realidade social. Portanto, essas plataformas são fontes de informação que merecem atenção, especialmente considerando os objetivos desta dissertação.

De acordo com os autores mencionados, a presença do etnógrafo sempre traz implicações nos dados coletados; em outras palavras, nas respostas das entrevistadas a entrevistadora também se encontra presente. Por exemplo, elas podem se sentir “falando para a posteridade”, e isso ter um efeito sobre o que elas falam e a maneira como falam. Portanto, alguns cuidados foram tomados no trabalho de campo para minimizar esse impacto. Por exemplo, buscou-se estabelecer um vínculo, uma conexão prévia com as entrevistadas,

preferencialmente de forma presencial. A autora desta dissertação, que conduziu todas as entrevistas, nunca mencionou que havia morado na Venezuela para que as entrevistadas narrassem suas histórias de acordo com suas próprias perspectivas, sem se preocupar em relacioná-las com as experiências da entrevistadora. No entanto, esse conhecimento prévio foi valioso para compreender as entrevistadas, já que as venezuelanas frequentemente empregavam palavras em espanhol em seus discursos.

Para as etapas de organização, codificação e análise das informações coletadas no trabalho de campo, foram utilizadas algumas ferramentas para facilitar a manipulação dos dados qualitativos. O aplicativo Escriba[2], que realiza transcrição de áudios com a ajuda de inteligência artificial, mostrou-se bastante confiável, especialmente por detectar a mudança de idioma entre português e espanhol nas falas das entrevistadas. Vale ressaltar que a reprodução dos depoimentos das entrevistadas apresentados nesta dissertação, na maioria, respeita exatamente a forma como os fatos foram narrados, mantendo as palavras ditas em espanhol sem tradução. Algumas palavras foram traduzidas para o português apenas quando a compreensão ficou comprometida sem esse auxílio.

O processo de codificação foi inicialmente realizado pelo *software* MAXQDA[3], com um refinamento posterior utilizando as planilhas geradas pelo software. Esse *software* permite a importação de diversos tipos de arquivos, como textos, áudios, vídeos e imagens, facilitando a análise qualitativa dos dados.

As etapas seguidas para analisar as narrativas basearam-se na proposta de Schütze (Bauer; Gaskell, 2017, p. 106), que consiste em seis passos: uma transcrição detalhada, divisão do texto em material indexado e não indexado, ordenamento dos materiais indexados, investigação dos materiais não indexados, comparação entre as trajetórias individuais e identificação de trajetórias coletivas. Segundo o modelo de Schütze, as proposições indexadas referem-se a informações que respondem a perguntas concretas sobre quem fez o quê, quando, onde e por quê.

[2] O aplicativo Escriba encontra-se disponível pelo site escriba.app, sendo desenvolvido pela organização jornalística Aos Fatos, que se dedica à investigação de campanhas de desinformação e à checagem de fatos.

[3] O MAXQDA é um *software* acadêmico para análise de dados qualitativos e métodos mistos de pesquisa. Encontra-se disponível pelo site https://www.maxqda.com/pt.

Para esta dissertação, foram criadas quatro categorias (Tabela 1) para esse tipo de informação: Vida antes de migrar, Processo migratório, Vida inicial no Brasil e Vida profissional. A organização cronológica desses dados para cada sujeita em cada categoria resulta nas chamadas “trajetórias”. Já os materiais não indexados, vão além dos acontecimentos e expressam valores, juízos e toda forma de uma generalizada “sabedoria de vida’”.

De acordo com as temáticas abordadas nesta dissertação, foram criadas cinco categorias (Tabela 1) para os saberes da vida: Ser mulher na Venezuela, Ser da Venezuela, Sobre os brasileiros, Práticas do cotidiano no Brasil e Trabalho/ Negócio próprio. A última categoria foi subdividida em: Cliente e Canais de venda, Práticas do cotidiano, Diferencial do negócio próprio, Visão e sentimentos sobre o negócio próprio e Pandemia. Após essa classificação, realizou-se a comparação desse material com os referenciais teóricos, buscando compreender os elementos presentes nas narrativas. A análise foi finalizada com a comparação entre as trajetórias e a possível identificação de trajetórias coletivas.

Cabe ressaltar que, devido ao número limitado de entrevistadas nesta dissertação, não será possível concluir nenhuma tendência geral do contexto ou novos achados definitivos. Mas, conforme mencionado, o objetivo é retratar outras narrativas, fugindo do binarismo hegemônico que massifica, uniformiza.

Em relação aos materiais obtidos nos perfis comerciais das empreendedoras nas redes sociais *online*, como Instagram e Facebook, conforme argumentado por Hammersley e Atkinson (2019), as atividades cotidianas envolvem cada vez mais tecnologias digitais, o que as torna um lugar para observar as ações sociais. Além disso, qualquer documento deve ser interpretado considerando que são construídos, revelam informações sobre os seus autores e processos de produção. Assim, as informações provenientes das plataformas digitais foram utilizadas como evidências que dialogam com os dados encontrados nas entrevistas, servindo ora como uma triangulação para checagem das informações, ora como exemplos adicionais das práticas observadas nas entrevistas.

Tabela 1 – Categorias MAXQDA

Tipo de material	Categorias	Subcategorias
Indexado/Trajetórias	Vida antes de migrar	
	Processo migratório	
	Vida inicial no Brasil	
	Vida profissional	
Não indexado/ Saberes da vida	Ser mulher na Venezuela	
	Ser da Venezuela	
	Sobre os brasileiros	
	Práticas do cotidiano no Brasil	
	Trabalho/Negócio próprio	Clientes/ Canais de venda
		Práticas do cotidiano
		Diferencial do negócio próprio
		Visão e sentimentos sobre o negócio próprio
		Pandemia

Elaborado pela autora.

No que diz respeito ao caminho percorrido até o encontro das entrevistadas, diversas abordagens foram adotadas, utilizando tanto recursos virtuais quanto presenciais, estabelecendo uma teia composta de imigrantes e organizações engajadas na questão migratória. A pesquisa empregou a metodologia de amostragem de casos conforme delineada por Hammersley e Atkinson (2019), em que nas fases iniciais os critérios de seleção dos casos não são completamente claros devido à falta de conhecimento sobre as possibilidades dos casos existentes, com informações sobre os possíveis cenários ainda sendo coletadas.

Inicialmente, a busca concentrou-se em mulheres imigrantes com negócios próprios, bem como instituições dedicadas à temática migratória. À medida que a pesquisa avançou, a migração venezuelana e a prática do cozinhar emergiram como elementos cada vez mais proeminentes, sendo posteriormente incorporados como critérios para a seleção do corpus desta dissertação. Além disso, foram utilizadas as informações disponíveis nos perfis das redes sociais *online* para realizar uma primeira triagem, identificando os negócios e instituições que tivessem atividades recentes nos últimos meses.

Essa rede, formada pelos empreendimentos de imigrantes e instituições, iniciou-se com duas venezuelanas que possuíam empreendimento próprio relacionados ao cozinhar. A primeira foi encontrada em um evento promovido por

uma ONG de apoio a refugiados, enquanto a outra, durante uma pesquisa de campo na qual foram aplicados questionários a crianças, adolescentes e jovens imigrantes. Além da entrevista realizada, uma investigação foi conduzida nos seus perfis comerciais das redes sociais *online*, com o objetivo de identificar mais empreendedoras e/ou entidades/instituições que apoiassem imigrantes e refugiados. Esse processo foi repetido para cada novo contato encontrado, revelando um total de 56 negócios liderados por imigrantes e/ou pessoas na condição de refúgio, de quatro países da América Latina e Caribe, e 23 coletivos, organizações e especialistas no assunto. Essa abordagem culminou na realização de 15 entrevistas.

Por fim, mesmo que não haja limites de idade claros nem uma definição universal sobre juventude (Bourdieu, 2002), a UNESCO (c.2024) leva em conta que "as Nações Unidas definem 'jovens' como as pessoas com idade entre 15 e 24 anos. No entanto, ser jovem pode variar muito em todo o mundo, e 'juventude' é com frequência uma categoria fluida e mutável" que deve considerar o contexto de cada país ou região. Portanto, optou-se por adotar uma faixa etária mais ampla, entre 18 e 39 anos. Essa delimitação visou incluir jovens que se encontravam em situação de formação de um novo núcleo familiar, desde casais de namorados até mães com filhos, refletindo uma das experiências inerentes à vida dos jovens, segundo Pizarro (2000).

É importante ressaltar que, segundo Feixa (1996), apesar de a idade ser considerada um princípio organizador universal, somente nos últimos anos ela se converteu em um objeto central de pesquisas antropológicas. Além disso, suas divisões, de acordo com as fases da vida, são arbitrárias, variando no tempo, no espaço e conforme a estrutura social, sendo atribuídas a uma construção social para cada uma das fases. Chaves (2013) corrobora essa ideia, propondo romper com a idade como conceito biológico e considerá-la resultado de transformações sociais, como as diferentes organizações no sistema educativo que existem e já existiram.

Portanto, o corpus desta dissertação ficou delimitado da seguinte forma: venezuelanas que residem na Região Metropolitana de São Paulo, cujas trajetórias de trabalho estão relacionadas ao cozinhar e que têm até 39 anos de idade. Assim, das 15 entrevistadas, apenas seis foram selecionadas para esta dissertação por se enquadrarem nesses critérios.

A seguir, será apresentado um breve relato sobre cada uma delas e seus negócios. As principais informações sobre essas sujeitas estão na tabela 2 e na

figura 1. Destaca-se que para preservar suas identidades, elas serão identificadas por apenas uma letra.

Tabela 2 – Principais informações das entrevistadas e de seus negócios próprios

#	Identificação	Idade	Data de chegada no Brasil	Tipo de empreendimento
1	B	20	2017	Doces artesanais
2	K	33	Agosto de 2018	Doces artesanais
3	Y	39	Agosto de 2019	Comida típica
4	D	32	Dezembro de 2019	Doces artesanais
5	E	29	Dezembro de 2021	Bolsas e nécessaires
6	I	33	Fevereiro de 2022	Doces artesanais

Elaborado pela autora.

Figura 1 – Mapa da Venezuela com os estados em que as entrevistadas nasceram

Elaborado pela autora.

A primeira entrevistada, identificada como B, de 20 anos de idade, estava na capital paulista havia seis meses, depois de residir por quase cinco anos em Boa Vista (município do estado de Roraima), onde conheceu seu atual marido, brasileiro. Em sua terra natal, no estado de Monagas, frequentava a escola e ajudava nas vendas da loja de roupas de sua mãe. Emigraram para o Brasil em 2017 “antes que piorasse” a situação, juntamente com seu irmão mais novo. Seu pai já havia migrado para o Brasil, e sua mãe e seu padrasto viajaram um mês antes para conhecer a cidade e entender se levariam a família toda.

No final de 2020, sua mãe, seu padrasto e seu irmão se mudaram de Boa Vista para a cidade de São Paulo em busca de melhores perspectivas – a mãe trabalhava como faxineira e o padrasto, como ajudante de pedreiro –, já que as oportunidades na região Norte do Brasil estavam escassas. Nesse momento, eles tinham uma conexão na capital paulista que comentou sobre as melhores condições da cidade. Em 2022, a entrevistada B e o marido também se mudaram para São Paulo, onde terminaram o ensino médio e retomaram as vendas de doces, atividade que a entrevistada aprendeu e começou a desenvolver em Boa Vista para gerar renda. No dia da entrevista (12 de junho de 2023), ela estava grávida de seu primeiro filho, e seu negócio especializado em brigadeiros encontrava-se temporariamente suspenso, devido à proximidade do fim da gestação.

A segunda entrevistada, K, de 33 anos, nasceu no estado de Sucre, possui formação em engenharia civil e exercia sua profissão antes de migrar em 2018. Acompanhada da sua tia, vieram com o objetivo de ajudar a família que permaneceu na Venezuela. Sem conhecer ninguém, escolheram o Brasil pela maior proximidade. Atravessaram a fronteira terrestre do Norte, entre as cidades de Santa Elena de Uairén e Pacaraima e, depois de dois meses, aceitaram ir para São Paulo pela Operação Acolhida[4]. Acreditavam que na capital paulista haveria mais trabalho e melhores condições de vida. Hoje em dia, mora no município de Carapicuíba (estado de São Paulo) com seu marido venezuelano e sua filha, pois o local é perto do trabalho dele.

[4] “A Operação Acolhida é uma resposta humanitária do Governo Federal para o fluxo migratório intenso de venezuelanos na fronteira entre os dois países. Criada em 2018, com o objetivo de garantir atendimento aos refugiados e migrantes venezuelanos, a Operação Acolhida consiste na realocação voluntária, segura, ordenada e gratuita dessas pessoas, em situação de vulnerabilidade, dos municípios de Roraima para outras cidades do Brasil” (Brasil, c.2024b).

Quanto ao seu empreendimento, ela vende diversos doces, incluindo bolos, pudins, brigadeiros, além de fazer encomendas e produtos específicos para datas comemorativas, como panetones e ovos de Páscoa. Seu interesse pela confeitaria é antigo, assim como o sonho de ter um negócio próprio. Desde que chegou ao Brasil, teve experiências profissionais em restaurantes, supermercados e, depois de ficar seis meses desempregada, decidiu produzir e vender doces. Mesmo ao conseguir um emprego em telemarketing, ela manteve seu negócio em paralelo. No momento, dedica-se integralmente à sua confeitaria e ao cuidado de sua filha.

Ainda que o trajeto para chegar ao Brasil também tenha sido pela fronteira terrestre de Pacaraima (estado de Roraima), a terceira entrevistada, Y, de 39 anos, tem uma relação distinta com o cozinhar. Antes de migrar em 2019, trabalhava na área de segurança do aeroporto internacional de Chinita, em Maracaibo, enquanto seu marido tinha uma loja de comida típica venezuelana, e era responsável por cozinhar para a família no dia a dia.

Residiam no estado de Zulia, junto com seus três filhos, e decidiram deixar o país para que esses pudessem ter melhores condições de vida. Na Venezuela, tinham recursos suficientes para se alimentar, mas passaram por diversas situações precárias em relação a serviços básicos, como eletricidade, água, segurança e o sistema de ensino, conforme relatado durante a entrevista. Conheciam uma família da igreja que frequentavam que já havia imigrado para São Paulo e estava bem estabelecida. Assim, permaneceram em Boa Vista o tempo necessário para emitir a documentação e partiram para a capital paulista pela Operação Acolhida.

Para garantir o sustento da família, decidiram que ele iria focar em procurar um emprego fixo, e ela reabriria o negócio que tinham na Venezuela e cuidaria das crianças. No momento da realização da entrevista, ela cozinha e administra o empreendimento que vende comida típica venezuelana, por exemplo, arepas, tequeños e empanadas.

Já a relação com o Brasil da quarta entrevistada, D, de 32 anos, é anterior à migração em 2019. Nascida no estado de Nueva Esparta, morou três anos e meio no Equador com o namorado brasileiro. Eles tentaram voltar para a Venezuela, porém ela não conseguiu trabalho na sua área de formação – pedagogia –, então decidiram migrar para a cidade da família dele, São Paulo. Durante a pandemia de Covid-19, fez um curso gratuito de bolos caseiros e começou a vender para os

vizinhos. Hoje, tem um espaço próprio para cozinhar – fora de sua casa – e comercializa diversos doces e bolos.

As duas últimas entrevistadas, chegaram ao Brasil depois do início da pandemia: E, de 29 anos, em 2021; e I, de 33 anos, em 2022. A primeira nasceu no estado de Anzoátegui e, desde que seu filho foi diagnosticado com um tipo de câncer agressivo, deixou o emprego para se dedicar ao tratamento dele. Com formação em gastronomia, começou a vender alguns doces durante esse período. Quando a situação de saúde de seu filho piorou, eles souberam que uma família da igreja que frequentavam enfrentava a mesma situação havia encontrado tratamento gratuito no Brasil. Decidiram então, com rapidez, deixar a Venezuela, sem conhecer ninguém no país destino, e atravessaram a fronteira terrestre. Chegaram a Manaus (estado do Amazonas) e, com auxílio da instituição religiosa, seguiram para a cidade de São Paulo. Atualmente, vende bolsas, estojos, nécessaires, para ter alguma renda. Ela mesma produz e costura os produtos, tendo aprendido essa atividade em um curso realizado no Brasil.

Finalmente, a última entrevistada, residia no estado de Bolívar com o marido e dois filhos, até decidirem sair da Venezuela para oferecer um futuro melhor à família. Ela é formada em comunicação social e trabalhou na área de forma independente, até que os serviços se tornaram escassos, após o início da pandemia na Venezuela. Nesse momento, começou a vender doces, como fizera na adolescência. Diante da dificuldade em pagar a escola particular das crianças, resolveram deixar o país natal e migrar. Escolheram a cidade de São Paulo como destino, pois ela possuía uma amiga na cidade, que a ajudou a entender o processo e as perspectivas que a metrópole oferecia. Entraram no país pela fronteira do Norte, entre as cidades de Santa Elena de Uairén e Pacaraima, e, com recursos próprios, seguiram de avião até a capital paulista. Após várias tentativas de conciliar trabalhos fora de casa com o cuidado dos filhos e seu negócio de confeitaria, atualmente dedica-se a esses dois últimos. Seu empreendimento consiste na venda de cookies, bolos, entre outros doces.

***

Assim, a presente dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro contempla uma introdução aos contextos vividos por essas mulheres, tanto em relação à migração quanto ao ambiente de trabalho. Os capítulos 2 e 3 abordam as práticas cotidianas relacionadas ao trabalho. No segundo capítulo, são exploradas as práticas que refletem o binarismo hegemônico – como a divisão sexual do trabalho e a marginalização no mercado de trabalho – que surgem dos contextos laborais em que estão inseridas. No último capítulo, são analisadas as práticas contra-hegemônicas – entre elas, transculturação e a construção de comunidades-rede –, com dimensões coletivas e inclusivas.

1 AS JOVENS MIGRANTES: FLUXOS MIGRATÓRIOS E INSERÇÃO LABORAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

1.1 Movimentos migratórios: Região Metropolitana de São Paulo

Desde 2011, o Brasil vem se firmando como destino de fluxos migratórios na América Latina, com um grande aumento no volume de migrantes internacionais e solicitantes de refúgio. Diferentemente da década anterior, houve uma mudança no perfil da diversidade de países de origem, com uma maior ênfase para os do hemisfério Sul e um crescimento na representatividade de mulheres e de jovens nos movimentos.

De acordo com os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), em 2010 residiam no Brasil 592.570 imigrantes, sendo portugueses e japoneses as duas principais nacionalidades. Durante a década de 2010, conforme os registros administrativos de solicitação de residência e de solicitação da condição de refúgio, o número total de imigrantes foi de aproximadamente 1,4 milhão, liderados por venezuelanos e haitianos, com um número bastante expressivo dos primeiros em 2018 e 2019.

Importante ressaltar que, mesmo antes desses ápices, a imigração do Sul Global já vinha em uma crescente, com destaque para sul-coreanos, chineses, argentinos, chilenos e venezuelanos (Baeninger; Demétrio; Magalhães Fernandes; Domeniconi, 2021). Isso porque desde a redemocratização no Brasil, depois do fim da ditatura em 1984, que contribuiu para o abrandamento das restrições de fronteira, juntamente com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, que gerou crescimento econômico e reformas sociais, o país ganhou relevância como destino, especialmente para os fluxos migratórios originários da América Latina (Haas; Castles; Miller, 2020).

Ainda que no ano de 2020 tenha se observado um impacto negativo nas migrações internacionais e solicitações da condição de refúgio devido à pandemia da Covid-19, em 2021 já se notou uma retomada forte dos movimentos, e números ainda maiores nos dois anos seguintes, particularmente dos venezuelanos, cubanos e angolanos (SISMIGRA; c. 2024; STI-MAR, c.2024). Desde o início da Covid-19, uma série de restrições de diversos tipos de deslocamento, desde localmente até internacionalmente, foi implementada no Brasil e em vários outros países pelo

mundo, o que acabou afetando as migrações internacionais e as solicitações da condição de refúgio globalmente (Gamlen, 2020; Tonhati; Cavalcanti; Oliveira, 2022). No Brasil, mais de 20 portarias foram emitidas pelo Governo Federal, impactando em especial as fronteiras terrestres e, consequentemente, a migração venezuelana, que utiliza como principal entrada a divisa terrestre entre as cidades de Santa Elena de Uairén e Pacaraima (Baeninger; Demétrio; Magalhães Fernandes; Domeniconi, 2021).

Segundo Baeninger (2020), uma vez reabertas as fronteiras, as migrações para a periferia do capital, como é o caso do Brasil, seriam retomadas devido ao agravamento da situação no país de origem pela crise sanitária e consequente crise econômica, ainda que o país de destino enfrente uma difícil situação econômica. No caso da entrevistada I, que migrou para o Brasil em 2022, relata que teve de se reinventar durante a pandemia, pois a empresa para a qual prestava serviço parou com as demandas. E, por questões financeiras, decidiu deixar a Venezuela, pensando no futuro dos filhos, já que não conseguiria continuar pagando escola particular para os filhos, e as públicas estão em péssimo estado.

Assim, a pandemia contribuiu para o fluxo migratório, uma vez que um de seus múltiplos efeitos foi o aumento da desigualdade social (Yayboke, 2020). No caso do Brasil, a consolidação do seu papel no fluxo migratório Sul-Sul foi reforçada após esse período de restrições (Baeninger; Demétrio; Magalhães Fernandes; Domeniconi, 2021). Em 2020, os migrantes internacionais e solicitantes da condição de refúgio da Venezuela, do Haiti e da Bolívia representaram cerca de 74,2% do total no Brasil (SISMIGRA, c.2024; STI-MAR, c.2024).

Na reflexão sobre a migração venezuelana, Jarochinski-Silva e Baeninger (2021) levantam alguns pontos sobre esse movimento ser majoritariamente para países do Sul Global. Primeiramente, a própria situação vulnerável que essas pessoas enfrentam no país de origem limita o seu deslocamento para além dos países fronteiriços, que geralmente pertencem ao Sul Global. De fato, das cinco entrevistadas para esta dissertação que entraram no Brasil pela fronteira terrestre, quatro moravam em estados localizados na região Leste da Venezuela, portanto, próximos ou limítrofes do Brasil, conforme apresentado anteriormente. Além disso, os autores argumentam que o Norte Global envia recursos financeiros para ações nos países do Sul que visam o estabelecimento, a permanência dos migrantes, a fim de evitar que eles se desloquem e cheguem às suas fronteiras e aos seus territórios.

Dessa maneira, as migrações Sul-Sul, comumente definidas como a intensificação dos fluxos migratórios entre e em direção aos países do Sul Global, assim como os movimentos migratórios, englobam diversos aspectos – desigualdades socioeconômicas, conflitos violentos, opressões políticas, entre outros – e não podem ser reduzidos a somente um simples fator (Haas; Castles; Miller, 2020).

No que diz respeito à chegada ao território, é importante destacar que a pessoa migrante está sujeita a leis e políticas migratórias que nem sempre tornam a experiência acolhedora. No Brasil, a Lei de Migração nº. 13.445/17 de 2017 foi considerada um avanço das políticas migratórias, uma vez elaborada privilegiando os direitos humanos da pessoa migrante, refletindo a Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil. Ela revogou o Estatuto do Estrangeiro de 1980, que, apesar de também estar subordinado à Constituição e aos tratados, tinha como principal objetivo assegurar a soberania nacional, considerando o estrangeiro uma ameaça (Claro, 2020; Mendes; Brasil, 2020).

Entre as diferenças, ressalta-se que a nova lei inclui no seu escopo uma definição mais ampla de migrante, abarcando tanto o não nacional como o de deslocamento interno, e pessoas apátridas, aquelas que não têm nacionalidade, além de simplificar os tipos de vistos e formalizar o visto temporário de acolhida humanitária (Claro, 2020). Cabe ainda destacar os seguintes direitos assegurados no território brasileiro: à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade, assim como o acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social, de previdência social e de educação pública (Mendes; Brasil, 2020). No entanto, o Decreto nº. 9.199/17, que regulamentou a Lei, vetou alguns desses progressos, como o visto temporário com a finalidade humanitária, a livre circulação de indígenas em áreas fronteiriças e a anistia para imigrantes não documentados, além de permitir a prisão do imigrante irregular (Claro, 2020; Mendes; Brasil, 2020).

No caso da migração venezuelana, a chegada de um grande contingente de pessoas solicitando a condição de refugiado acabou sobrecarregando o sistema brasileiro. Essa escolha por pleitear a condição de refúgio no Brasil era privilegiada entre esse grupo de imigrantes, uma vez que não exigia nenhum pagamento ou documento do país de origem. Uma vez reconhecida essa condição, o Estado

brasileiro assume um compromisso de assistência e proteção, incluindo o princípio da não devolução ao país onde sua vida ou liberdade estejam ameaçadas.

Assim, em 2017, o Governo Federal concedeu a residência temporária por dois anos pela Resolução Normativa (RN) nº. 126 àqueles que dessem entrada por Pacaraima ou Boa Vista. Porém, os venezuelanos e as venezuelanas continuaram a solicitar a condição de refugiados, que não exigia nenhuma taxa ou documento, e cujo protocolo da solicitação já garantia acesso a serviços de saúde, educação, assistência social e a permissão para exercer atividade remunerada. Esse foi o caso da entrevistada B e seus familiares, que chegaram em 2017 e solicitaram a condição de refúgio.

Em 2018, a Portaria Interministerial (PI) nº. 9 foi publicada corrigindo algumas falhas da RN nº. 126, como a inclusão da residência indeterminada ao término da temporária e a questão da taxa cobrada. Contudo, a solicitação de refúgio continuou a ser efetuada por esse grupo de imigrantes. Somente em 2019, o Governo Federal, pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), reconheceu a situação dos venezuelanos e das venezuelanas como condição de refúgio e, nesse ano e no seguinte, houve um reconhecimento em massa. Em agosto de 2020, o Brasil era o país da América Latina com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos, cerca de 50 mil pessoas (Martino; Moreira, 2020).

Atualmente, o fluxo migratório proveniente da Venezuela é o mais expressivo no continente sul-americano. Até dezembro de 2022, havia aproximadamente 7,13 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos e venezuelanas pelo mundo, dos quais 5,99 milhões estavam na América Latina e no Caribe. O Brasil tem a quinta maior população desses imigrantes e refugiados, contando com cerca de 388,1 mil venezuelanos e venezuelanas nesse momento (R4V, c.2023). A principal rota utilizada, a partir de 2017, se dá por via terrestre, na única interligação rodoviária presente na fronteira entre os países, que liga a cidade de Santa Elena de Uairén, na Venezuela, a Pacaraima, no Brasil (Jarochinski-Silva; Baeninger, 2021). Cinco das seis entrevistadas para esta dissertação entraram no país por essa rota, sendo que somente a entrevistada D, que namora um brasileiro desde antes da imigração, chegou direto na cidade de São Paulo.

Cruzada a fronteira, essas pessoas se direcionam para as cidades da região Norte, com as maiores concentrações em Boa Vista, Manaus e Pacaraima (SISMIGRA, c.2024; STI-MAR, c.2024). Vale salientar a presença de indígenas da etnia Warao nesse movimento de migração fronteiriça, uma vez que percorrem 925 quilômetros até a cidade de Boa Vista, expulsos de seu território no Delta do Orinoco (Silva, 2018b). Essas dinâmicas acarretaram um sobrecarregamento dos serviços públicos em Boa Vista e Pacaraima e, em 2018, foi criada a Operação Acolhida pelo governo brasileiro, visando organizar o processo migratório na fronteira, o abrigamento e a interiorização dos migrantes e refugiados vindos da Venezuela (BRASIL, c.2024b). Apenas a entrevistada B chegou ao Brasil antes desse auge, estabelecendo-se na região Norte por cinco anos. As demais permaneceram o tempo necessário para obter documentação e, pelo projeto Acolhida, ou com auxílio da igreja, ou por conta própria, viajaram para a cidade de São Paulo.

Esse movimento migratório, além de estar relacionado ao cenário de migração Sul-Sul, conforme mencionado anteriormente, pode ser compreendido também como migração de crise, uma vez que o seu desencadeamento é decorrente de uma crise política, social e econômica (Jarochinski-Silva; Baeninger, 2021). A Venezuela, que tem uma das maiores reservas de petróleo do mundo, sofreu com a queda do preço do barril em 2016, dado que sua economia e suas políticas públicas dependiam desse produto. Consequentemente, houve uma desvalorização da moeda, escassez de produtos importados, como remédios e artigos de higiene pessoal, e grave redução do poder de compra da população (Silva, 2018a). Em 2017, 87% das famílias se encontravam em condições de pobreza, sendo que, em 2014, esse perfil representava 48,4% do total, o que culminou num número expressivo de venezuelanos e venezuelanas buscando refúgio nos países vizinhos, como o Brasil (Vecchio; Almeida, 2018). Os trechos a seguir revelam essa situação crítica vivida pelas entrevistadas:

> *[...] Meu filho foi diagnosticado com câncer em Venezuela, e ele fazia tratamento lá [...] em dezembro seu diagnóstico mudou, sabe? [...] E nós saímos de lá no dia 26 de dezembro. Sim, foi bastante difícil. Porque ele já tinha que começar o tratamento. E nós sabíamos que na Venezuela, já conhecíamos pessoas que havia acontecido a mesma coisa. E quando começava o tratamento. Não era muito bom, sabe? Então nós decidimos sair antes que os médicos tomassem a opção de colocar um tratamento forte para ele lá, sem condições* (E).

> *[...] estava preocupada com a questão da seguridade nos filhos. Nesse tempo tínhamos muito problema com a eletricidade. Houve um tempo que antes de decidir emigrar a gente ficou quase dois meses sem eletricidade. A situação na cidade nossa (Maracaibo), como é fronteira também com a Colômbia, era bem perigosa. Começaram a saquear os supermercados, tudo isso. Aí estava preocupada também porque eu falava "se meu filho tem alguma necessidade de saúde, a gente não vai poder cobrir". Porque nós ganhávamos só para nos alimentar [...] E ainda assim a comida era muito cara. Não dava para comprar muitas coisas. Olha, meus filhos chegaram aqui e eles não sabiam o que era uma maçã* (Y).

Outro aspecto verificado na migração venezuelana para o Brasil na década de 2010 diz respeito à participação da mulher nesses fluxos migratórios, tanto em números absolutos quanto relativos. Em 2011 as mulheres representavam 32% dos migrantes internacionais solicitantes de residência e de refúgio, e em 2020 chegaram a 43%. Sendo que, dentro do grupo de migrantes venezuelanos, elas representavam 46,7%, ou seja, percentual acima da média do total de imigrantes (SISMIGRA, c.2024; STI-MAR, c.2024).

O estudo da presença da mulher nesses movimentos, apesar de ter começado nos anos 1980, ainda pode ser considerado recente, sendo que uma das primeiras referências é o trabalho de Morokvasic, "*Birds of passage are also women*", de 1984. Essas novas pesquisas questionam como a mulher costumava ser retratada nos fluxos migratórios, no geral, apenas como acompanhantes, dependentes (Gil, 1997; Haas; Castles; Miller, 2020), além de focar as diferenças das experiências vividas entre mulheres e homens. Um dos avanços, nesse sentido, foi mostrar que a mulher migrante também pode ter um papel ativo na estratégia de sobrevivência da família, e que esse contexto pode ser alterado com a sua entrada no mercado de trabalho (Peres; Baeninger, 2013). Observa-se que todas as entrevistadas para esta dissertação trabalham ou no seu negócio próprio, ou por conta própria, ou em empresas, além de serem a principal cuidadora dos filhos, desde que chegaram ao Brasil.

Outro aspecto importante está relacionado às múltiplas vulnerabilidades a que elas estão sujeitas por serem migrantes. Por exemplo, as diferenças culturais e a dificuldade de acesso a recursos e aos direitos de cidadania (Gil, 2009). No caso das entrevistadas, a barreira do idioma foi unânime, o não ser compreendida e não compreender é marcante em suas vidas cotidianas:

> *[...] eu acho que a comunicação foi a coisa mais difícil. Por isso, quando eu comecei a fazer os cursos com Migraflix*[5]*, com todas as empresas que me chamaram para... fiquei muito feliz, porque comecei a me relacionar com outras pessoas e voltar a ser quem eu sou [...]* (D).

Além disso, as narrativas destacam obstáculos enfrentados por serem migrantes ao buscarem se reintegrar no novo país, como a demora na revalidação de diplomas superiores, conforme o seguinte relato: "*É uma das coisas ruins daqui do Brasil, para nós estrangeiros, é muito complicado fazer a revalidação do diploma, eu tentei, já levou como 3 anos, uma coisa assim, que tentei, mas eu desisti*" (K). Ou até mesmo a falta de pleno entendimento de seus direitos, que levou uma das entrevistadas a não usufruir de um auxílio financeiro do Estado por um período:

> *Só que foi uma casualidade que eu me inscrevi no Cadastro Único e aí eu comecei a receber, mas eu não sabia que eu estava recebendo. Eu comecei a saber porque me estavam chegando umas mensagens do Cadastro Único, que dizia algo assim como que já está liberado, não sei o que. Aí eu comecei a perguntar por que me chegavam essas mensagens, aí uma amiga me disse que eu já tinha o Auxílio Brasil. Aí eu fui ao Caixa e, efetivamente, já tinha como seis meses recebendo, e eu sem dinheiro, praticamente* (I).

Uma questão inerente ao seu sexo, tanto no país de origem como no destino, e ao fato de serem mulheres e migrantes é a maior exposição à violência e ao tráfico humano no percurso (Annoni, 2020) e no novo país. No contexto das entrevistadas, é evidente a presença do medo no seu dia a dia na nova cidade:

> *Segura. Me sinto segura. Mas eu vou dizer uma coisa. Algumas vezes eu tenho medo de sair. Porque sempre falam que roubam crianças. [...] Então eu quero levar minha filha. Para lá. Como ela está de férias. Mas eu sinto um pouquinho de medo* (K).

O medo também se reflete nas palavras escolhidas para descrever um curso: "*Para ser sincera, eu tinha muito medo. Porque eu não entendia nada do que vocês falavam [...] de jeito que, vamos fazer o curso, vamos instruir vocês. Para que vocês possam defender-se nesse país* (E)". No próximo capítulo, as dificuldades enfrentadas pelas entrevistadas quanto à questão laboral serão detalhadas.

[5] Migraflix é "um negócio de impacto que promove o empreendedorismo gastronômico e cultural estimulando a descoberta de novas histórias e identidades" (Migraflix, c.2024). A organização oferece serviços de catering para empresas, com um cardápio diversificado de pratos internacionais, preparados por chefs imigrantes de diferentes nacionalidades, incluindo venezuelanos e haitianos.

Analisando o recorte da juventude nesse movimento, considerando jovens pessoas com até 25 anos de idade, a tendência desse perfil nos deslocamentos migratórios para o Brasil seguiu aumentando em números absoluto e relativo na década de 2010. Em 2011 representavam 34,4% do total de imigrantes internacionais e solicitantes da condição de refúgio, e em 2020 atingiram 42,6%, devido, principalmente, à faixa etária de até 15 anos. Novamente, esse crescimento é um reflexo do perfil etário presente nos principais grupos de imigrantes; no caso dos venezuelanos, especificamente, os jovens representaram 50,6% no último ano mencionado (SISMIGRA, c.2024; STI-MAR, c.2024).

Quanto às discussões teóricas e pesquisas realizadas, a questão dos jovens migrantes é pouco abordada, e sem protagonismo. Nos diversos dossiês sobre movimentos migratórios utilizados como referencial bibliográfico para esta dissertação, o recorte da juventude tem escassa presença entre os artigos publicados. Segundo Pizarro (2000) e Buriticá (2017), os jovens são usualmente retratados de forma secundária, como meros acompanhantes dos adultos nos movimentos, ou como abandonados no país de origem, ou igualados aos adultos quando a pesquisa é referente à inserção no mercado de trabalho. No entanto, já há uma preocupação em refletir a heterogeneidade presente na categoria da juventude, abordando os diversos contextos vividos (Feixa, 1996; Borelli *et al*., 2021), necessidade ainda mais patente para o cenário de migração do Sul Global, que apresenta particularidades sócio-históricas (Buriticá, 2017; Kalemba, 2021).

Além disso, as experiências inerentes às condições de vida das jovens mulheres migrantes, como a inserção laboral, finalização ou continuidade dos estudos, formação de um novo núcleo familiar, juntamente com as situações próprias da migração de integração e adaptação, torna esse recorte da juventude particular no movimento (Pizarro, 2000). Ressalta-se que o grupo de entrevistadas para esta dissertação engloba, por exemplo, uma jovem grávida do seu primeiro filho, entrevistada B, uma que migrou com seu namorado, entrevistada D, e outra que conheceu seu marido atual no Brasil, entrevistada K.

Entrando no contexto da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), é importante destacar que a capital paulista é conhecida por seu caráter cosmopolita. Possui um histórico de imigrações que revelam a presença de espanhóis, italianos e portugueses, no fim do século XIX; passando por bolivianos, peruanos e paraguaios, na metade do século XX; e, mais recentemente, pelo fluxo de haitianos,

senegaleses, angolanos, sírios (Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2019) e venezuelanos (SISMIGRA, c.2024). Na década de 2010, a cidade se manteve como principal local de residência dos migrantes internacionais, mesmo com cidades da região Norte ganhando maior importância (SISMIGRA, c.2024; STI-MAR, c.2024), e ainda se mostra relevante na questão do refúgio, contando com 19,3% das solicitações ativas em 5 de novembro de 2020 (OBMigra, c.2022). Quanto aos outros 38 municípios que fazem parte da RMSP, durante a década de 2010, representaram apenas 11,6% das solicitações de residência de imigrantes no total da região. Porém, considerando o grupo de venezuelanos, essa proporção chega a 24,9% (OBMigra, c.2022).

Vale ressaltar que, desde 1990, foram implementados projetos relacionados à questão migratória no município de São Paulo por diversas gestões. Com a chegada do grande fluxo de haitianos, em 2014, foi preciso formalizar uma política por meio de lei municipal e implementar organizações e políticas públicas com participação da sociedade civil, organizações internacionais e diversas secretarias municipais (Otero; Lotta, 2020). Assim, a capital paulista tem seus diversos bairros transformados pela presença de migrantes, que costumam residir e circular perto dos espaços de acolhimento e de trabalho, como os haitianos fixados em torno da Missão Paz[6], na Baixada do Glicério, e os bolivianos no Brás, no Bom Retiro e no Pari, bairros famosos pelas oficinas de costura, além da periferia, onde os custos de moradia são menores e a fiscalização do trabalho nas oficinas de costura é menor (Magalhães; Bógus; Baeninger, 2018).

Entre as entrevistadas não se observou uma concentração de moradias em bairros ou regiões específicos da RMSP. Cabe ressaltar que, devido ao número pequeno de participantes do estudo, o objetivo desta dissertação não é estabelecer uma tendência geral sobre a distribuição dessas migrantes pela região. A escolha da localização da residência foi influenciada por diversos fatores, como a proximidade com o local de trabalho de um membro da família e a concessão de espaços habitacionais por instituições religiosas. Os bairros ou cidades de residência incluem: Sapopemba e São Miguel Paulista, na Zona Leste; Freguesia do Ó, na

[6] “A Missão Paz é uma instituição filantrópica scalabriniana de apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo, em atividade desde os anos 1930” (Missão Paz, c.2024). Mais informações serão apresentadas no Capítulo 2.

Zona Norte; Liberdade, no Centro; Sacomã, na Zona Sul, e Carapicuíba, na Zona Oeste da RMSP.

Acerca da presença dos venezuelanos na região, destaca-se a crescente representação nas solicitações de residência dos migrantes internacionais, passando de 0,7%, em 2011, para 8,9%, em 2020, acompanhando o aumento do fluxo desse movimento migratório, exposto anteriormente (SISMIGRA, c.2024). Esse grupo de imigrantes chega na região direto do seu país de origem, ou depois de ter passado um tempo nas cidades do Norte do Brasil, uma vez que muitos não podem pagar a viagem direto à cidade de São Paulo no primeiro momento. A região torna-se uma possibilidade de destino uma vez estabelecidas redes de contato, já que o mercado de trabalho oferece mais oportunidades que as cidades na fronteira Norte, como Pacaraima e Boa Vista (Silva, 2018a). Apenas a entrevistada K chegou à cidade de São Paulo pelo projeto Acolhida sem ter nenhuma outra rede. As demais possuíam conexões prévias, seja uma amiga ou um familiar, sejam conhecidos da igreja, sendo a presença de maiores oportunidades o principal motivo citado para a escolha da cidade como destino.

Importante salientar que, durante a pandemia, segundo relato de Santos (2020), houve um agravamento das condições de vulnerabilidade para essa população de imigrantes na cidade de São Paulo – maior demora para aprender português, impactando a empregabilidade, e dificuldades para avançar com os trâmites legais, em decorrência da baixa ou falta de acesso à internet, pequenos negócios que faliram, até a simples falta de dinheiro para moradia e comida, além do aumento de xenofobia e falta de políticas públicas de acolhimento. Realidade que também acometeu as entrevistadas para esta dissertação que residiam na região no início da pandemia: K teve de trabalhar como operadora de caixa em um supermercado, enquanto tinha um filho pequeno em casa, sendo demitida em 2021; D perdeu o emprego; e Y começou a vender comida nas ruas preparada com as doações recebidas da igreja.

1.2 Imigrantes no mundo do trabalho: xenofobia e impactos

Independentemente da principal razão pela qual as pessoas migram para outro país, o fator econômico e a questão do trabalho sempre estarão presentes em

alguma medida, seja na busca de melhores oportunidades de trabalho ou renda, seja no restabelecimento da vida cotidiana nesse novo país.

A inserção laboral do migrante está muitas vezes atrelada a ocupações que envolvem atividades perigosas, mercados sazonais, como agricultura, construção civil e hotelaria, empregos domésticos mal remunerados e empregos informais pouco qualificados (Haas; Castles; Miller, 2020). Mesmo quando os imigrantes conseguem empregos antes de chegar ao país destino, estão sujeitos a diversas vulnerabilidades. Por exemplo, a troca de contrato na chegada com condições piores, como pagamentos abaixo do valor contratual, confisco de passaporte, moradia e ambiente de trabalho em condições precárias e até abusos físicos e assédio sexual, sendo que voltar não é uma possibilidade devido aos custos envolvidos (Haas; Castles; Miller, 2020; Souchaud, 2012; Pereira; Carvalho; Parise, 2018).

Além disso, os empreendimentos étnicos podem surgir como uma resposta à falta de oportunidades no mercado formal. No momento de estabelecimento no novo país, esse pode ser um caminho para a autonomia, bem como uma alternativa ante as discriminações enfrentadas no ambiente de trabalho. Geralmente, o foco inicial dos empreendimentos é suprir a demanda das comunidades étnicas, como por meio de restaurantes e lojas de conveniência. É pertinente salientar que, frequentemente, acabam empregando familiares, com o intuito de manter os custos baixos, fomentando, assim, a rede de migração desde o país de origem (Haas; Castles; Miller, 2020). Vale ressaltar que as dimensões étnicas presentes nos negócios próprios das entrevistadas serão discutidas no próximo capítulo.

Especificamente sobre o Brasil, no início da década de 2010, tornou-se um destino mais atrativo para o fluxo migratório devido ao seu desempenho econômico, comparado com outros países desenvolvidos e do Sul Global. Além disso, houve a aprovação de legislações que conferiram direitos civis, trabalhistas e concessões de visto, em especial para pessoas provenientes de países da América do Sul ou que enfrentam crises humanitárias, como o Haiti e a Venezuela (Oliveira, 2021; Simões; Hallak Neto, 2021).

Isso acabou transparecendo no mercado formal de trabalho, pois em 2011 havia 62,4 mil empregados migrantes internacionais, e em 2020 esse número passou para 181,3 mil. No entanto, esse forte crescimento, que no início da década de 2010 reverberava o cenário econômico positivo do país, a partir de 2015, com a

estagnação, passou a refletir o aumento dos fluxos migratórios desses dois países da América Latina e do Caribe, que continuavam a enfrentar uma situação vulnerável, e a crescente oferta de empregos no setor da agroindústria, focada, a princípio, nos haitianos e, nos últimos anos, também nos venezuelanos (Simões; Hallak Neto, 2021).

A situação, porém, não revela tanto acolhimento no mercado formal, uma vez que aqueles que conseguem se inserir têm uma remuneração precarizada, abaixo da média do Brasil. Em 2020, os venezuelanos receberam cerca de metade do valor dos brasileiros, sendo o valor abaixo de dois salários mínimos (OBMigra, c.2022). Além disso, os empregos na indústria frigorífica estão relacionados a baixas remunerações e altos índices de afastamentos por incapacitação (Baeninger *et al*., 2021). O recrutamento de migrantes internacionais – haitianos e venezuelanos – nesse setor é uma resposta às dificuldades de aceite e retenção de pessoas nativas nesses postos de trabalho. Esse processo se inicia já no Norte do país pelas empresas, que se encarregam de transportar os trabalhadores para a região Sul, onde essas indústrias estão concentradas. Convém frisar que, para muitos haitianos e haitianas, essa é a primeira experiência formal, portanto, a primeira vez que contam com proteção legal e estabilidade de renda (Mamed, 2018).

Quanto ao grupo de imigrantes venezuelanos na RMSP, as ocupações relacionadas ao telemarketing estão entre as principais exercidas no mercado formal, contabilizando cerca de 16,6% (OBMigra, c.2022). De fato, a entrevistada K e o marido de I trabalharam nesse tipo de ocupação. Cabe destacar que postos nessa indústria foram ofertados ao primeiro grupo do Programa de Interiorização do governo brasileiro, que chegou à cidade de São Paulo em 2018 (Rosa; Merigueti, 2018).

Quanto ao mercado informal, as informações disponíveis são mais escassas, uma vez que dependem de pesquisas realizadas em domicílio, como o Censo e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). No estudo realizado por Oliveira e Oliveira (2020), que analisou a base de dados da PNAD 2015, verificou-se que, dos quase 800 mil imigrantes residentes no Brasil, 369.414 estavam ocupados, e desse total 40,5% atuavam no mercado de trabalho informal. Proporção maior que aquela vista entre a população brasileira, que nesse momento tinha 37,9% na informalidade. Porém, quanto ao nível de instrução, 25% dos imigrantes possuíam ensino superior completo, sendo que entre os brasileiros essa porcentagem era de

somente 5%. Entre as entrevistadas para esta dissertação, quatro delas – K, D, E e I – têm ensino superior completo e uma, incompleto, a venezuelana Y.

Oliveira e Oliveira (2020) constataram ainda que a informalidade entre as mulheres era maior que entre os homens – 43,8% e 39,0%, respectivamente –, e que o nível mais alto estava entre os jovens na faixa de 20 a 29 anos. Com relação aos rendimentos, a precarização era mais acentuada entre os migrantes internacionais que trabalhavam na informalidade, com 25,8% recebendo até um salário mínimo, em comparação com 6,9% dos que atuavam no mercado formal. Outro aspecto que evidencia essa vulnerabilidade é a elevada quantidade de trabalhadores imigrantes com uma carga horária semanal maior que 44 horas: cerca de 32,4% no mercado informal, e 34,4% no formal.

No âmbito do empreendedorismo, de acordo com os autores citados, considerando os migrantes internacionais que trabalham por conta própria ou que são empregadores, tanto do mercado formal quanto do informal, representam quase 40% dos ocupados. Tendo uma importância ainda maior na informalidade, condição em que 47,4% trabalham por conta própria.

No que diz respeito aos empreendimentos étnicos, no estudo realizado por Lugosi e Allis (2019) na cidade de São Paulo são relacionados alguns exemplos de restaurantes que recorrem ao capital cultural de seu dono e/ou funcionários, tanto na oferta dos pratos quanto na decoração. Entre eles, o restaurante Biyou'Z, que tem fachada aberta e sinalizada, e é decorado internamente com diversos objetos africanos, visando ofertar uma experiência turística e gastronômica para locais e não locais; e o também africano Marcy Green's, que não tem placa sinalizando o estabelecimento, e foca a comunidade imigrante. No caso das entrevistadas para esta dissertação, apenas uma delas tem empreendimento dedicado exclusivamente a comidas típicas venezuelanos, e o seu foco principal, com relação aos clientes, é a comunidade local.

A grande concentração de migrantes internacionais que trabalham por conta própria reflete tanto dificuldades na inserção laboral quanto os preconceitos enfrentados no local de trabalho. Devido à vulnerabilidade inerente à condição de imigrante – seja por não fazer parte da comunidade local, seja por não conhecer as leis trabalhistas, ou ainda por não ter domínio da língua local –, eles se tornam suscetíveis a situações de exploração e são frequentemente relacionados a

problemas sociais, como o desemprego e crimes (Haas; Castles; Miller, 2020; Mamed, 2018).

Segundo o relatório da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2018) sobre o monitoramento do fluxo migratório venezuelano, realizado nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, 31,5% dos entrevistados declararam ter conhecimento de algum caso de discriminação e/ou abuso aqui no Brasil. A exploração laboral foi o segundo tipo mais relatado nas respostas dessa pesquisa. Além disso, conforme observado por Sarmento e Rodrigues (2018), a população local frequentemente responsabiliza esse grupo de imigrantes pelas pioras nos serviços públicos nessas cidades da região Norte.

Esse discurso xenofóbico também foi apontado no relato da entrevistada B sobre o período em que morou em Boa Vista. Nessa época, ela evitava falar espanhol em público por temer sofrer algum tipo de agressão. A entrevistada narra o seguinte exemplo:

> *[...] a gente estava na sorveteria normal, tomando sorvete. Aí passou um grupinho de venezuelanos estudantes que estavam de farda, de bicicleta, e o cara que estava ali sentado na minha frente, ele não sabe que eu sou venezuelana, porque eu tô falando português. Ele começa a falar "Ai que vontade de pegar o meu carro e passar por cima desses vagabundos, e não sei o que", um monte de coisa horrível. Eu comecei a chorar e falei "Quero ir embora", a gente pegou e foi tomar sorvete em casa* (B).

Contudo, esse tipo de vivência também está presente no cotidiano aqui na RMSP, permeando desde contextos como escolas e centros de acolhidas até o ambiente de trabalho. A seguir, é possível conferir alguns relatos:

> *Os venezuelanos que chegavam ali. Porque nós tínhamos preferência de ficar ali, no centro de acolhimento. Durante o dia. E isso. Mas eles não [...] E assim. Muitas vezes havia brigas. Brigas entre alguns. Porque também nos roubavam as coisas. Não sei. Isso foi um sofrimento. Por quê? São pessoas moradores de rua. Que levam para lá para dormir. O que você acha? Eles vão querer roubar a gente. Que tem roupa, sapato. Sabonete. Nossas coisas. Graças a Deus, tudo o que queríamos era trabalhar. Conseguir um trabalho. E ir embora* (K).

> *Eu, na verdade, eu trabalhei em um restaurante quando eu cheguei. Aí eu comecei, eu conheci umas meninas que estavam... Elas achavam que eu não entendia português [...] elas falavam mal de mim, e eu as entendia, mas eu as deixava passar, sem problemas* (I).

Cabe ressaltar que, além dos preconceitos relacionados à questão migratória, algumas delas ainda enfrentam os raciais, por serem pardas ou negras:

> *[...] quando cheguei e estava começando com as encomendas, lembro que, aqui dentro do condomínio onde eu estou agora [...] eu fui entregar um bolo e não falava muito português. Aí meu namorado, ele foi comigo e a mulher olhou para mim de cima para baixo e falou "Ah, você é venezuelana, que legal!", e eu falei "Sim". E ela perguntou quanto tempo tinha aqui no Brasil. E aí, quando olhou para ele, porque ele respondia tudo o que ela perguntava, porque eu não conseguia me comunicar nesse momento. Falou "Eu não sei o que é dela". "Ah, ela é minha namorada". E aí ela falou para mim "Ah, você está tão branquinho, e ela é tão... Eu pensei que na Venezuela só tinha indígenas". Aí eu falei "Meu Deus". Meus olhos começaram a ficar cheios de lágrimas, porque nunca tinha passado por isso* (D).

Infelizmente, durante a pandemia da Covid-19, a situação vulnerável dos migrantes internacionais se agravou ainda mais. Vários perderam o emprego, e muitos dos que o mantiveram foram obrigados a continuar trabalhando presencialmente, colocando-se em risco de contrair o vírus (Yayboke, 2020). Como foi o caso da entrevistada K, que começou a trabalhar como operadora de caixa em supermercado nos primeiros meses da pandemia, enquanto cuidava de um bebê em casa, conforme exposto anteriormente. Outro exemplo diz respeito aos trabalhadores da indústria frigorífica, considerada atividade essencial, que, no estado do Rio Grande do Sul, representaram quase um terço dos casos confirmados de Covid-19 (Baeninger *et al*., 2021).

De fato, o impacto nos empregos formais do ramo frigorífico não refletiu uma situação de crise, com níveis de contratações no primeiro semestre de 2020 maiores que no mesmo período do ano anterior (Cavalcanti *et al.*, 2021). Dessa forma, os haitianos e os venezuelanos que estavam atrelados a esse setor não foram impactados pela perda de emprego como os imigrantes que atuavam nas áreas de serviços, como restaurantes, e os de maior escolaridade, de acordo com a análise realizada por Cavalcanti *et al.* (2021).

O estudo ainda constatou que nos meses de abril e maio ocorreram os maiores impactos, ou seja, o número de demissões foi maior que o de contratações de migrantes internacionais no mercado formal. Convém notar que tal estudo revela também efeitos mais agudos entre as mulheres, que tiveram uma queda de 47,9% no saldo de empregos no primeiro semestre, comparado com o ano anterior, sendo que entre os homens esse declínio foi de apenas 15,2%.

No setor informal, o impacto da pandemia foi capturado pela pesquisa realizada por Baeninger *et al.* (2021) com quase 2.500 imigrantes, entre os meses de maio e julho de 2020, espalhados pelo Brasil. Desses, 42% trabalhavam na informalidade antes da pandemia. No total da amostra, entre emprego formal e informal, quase 52% dos entrevistados estavam trabalhando antes da crise sanitária, e depois, somente 27,4%, sendo que apenas 60 pessoas conseguiram emprego após o início da crise. Nas entrevistas realizadas para esta dissertação podem-se observar exemplos desse agravamento da vulnerabilidade devido à pandemia. Das quatro entrevistadas que chegaram ao país antes do início da pandemia, três iniciaram seu negócio próprio nesse período para gerar alguma renda, sendo que duas delas o fizeram devido à perda de seu emprego.

1.3 Mulheres migrantes: desigualdades no âmbito laboral

De acordo com o primeiro recenseamento feito no Brasil, em 1872 (Saffioti, 1976), as mulheres representavam 45% da força de trabalho, e somavam 37,5% do total mesmo excluindo-se as que trabalhavam em serviços domésticos. De acordo com Saffioti (1976), a diminuição brusca acontece à medida que aumenta a industrialização no país, com a introdução do modelo capitalista, que marginalizou a mulher no mercado de trabalho. Em 1920, as mulheres passaram a representar somente 15,3% da força de trabalho, e nos anos seguintes esse parâmetro seguiu nesse patamar, até 1960, quando elas compunham 17,9% do total da força de trabalho.

A autora atribui essa segregação à junção de preconceitos e valores de uma sociedade tradicional sobre os papéis femininos e ao pequeno desenvolvimento econômico do país, que não conseguia absorver sua população economicamente ativa, e acabou afastando as mulheres do mercado de trabalho. Essa assimetria é sentida pelas mulheres inseridas em todos os tipos de atividades, considerando-se a diferença dos rendimentos mensais entre homens e mulheres. Em 1960, o salário das mulheres se concentrava em intervalos de menor valor comparado ao dos homens, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Rendimento médio mensal, por sexo e atividade, em 1960.

Pessoas com 10 anos ou mais, Brasil

Rendimento médio mensal em cruzeiros	Atividades primárias		Atividades secundárias		Outras atividades	
	% H	% M	% H	% M	% H	% M
Até 2.100	24,8	24,0	6,3	29,1	7,8	46,5
De 2.101 a 3.300	19,8	9,8	9,0	12,7	7,2	11,6
De 3.301 a 4.500	13,9	4,0	11,2	8,9	8,5	7,0
De 4.501 a 6.000	9,1	2,2	4,7	21,1	17,7	10,2
De 6.001 a 10.000	6,1	1,1	29,4	17,8	27,0	12,2
De 10.001 a 20.000	2,3	0,5	13,1	2,6	19,1	7,1
20.001 ou mais	0,7	0,1	4,4	0,1	8,4	1,2
Sem rendimento	22,2	57,8	0,5	5,6	1,2	2,0
Sem declaração	1,1	0,5	1,4	2,1	3,1	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Saffioti, 1976.

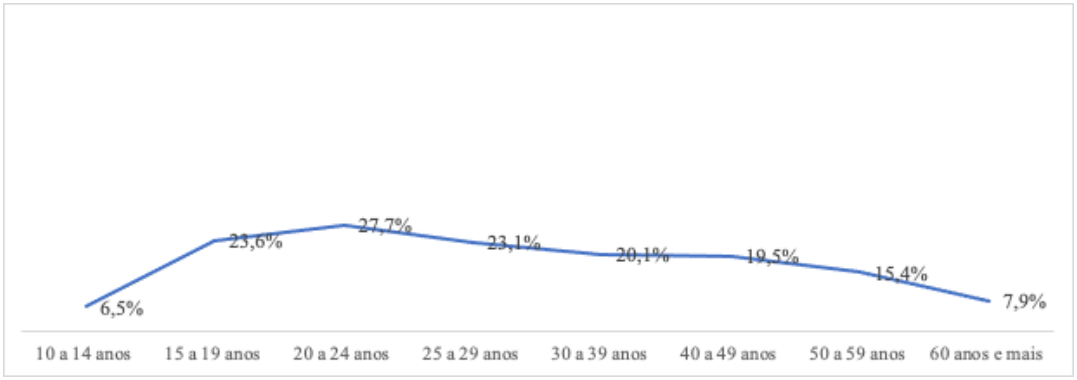
Desde a década de 1970, a participação das mulheres no mercado de trabalho tem apresentado uma progressão. Em 1970, 18% das mulheres brasileiras estavam ativas no mercado de trabalho; já em 2007, esse número chega a 52,4% (vide Gráfico 1), com um aumento em todas as faixas etárias, especialmente entre 20 e 59 anos (vide Gráfico 2), mudando a curva de distribuição e evidenciando o padrão da manutenção da mulher no mercado de trabalho mesmo depois do casamento e dos filhos.

Cabe ressaltar que as entrevistadas para esta dissertação que são mães – um total de quatro: K, Y, E e I – conseguiram manter-se no mercado de trabalho pelo seu negócio próprio. No entanto, elas relatam que essa foi a solução encontrada para conciliar o trabalho remunerado com o trabalho não remunerado de cuidar dos filhos, muitas vezes tendo de renunciar a empregos convencionais com jornadas de 44 horas semanais. Cabe notar que a entrevistada E teve de se dedicar exclusivamente ao filho por quase três anos, devido ao diagnóstico de câncer da criança.

Outro avanço se refere ao aumento do nível de instrução das mulheres, que ultrapassou o número de anos de estudo dos homens, fator que se relaciona com a

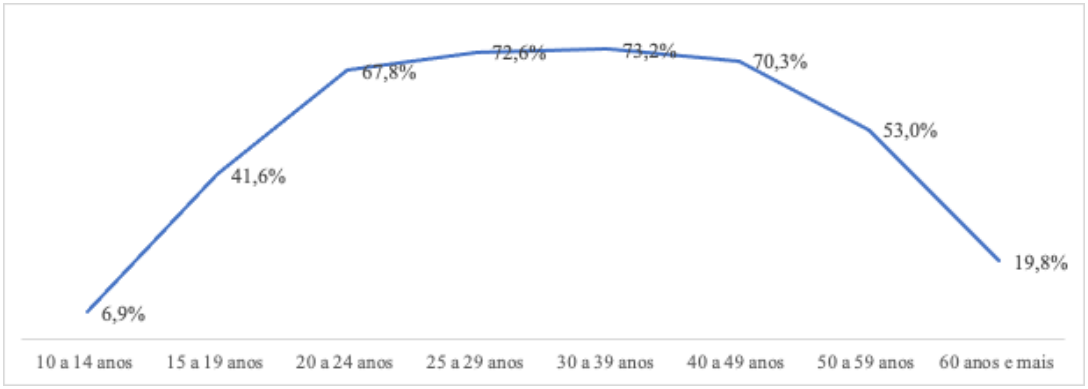
crescente inserção da mulher no mercado laboral (Fundação Carlos Chagas, c.2023).

Gráfico 1 – Taxa de atividade das mulheres por faixa etária em 1970



Fonte: Banco de dados Fundação Carlos Chagas. Elaborado pela autora.

Gráfico 2 – Taxa de atividade das mulheres por faixa etária em 2007



Fonte: Banco de dados Fundação Carlos Chagas. Elaborado pela autora.

Contudo, a mulher não apenas enfrenta desigualdades como também está sujeita a uma maior precarização no trabalho. Pacheco, Floréz e Hincapié (2022, p. 154) definem tal precarização como “a falta de condições adequadas a garantir o bem-estar das pessoas que trabalham e das que vivem em seus lares, tendo em conta três dimensões: instabilidade, desproteção social e insuficiência de renda” (tradução nossa). Ainda que a maior parte das mulheres economicamente ativas estejam empregadas, cerca de 50,8% em 2007, uma quantidade significativa, 31%, estão em posição de maior instabilidade, pois são ou trabalhadoras domésticas, ou não remuneradas, ou trabalham para consumo próprio, sendo que somente 8,3% dos homens enfrentam as mesmas condições.

Vale ressaltar que cerca de 71,7% dos homens fazem parte da população economicamente ativa, com uma taxa de desemprego de 6,9%, enquanto a mesma taxa para as mulheres é de 9,6% (IBGE/ PNAD, 2023). Além disso, as mulheres negras historicamente enfrentam desigualdades mais profundas nessas dimensões do trabalho (Feijó, 2022).

No contexto das entrevistadas para esta dissertação, a instabilidade econômica é marcada pela oscilação nas vendas, como mostram os seguintes relatos:

> *2022 as vendas baixaram muito, muito, muito. Falei "Preciso fazer outra coisa". Aí, no condomínio onde eu moro, alguém perguntou "Você conhece alguém que faz faxina?", eu falei "Eu sou". "Estou aqui em casa, não estou fazendo nada, vamos lá"* (D).

> *Em três oportunidades ela me encomendou para um dos eventos dela. E ela falou que ela gostou muito das cookies. Então aí eu comecei a fazer mais. [...] Só que no final do ano eu parei, porque não estava tendo encomendas. E aí dava uma pequena desmotivação* (I).

Com relação à desproteção, é importante abordar o local de trabalho, especialmente no caso em que o domicílio do empregador é o ambiente laboral, uma situação mais suscetível à exploração. Cerca de 20,1% das mulheres estão nessa condição, frente a 11,9% dos homens. Ainda cabe mencionar que somente 40% das mulheres ativas têm emprego com vínculo empregatício ou com recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), frente a 42,5% dos homens (Fundação Carlos Chagas, c.2023).

Apesar da instabilidade nas vendas, e de relatos sobre falta de informação no início dos negócios, três das entrevistadas para esta dissertação – Y, D e I – têm o seu negócio cadastrado formalmente na modalidade Microempreendedor Individual (MEI) e, portanto, acesso a benefícios previdenciários, como aposentadoria por idade e salário-maternidade (BRASIL/ Portal do Empreendedor, c.2024).

Por último, na questão salarial, em 2021, a remuneração média da mulher no mercado formal foi 10,8% menor que a do homem no Brasil. E, considerando a questão racial, o salário das mulheres pardas e pretas foi 40% menor que a do homem e 46% menor que a do homem branco (RAIS, 2021). Além disso, 14,3% das mulheres não têm rendimento, e 33,4% ganham até 1,5 salário mínimo. Entre os homens, esses índices são menores: 7,6% e 24,4%, respectivamente (Fundação Carlos Chagas, c.2023). Quanto às entrevistadas para esta dissertação, a

insuficiência de renda marca as narrativas, como ao relatarem a dependência de auxílio financeiro tanto de familiares como de instituições religiosas. No próximo capítulo serão apresentadas mais informações sobre a condição vulnerável das entrevistadas em relação aos seus negócios próprios.

Assim, em todas as dimensões da questão do trabalho, a disparidade entre mulheres e homens se faz presente, além das condições precárias enfrentadas por elas. De acordo com Fraser (2006), o sexo desempenha um papel fundamental na valoração cultural, os atributos relacionados ao masculino são privilegiados e os femininos, vistos como inferiores. Essa dinâmica no ambiente laboral culmina na divisão sexual do trabalho, sendo atribuídas às mulheres atividades e ocupações relacionadas ao seu papel tradicional doméstico, como maior atenção, paciência, cuidado e limpeza. O mais preocupante é que essas atividades são menos apreciadas e, consequentemente, resultam em salários mais baixos, contribuindo para a concentração de mulheres em posições de menor remuneração em comparação com os homens. Observa-se também a formação de nichos ocupacionais considerados femininos, como enfermeiros e cozinheiros, entre os quais mais de 70% das vagas são ocupadas por mulheres (IBGE/ PNAD, 2023).

Todas as entrevistadas para esta dissertação já trabalharam com algo relacionado com o cozinhar, e há outras ocupações com alta predominância de mulheres que elas já exerceram no Brasil – já foram cuidadoras de crianças ou idosos, operadora de telefonia e professora. No terceiro capítulo, serão realizadas reflexões e uma análise crítica sobre as dinâmicas de desvalorização relacionadas ao cozinhar.

Outra segregação estrutural presente no Brasil, como descrito por Gonzalez (2020), é a racial, que também age na divisão do trabalho. Segundo a autora:

> O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa (Gonzalez, 2020, p. 42).

Está presente na esfera do trabalho, portanto, uma divisão sexual e racial que restringe as mulheres, segundo a sua raça e etnicidade, a certas categorias/ nichos de empregos, resultando nas desigualdades e precariedades mencionadas

anteriormente, atingindo de forma mais acentuada aquela situada na intersecção entre sexo e etnia-raça menos privilegiada, a mulher negra. A ocupação de trabalhador doméstico é um exemplo dessa segregação: 92% dos postos são preenchidos por mulheres, das quais 65% são negras (DIEESE, 2021).

A pesquisa realizada por Milkman (2016) mostra que essa exclusão persiste mesmo em situações extremas. A autora analisou a escassez de trabalhadores durante os anos da Segunda Guerra Mundial na indústria automobilística dos Estados Unidos. Durante esse período, houve um aumento no número de mulheres trabalhando nas fábricas, porém isso não foi suficiente para mudar crenças a respeito do que seria aceito como trabalho de “mulher” ou trabalho de “homem” naquele momento. O trabalho feminino era associado às atividades consideradas leves, repetitivas e que demandassem aptidão manual. Assim, para justificar a entrada das mulheres nas posições previamente ocupadas por homens, foi feita uma mudança na descrição dessas atividades. Por exemplo, o trabalho das operárias de fábrica, numa propaganda, é relacionado a tarefas consideradas femininas, como “em vez de assar bolo, esta mulher está cozinhando engrenagens. Elas estão começando a soldar, como se a haste fosse uma agulha e o metal um pedaço de tecido a ser costurado” (Milkman, 2016, p. 51, tradução nossa). Ou seja, qualquer tipo de atividade poderia ser descrito como de “mulher” usando-se essas analogias, e assim elas ocuparam posições que antes eram dos homens, porém mantendo a lógica da divisão sexual do trabalho.

Essa segregação relacionada ao trabalho extrapola o ambiente laboral. De acordo com Biroli (2018), essa hierarquia do sexo está presente na sociedade e impacta o percurso das mulheres com restrições e desvantagens. Especialmente relacionadas ao trabalho não remunerado exercido por elas, uma vez que esse tipo de atividade, como tarefas domésticas e cuidado de crianças e idosos, recai sobre as mulheres, restringindo a sua disponibilidade para se dedicar ao trabalho remunerado. No Brasil, as mulheres dedicam 9,6 horas por semana a mais que os homens em serviços não remunerados (IBGE/ PNAD, 2023).

Biroli (2018) argumenta que isso não é uma escolha voluntária feita por elas, nem o resultado de uma coerção, mas consequência de padrões estruturais que atribuem essas responsabilidades às mulheres, eximindo o papel do Estado e do homem nessa questão. Assim, a impossibilidade de aceitar um emprego em razão do não acesso a creches ou faltas consecutivas ao trabalho para cuidar de um filho

doente que podem afetar uma promoção ou até mesmo acarretar a perda do emprego são exemplos de como a omissão desses dois agentes de maneira estrutural impactam a vida profissional dessas mulheres.

A situação não é diferente para mulheres jovens, como mostrou o estudo realizado por Pereyra e Pizarro (2021) sobre jovens entre 15 e 24 anos da Argentina classificados como “NiNi” – não trabalham, não estudam nem procuram trabalho. Esses eram considerados, por uma visão adultocêntrica, como pessoas que supostamente “não fazem nada”, e seriam um potencial risco para a segurança social. Porém, levando em consideração trabalhos não remunerados, os índices sofrem uma mudança drástica. Dos 6,6% dos homens que não estudam, não trabalham nem procuram trabalho, 3% realizam trabalho não remunerado e 3,6% não fazem nenhuma atividade. Entre as mulheres, das 26,8% que não estudam, não trabalham nem procuram trabalho, 24,8% fazem trabalhos não remunerados e 2% não realizam nenhuma atividade. Isso levou a uma mudança na definição da categoria NiNi, em 2011, para pessoas que não estudam, não trabalham nem procuram trabalho, não possuem uma incapacidade por doença e não realizam trabalho não remunerado.

No caso do Brasil, acrescentando a dimensão racial, e considerando jovens pessoas de 15 a 29 anos, do total desse perfil de meninas e mulheres que não estudam e não trabalham devido a trabalhos não remunerados – afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas –, 77% são negras e 19% brancas (IBGE/ SIS, 2023). Ou seja, as jovens não estão isentas dos impactos da divisão sexual e racial do trabalho no ambiente doméstico e/ou familiar, que seguem presentes nas narrativas das entrevistadas para esta dissertação.

Destaca-se que, das cinco entrevistadas que são mães, B encontra-se com o seu negócio inativo devido ao final da gestação, e as outras quatro – K, D, E e I – se dividem entre o trabalho de cuidar dos filhos e os empreendimentos. Embora algumas defendam que ter um negócio próprio traz a vantagem de proporcionar flexibilidade para cuidar dos filhos e gerar renda, é notável que esse trabalho é precário, especialmente no aspecto da insuficiência da renda para o sustento da família. A presença dessa divisão sexual do trabalho, remunerado ou não, na vida privada e na vida pública das entrevistadas será discutida em maior profundidade no próximo capítulo.

Abordando uma perspectiva mais ampla sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho, verifica-se que essa se caracteriza pela alta rotação, segmentação e precariedade (CEPAL, 2015). Essa situação se intensificou após os impactos econômicos da pandemia da Covid-19, que afetou amplamente os jovens com a perda de empregos ou diminuição das jornadas, interrupção dos estudos e de formações profissionais e dificuldades na inserção laboral dos que estavam começando suas carreiras, com muitos desistindo ou postergando esse início (ONU, 2021). Como aconteceu no caso da entrevistada B, que teve problemas para terminar o ensino médio durante a pandemia em Boa Vista. Posteriormente, ela completou seus estudos em São Paulo pela modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), destinada àqueles que não puderam concluir os estudos na idade adequada. Além dos casos daquelas que perderam seu emprego ou se submeteram a empregos presenciais com maior risco de contágio nesse período pandêmico, conforme mencionado anteriormente.

Vommaro e Vázquez (2022) mostram essa situação precária para o caso da Argentina, onde 62% dos trabalhadores de plataformas digitais tinham menos de 30 anos e trabalhavam pelo menos 9 horas por dia de moto ou bicicleta – 70% trabalhavam de segunda a segunda e 97% não tinham nenhum tipo de seguro de saúde ou de acidente no trabalho. Esse tipo de emprego foi uma das principais alternativas de trabalho nos primeiros meses da pandemia, pela facilidade de acesso a vagas (Pacheco; Floréz; Hincapié, 2022).

No Brasil, os jovens de 18 a 24 anos têm a maior taxa de desemprego: 16,6%, o dobro da média nacional. Nota-se uma alta taxa de informalidade entre as pessoas ocupadas, com 42,3%, e as mais baixas remunerações (IBGE/ PNAD, 2023). Na pesquisa realizada por Telles (2010) com jovens na cidade de São Paulo no início dos anos 2000, já ficou evidente como a evolução do mercado de trabalho na capital impactou esse grupo, uma vez que os empregos formais se tornaram mais escassos e deram lugar aos temporários e informais, reduzindo suas chances de conquistar empregos mais estáveis e promissores. Em outro estudo, realizado por Borelli, Rocha e Oliveira (2009) com jovens da periferia da zona Sul da cidade de São Paulo, a inserção no mercado de trabalho foi retratada primeiramente como uma necessidade da família, e em segundo plano como uma decisão por vontade própria, marcando assim a importância do aspecto da sobrevivência.

Até aqui foram apresentadas separadamente as assimetrias a que os migrantes internacionais e as mulheres estão sujeitos na questão do trabalho, destacando-se a trajetória e as narrativas das entrevistadas para esta dissertação. No entanto, para uma compreensão dessa temática na perspectiva da mulher imigrante, e para apresentar o contexto mais amplo, será utilizado o conceito de interseccionalidade elaborado por Crenshaw (1989) sobre a questão da mulher negra. A autora sugere que:

> [...] as mulheres negras podem sofrer discriminação de maneiras que são semelhantes e diferentes daquelas vivenciadas por mulheres brancas e homens negros. As mulheres negras às vezes experimentam discriminação de formas semelhante às experiências das mulheres brancas; às vezes elas compartilham experiências muito semelhantes com os homens negros. Ainda muitas vezes sofrem dupla discriminação – os efeitos combinados de práticas que discriminam com base na raça e na base do sexo. E às vezes, elas sofrem discriminação como Mulheres negras – não a soma da discriminação racial e sexual, mas como Mulheres negras (Crenshaw, 1989, p. 149, tradução nossa).

Como ressaltado anteriormente, mesmo no contexto do Brasil, pode-se observar que as desigualdades que atingem as mulheres negras são mais acentuadas, como fruto dessa interseccionalidade. No presente estudo, a situação da mulher imigrante será analisada seguindo o modelo da interseccionalidade, em que atuam a precarização das ocupações e vulnerabilidades pela sua condição de migrante (baixas remunerações, assédios e abusos por parte do contratante, xenofobia), a divisão sexual do trabalho por ser mulher (acarretando menores salários e maior quantidade de trabalho não remunerado) e desigualdades por ser mulher e imigrante (como maior restrição para trabalhar fora de casa, por não contar com uma rede de apoio ou desconhecer benefícios e recursos disponíveis no país).

Com relação à condição migrante, por exemplo, no estudo realizado por Dutra (2013) com imigrantes mulheres em diversos países, como paraguaias no Brasil e haitianas na República Dominicana, 79% delas declararam estar trabalhando, porém só 29% estavam com situação regular de documentação. Mesmo no caso das paraguaias no Brasil, onde há o direito de migrar de forma regular por acordos entre países do Mercosul, a maioria estava irregular. Elas relatam dificuldades em ter acesso à documentação devido à falta de dinheiro, de tempo ou de informação, muitas vezes por não compreenderem o que é pedido. Como mencionado anteriormente, a barreira do idioma foi uma das maiores enfrentadas pelas

entrevistadas para esta dissertação, além de não terem clareza sobre seus direitos e processos para obtê-los no novo país.

No mesmo estudo de Dutra (2013), também é possível ver a presença da divisão sexual do trabalho pela análise das ocupações antes e depois da migração. Constatou-se que há uma predominância de empregos relacionados ao cuidado entre as mulheres, sejam cuidados da casa, sejam de pessoas, ou em nichos ocupacionais considerados femininos. Outro caso identificado por Mamed (2018) são as haitianas que trabalham na agroindústria no Paraná, em que a segmentação do trabalho atuou no tipo de tarefas em que mulheres e homens eram alocados. As primeiras encontravam-se nas atividades que se passavam na área interna da planta, como corte, desossa, separação de miúdos e embalagem, assim como serviço de limpeza. Já os homens figuravam na área externa, exercendo ocupações nas áreas de abate, de pesagem e de transporte ou atuando como agentes de fiscalização e expedição. Ou seja, eram atribuídas às mulheres atividades que exigiam maior atenção, paciência, cuidado e limpeza, traços do pensamento tradicional acerca do papel da mulher.

Vale lembrar que todas as entrevistadas para esta dissertação já trabalharam com atividades relacionadas ao cozinhar, algumas com limpeza doméstica e operação de telefonia, ocupações consideradas femininas. O impacto da divisão sexual dentro dos negócios próprios das entrevistadas será descrito no próximo capítulo.

Além disso, no Brasil, a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho representava somente 29,3% dos postos ocupados pelos imigrantes em 2020. As ocupações que representam os papéis tradicionais do sexo feminino, como faxineira ou funções relacionadas ao cozinhar, têm maior incidência entre as mulheres, conforme demonstra a Tabela 4. No caso dos homens, o contrário ocorre, uma vez em que as principais ocupações estão relacionadas à força – por exemplo, trabalho na linha de produção e como servente de obras –, conforme a Tabela 5 (OBMigra, c.2022).

Tabela 4 – Principais ocupações exercidas por mulheres imigrantes e refugiadas, no Brasil, em 2020, no mercado de trabalho formal

Ocupação	Registros	%
Alimentador de linha de produção	5.176	8,4%
Faxineiro	4.996	8,1%
Magarefe	4.613	7,5%
Auxiliar nos serviços de alimentação	2.087	3,4%
Vendedor de comércio varejista	1.930	3,1%

Fonte: OBMigra, c.2022 – Base de dados harmonizados da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaborado pela autora.

Tabela 5 – Principais ocupações exercidas por homens imigrantes e refugiados, no Brasil, em 2020, no mercado de trabalho formal

Ocupação	Registros	%
Alimentador de linha de produção	14.349	10,3%
Magarefe	8.646	6,2%
Servente de obras	5.386	3,9%
Faxineiro	3.876	2,8%
Abatedor	3.497	2,5%

Fonte: OBMigra, c.2022 – Base de dados harmonizadas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaborado pela autora.

Na Região Metropolitana de São Paulo observa-se uma maior proporção de mulheres nos empregos formais, com 45,3%, sendo que entre o grupo de venezuelanas essa proporção é levemente maior, 46,2%. Quanto às ocupações das mulheres imigrantes, há predominância de faxineira, seguida de assistente administrativa e costureira em confecção em série. Entre as venezuelanas, operadora de telemarketing é a principal ocupação, seguida de faxineira. Considerando o recorte das jovens na Região Metropolitana paulista, há maior presença no mercado formal, chegando a 49,2% entre as mulheres. As ocupações de faxineira e assistente administrativa seguem predominando, com a inclusão de operadora de telemarketing, que é a principal ocupação entre as venezuelanas (OBMigra, c.2022).

Na dimensão de renda salarial média no mercado formal de trabalho, é possível ver a combinação dos fatores da condição de imigrante e do sexo. Conforme mencionado anteriormente, em 2020, a renda dos imigrantes

venezuelanos foi menor que a renda média do brasileiro. No mesmo período, a mulher imigrante recebeu uma remuneração 32,1% menor que a do homem imigrante no Brasil, ainda que entre 2010 e 2019 tenha havido uma diminuição nessa diferença, até atingir esse marco. Isso se deu mais por uma maior presença de empregos de baixa remuneração do que devido a um nivelamento nos rendimentos entre os sexos, conforme constataram Tonhati e Macedo (2020).

Entre os jovens, a disparidade salarial entre os sexos é menor, cerca de 15,5%. No entanto, a remuneração absoluta deles não chega à metade da média geral dos imigrantes, reforçando o achado de Tonhati e Macedo (2020) de que, entre os salários mais baixos, a diferença entre os sexos é menor. Na RMSP, essas desigualdades seguem patamares similares aos nacionais, nos quais se verifica que as mulheres imigrantes recebem salários 34,4% menores que os homens, e as jovens, 11% menores. Destaca-se ainda a situação ainda mais vulnerável em que o grupo de venezuelanos se encontra na região, com um salário médio 65% inferior à média dos imigrantes, enquanto as venezuelanas enfrentam uma disparidade salarial de 4,9% em relação aos venezuelanos (OBMigra, c.2022).

Assim, a interseccionalidade vivida pela imigrante no mercado de trabalho engloba as assimetrias presentes nas questões de ser mulher e ser imigrante separadamente, e outras dimensões inerentes à sua condição de mulher e imigrante, seja pela menor inserção laboral, seja pelos salários mais baixos. A experiência das venezuelanas na Região Metropolitana de São Paulo confirma essa marginalização.

No próximo capítulo, serão apresentadas as práticas cotidianas do trabalho que emergem em congruência com esse cenário desigual.

2 ATRAVESSAMENTOS DO CONTEXTO NAS PRÁTICAS DE TRABALHO

2.1 Em busca de saídas: legitimação e criação de capitais

> Assim, proponho, com base na intuição, que migrar é uma prática de fuga, um escapar quando não há fora: uma estratégia dos fracos que, ao se deslocarem, abandonam o sonho de serem heróis ou o pesadelo de serem algozes; que deixam de ser vítimas e passam a ser sujeitos que sobrevivem, porque pelo caminho o ar flui, você pode respirar. Eles arriscam a única coisa que o proletariado tem a perder: a sua descendência. Eles percorrem esses percursos com os filhos e filhas nos braços, em carrinhos (Fernández-Savater; Huerta, 2020, p. 44, tradução nossa).

Fernández-Savater e Huerta (2020) estabelecem uma comparação entre o ato de migrar e as estratégias de resistência adotadas pelas minorias diante do poder hegemônico presente em situações sem saída. Essa relação sugere que a migração seja uma tentativa de fugir de uma situação sem saída para outra que não apresenta melhores perspectivas, haja vista as assimetrias que as mulheres imigrantes enfrentam no Brasil detalhadas no capítulo anterior – como dificuldades no acesso a recursos e aos direitos de cidadania, xenofobia e empregos em condições precárias. Propõe-se, então, expandir essa análise para as práticas de trabalho das venezuelanas entrevistadas para esta dissertação, aqui no Brasil, o novo país de chegada.

Fernández-Savater e Huerta (2020) delineiam três estratégias de sobrevivência para situações sem saída: o silêncio, a passividade e a dissimulação. A primeira diz sobre interromper e suspender o previsto, para poder perceber o que passa despercebido, assemelhando-se aos ruídos que conseguimos escutar quando se faz silêncio. A passividade envolve a habilidade de conseguir receber e utilizar as forças que estão ao redor e que não vêm de dentro, como cruzar uma fronteira aproveitando as condições de uma mata densa. Por fim, a dissimulação implica viver uma verdade dupla, aparentando um consentimento exterior ao hegemônico, como os indígenas que rezavam nas igrejas católicas espanholas construídas em cima dos seus templos originários e, portanto, sem saber para quais deuses rezavam.

Traçando o paralelo com o ambiente laboral, tema privilegiado nesta dissertação, o silêncio disruptivo estaria relacionado aos esforços realizados para sair da margem do mercado de trabalho. Mesmo diante das assimetrias detalhadas anteriormente, essas jovens imigrantes persistem e continuam a trabalhar em seus

negócios. Suas narrativas são marcadas por falas sobre "*ir adelante*" e ter coragem, refletidas na prática de continuar como possível, de aceitar as oportunidades que surgem e persistir mesmo diante de adversidades:

> *Então, foi muitas coisas assim que não foi fácil. Mas a gente não desistiu. A gente não desistiu de fazer as coisas. A gente já tem mais ou menos dois anos mais trabalhando, mas mesmo aqui [nesse local de vendas] não tem sido fácil [...]* (Y).

> *Faço eventos também. Faço eventos, café da manhã, coffee break. Faço personal chef, se a pessoa precisa. Vou em casa, cozinho. Faço um cardápio para a pessoa. O que mais? Faço entregas em alguns supermercados para vender os produtos, brigadeiros, brownies, alguns bolos* (D).

> *Trabalho sim, mas em Páscoa não. Porque, eu vou ser sincera, eu uma vez testei um chocolate, mas eu não tinha micro-ondas, eu não tinha como que as coisas necessárias para esse tipo de chocolate, e ele deu errado. [...] E todo mundo começou a falar da Páscoa. Eu falei, não está a Páscoa. Eu não trabalhei na Páscoa. Agora que eu vou ter tempo, eu vou pesquisar* (K).

Além disso, elas atribuem essas características de perseverança e destemor diante de situações difíceis à identidade da mulher venezuelana, temática que fica em evidência para a pessoa migrante que se relaciona com outras culturas no novo território e, consequentemente, impacta a sua própria construção identitária – essa questão será explorada mais adiante neste capítulo.

> *Apesar da situação da Venezuela, a situação crítica do meu país, a mulher venezuelana é muito empreendedora mesmo. Ela não se importa se tem esposo ou não. Ela vai para frente, e essa é uma coisa que é muito identificada* (E).

> *A mulher venezuelana não tem medo de nada. Não tem medo de fazer nada. Então, acho que isso me representa muito em qualquer lugar, nos países que já fui. De não ter medo de começar de novo, de trabalhar em qualquer coisa mesmo, sendo formada na área de educação ou em qualquer área. Não tem medo de tem que fazer faxina, vamos. Tem que cuidar de idosos, vamos* (D).

Essas atitudes também se relacionam com a passividade ativa, pois as entrevistadas seguem pelos caminhos que fluem, que parecem oferecer uma saída. Seja na nomenclatura do tipo de produto vendido, como quando os clientes começaram a chamar de "salgados", conceito que não existe na Venezuela, aperitivos como pastel e empanada, seja na definição do negócio a ser montado. Outra entrevistada tinha experiência com vendas de doces artesanais na Venezuela, porém decidiu comercializar produtos costurados por ela mesma, depois que uma

amiga se interessou por uma bolsa que ela havia confeccionado num curso, e assim começou o seu negócio.

Diante de situações difíceis, como estar presa em uma caverna, hipoteticamente, e seguir a menor corrente de ar que apareça, elas persistem ainda que isso possa levá-las a um beco sem saída. Se deixar o país de origem em direção a um território desconhecido foi como um respiro para elas, continuar trabalhando nos seus empreendimentos, mesmo imersas num contexto desigual, é se manter nessa busca pelo ar da próxima respiração.

Nessa procura pela sobrevivência, as entrevistadas se utilizam de todos os recursos que trazem consigo, muitas vezes limitados aos seus conhecimentos, e tentam conquistar outros no território. Isso se relaciona com os conceitos de campo, capital e *habitus* de Bourdieu (1990). Segundo o autor, é nos campos sociais que as pessoas estão posicionadas de acordo com o seu volume de capital e onde ocorrem as lutas para a manutenção ou transformação desses recursos. Cada campo tem suas particularidades, seus mecanismos e se diferenciam no que está em jogo e nos tipos de capital que são considerados, percebidos como relevantes e também legitimados dentro do contexto desse campo (Bourdieu, 2018).

Já o conceito de capital é composto de três tipos distintos: capital econômico, capital cultural e capital social. O primeiro pode ser entendido como tudo aquilo possível de ser imediatamente convertido em dinheiro ou bens materiais. Já o capital cultural pode se manifestar de maneira tangível, como em quadros e livros, ou corporificado na mente e no corpo das pessoas, por exemplo, o modo de falar e, de forma institucionalizada, diplomas emitidos por uma universidade. Um bem cultural, portanto, sempre será material ou simbolicamente constituído; essa forma é reconhecida mais facilmente como uma competência ou autoridade, e não especificamente como um capital, tal qual o dinheiro. Por último, o capital social está associado à pertença de um indivíduo a um grupo, e esse último, por sua vez, respalda um capital a seus membros, sendo que o volume desse capital varia de acordo com o tamanho da rede que essas conexões conseguem mobilizar e do capital (econômico, cultural ou simbólico) presente nessas conexões (Bourdieu, 1986).

Além disso, para Bourdieu (1986), o capital, ou seu sinônimo, o poder, nas suas formas objetivadas ou corporificadas, pode ser acumulado ao longo do tempo e tende a se manter onde se encontra. Dessa maneira, os capitais refletem as estruturas sociais vigentes que determinam as probabilidades de sucesso das práticas, de modo que o capital corporificado pelo indivíduo se torna parte de seu *habitus*, e não pode ser transferido facilmente para outros.

Por fim, *habitus* (Bourdieu, 2018, p. 86) é definido como os "princípios geradores e organizadores de práticas e de representações" que trazem esquemas de percepção, de pensamento e de ação ao indivíduo, garantindo a conformidade das suas ações e sua conservação no decorrer do tempo. As escolhas não são feitas conscientemente, mas são produto da posição social ocupada pelo indivíduo e consequência dos padrões estruturais inerentes a essa hierarquia, resultando, portanto, no "recusar o recusado e a querer o inevitável" (p. 89).

Na pesquisa de Eggenhofer-Rehart *et al.* (2018) sobre a busca de trabalho de refugiados sírios e afegãos na Áustria, fica evidente essa relação entre campo social e os capitais que nele são valorizados, bem como o empenho dos indivíduos para adquirir capital para melhorar o seu posicionamento no campo. O estudo mostra que, no novo campo social, os tipos de capital que eram reconhecidos no mercado de trabalho nos países de origem não necessariamente são reconhecidos na Áustria. Os refugiados precisam, portanto, criar capitais que sejam reconhecidos no mercado de trabalho local para melhorar suas posições. Nesse exemplo, os autores mostram que, em ambos os casos de refugiados, no país de origem, os capitais sociais e corporificados têm maior valor que o capital educacional formal, e os processos para conseguir um trabalho geralmente são informais. O oposto ocorre no mercado de trabalho na Áustria. Dessa forma, os refugiados encontram barreiras para realocar seu capital, e a aquisição de novos capitais torna-se necessária e depende do comportamento individual – como aprender a língua local.

Assim como a autora Tania Cruz Salazar (2016) relata que os indígenas mexicanos, por já terem experiência em se adaptar fora de seu grupo de origem, quando migram para os Estados Unidos, acionam esse recurso de integração, ajustando sua identidade étnica, por exemplo, usando seus conhecimentos agrários para conseguir emprego rapidamente. Outro relato é feito na pesquisa de Patiño (2005) com jovens indígenas artistas equatorianos que migraram para os Estados Unidos e que misturavam tanto nas roupas como nas suas músicas elementos dos

indígenas norte-americanos, uma vez que a aceitação e as vendas eram maiores dessa maneira, e a prioridade é a sobrevivência.

Já na inserção laboral das entrevistadas no novo campo social, nota-se que elas compreendem as novas regras, acionam seus capitais e tentam criar novos. Inicialmente, elas chegam ao Brasil com pouco capital econômico, frequentemente dependendo do auxílio de instituições que conseguem acionar pela sua rede social limitada – capital social – no território. Além disso, enfrentam obstáculos relacionados ao seu capital cultural, como a falta de fluência no idioma local e a não validação automática dos diplomas de ensino superior – um dos principais capitais que as posicionavam no mercado de trabalho na Venezuela –, devendo iniciar um processo de reconhecimento que pode estender-se por anos aqui. Consequentemente, elas conseguem apenas legitimar habilidades como cozinhar, limpar, vender, cuidar de pessoas e realizar serviços de manicure, sem uma credencial ou validação institucional, profissional ou técnica, como exposto no seguinte trecho:

> *Foi uma oportunidade que a menina deu para mim. E aqui, na verdade, não é muito difícil, porque eu gosto de fazer unhas. Mas eu não fazia para outras pessoas. Eu fazia para meu marido e para mim mesma. Mas a menina falou "Você só precisa tirar um pouquinho, passar esmalte e pronto". Perfeito. Lá em Venezuela a esmaltaria é bem complicada* (Y).

Além das habilidades que elas empregam em seus próprios negócios, como se verifica no relato da entrevistada B, que já possuía experiência em vender roupas na Venezuela e utilizou essa competência nas vendas de seus doces no Brasil, e no relato da entrevistada Y, cujo esposo tinha um restaurante de comida típica venezuelana antes de migrar, e passaram a oferecer o mesmo serviço aqui:

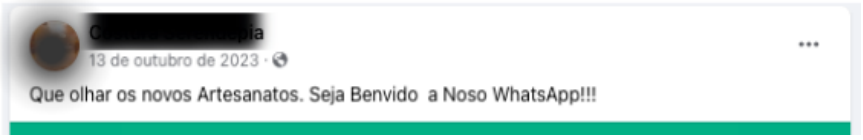
> *[...] quando ele não estava empregado, eu saía junto com ele porque ele não tem aquele, como que diz, aquele negócio pra vender. Eu sempre, desde que me conheço por pessoa, eu sempre fui comerciante junto com a minha mãe. A minha mãe também, ela é comerciante, ela trabalha com venda de roupas, sempre trabalhou desde que a gente mora na Venezuela. Então eu tenho mais esse... essa facilidade para vender, né?* (B).

> *Olha, tudo é diferente. Você vai experimentar agora. Nossas massas, a gente faz artesanais. Então já é uma diferença. O tempero, a gente prepara com os temperos que a gente preparava lá na Venezuela* (Y).

Devido a esses fatores, elas acabam inseridas em empregos com condições precárias ou excluídas do mercado de trabalho formal, restando-lhes a opção de trabalhar por conta própria em seus empreendimentos. Mesmo nesses negócios, o baixo capital econômico e cultural se reflete. Por exemplo, a falta de utensílios e estrutura adequada para a produção de um simples ovo de chocolate – doce típico da comemoração da Páscoa no Brasil –, que exige um micro-ondas para derreter o chocolate e um ambiente refrigerado para a temperagem. Esses são elementos básicos de uma cozinha profissional que elas não conseguem acessar por falta de recursos financeiros. A questão das condições precárias em que se encontram será detalhada no próximo item deste capítulo.

Outro exemplo é a falta de fluência no idioma local, que se evidencia na comunicação que as entrevistadas estabelecem com seus clientes pelas redes sociais de seus negócios. Isso se manifesta em erros ortográficos, como demonstrado no texto do post do Instagram (Figura 2): “Que olhar os novos Artesanatos. Seja Benvindo a Nosso WhatsApp!!!”, sendo que a grafia correta seria “Quer olhar os novos artesanatos? Seja bem-vindo ao nosso WhatsApp!!!”. Além disso, a presença de falsos cognatos, como a palavra “pronto” empregada no sentido de “em breve” (Figura 3) e a incorreta utilização de símbolos, exemplificada pelo uso da letra “R” após o valor dos produtos (Figura 4), em vez de preceder o valor com o símbolo do Real (R$).

Figura 2 – Peça de comunicação com erros ortográficos[7]



Fonte: Instagram.

[7] Todas as informações sensíveis, como nome e telefone, foram escondidas para preservar a identidade das entrevistadas.

Figura 3 – Peça de comunicação com falso cognato

Fonte: Instagram.

Figura 4 – Peça de comunicação com uso incorreto de símbolo de preço

Fonte: Instagram.

No entanto, as entrevistadas seguem com seus empreendimentos e na construção de novos capitais dentro do espectro permitido pelo seu *habitus*, como o aprendizado do português e a realização de cursos profissionalizantes, aos quais têm acesso por meio de instituições e ONGs que auxiliam imigrantes. Elas ainda criam capital social ao estabelecer redes sociais com essas organizações, outros imigrantes venezuelanos ou de países diversos, bem como com pessoas de seu convívio diário, como vizinhos e colegas de trabalho – a construção de redes será detalhada no próximo capítulo. Dessa forma, conseguem mobilizar essas redes para vender seus produtos e acessar novas oportunidades de trabalho e cursos:

> *[...] aí eu já tinha a receita que fazia. Eu já tinha como três, quatro meses fazendo cookies. Aí eu já tinha a receita. Aí eu comecei a praticar aqui. E como eu comecei a trabalhar com promotores, aí eu comecei a vender entre eles* (I).

> *O Centro de Imigrantes que fica em Barra Funda [...] Ali nós conseguimos fazer algum curso também, que ajudou também a gente. Aí fizemos de padaria, mas também fizemos outros cursos que nos iam ajudar a ter melhor comunicação com as pessoas em trabalho, para entrevistas, sabe?* (K).

> *Tem uma amiga [...] aí, um dia, eu fui a comer sua comida venezuelana. E a gente começou a falar. Eu comecei a falar que eu fazia bolos. Ela encomendou algumas coisas. E, hoje em dia, ela é minha parceira de trabalho na questão de sobremesas. Ela falou pra mim "Tem uma ONG que ajuda imigrantes na área de gastronomia". Ela falou pra mim "Eu vou recomendar você". Aí, eles me contrataram para fazer uma live de um evento que se faz anual, que é o Taste São Paulo* (D).

Cabe ressaltar que aqui se reflete o *habitus* na percepção que elas têm da mulher venezuelana como forte e capaz de enfrentar qualquer situação difícil. É possível estabelecer uma conexão com o termo cunhado por Arnaldo Xavier, "matriarcado da miséria", que faz alusão às mulheres negras brasileiras que:

> [...] tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social, e revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo o país (Carneiro, 2011, p. 130).

Dessa forma, tendo em vista a situação das mulheres venezuelanas que vivem em condições precárias na Venezuela e continuam perseverando, inclusive no Brasil, torna-se possível estabelecer uma relação com o contexto histórico das mulheres negras brasileiras, cuja resistência se repete por gerações, apesar das desigualdades enfrentadas.

Outro *habitus* que contribui para a manutenção delas nessa condição desigual é o pensamento de que são as principais responsáveis pelo bem-estar e pelo cuidado da família, sustentado pela divisão sexual do trabalho, que atribui ao feminino as atividades relacionadas ao cuidado e ao privado (Fraser, 2006) – um detalhamento de como essa divisão ocorre será apresentado no próximo item deste capítulo. Desse modo, assumem a responsabilidade de cuidadoras principais da casa e dos filhos, o que lhes restringe tempo e energia para se dedicarem às atividades remuneradas. Assim, encontram-se em um círculo vicioso: ter um negócio próprio para tentar contornar a exclusão laboral e poder exercer uma atividade

remunerada, enquanto exercem as atividades de cuidado não remuneradas; isso resulta na falta de tempo, energia e capital suficientes para desenvolverem seus empreendimentos, que, portanto, geram rendas insuficientes.

2.2 Trabalho precário e divisão sexual do trabalho

A prática anterior enfatiza a agência das entrevistadas em seguir adiante, independentemente das circunstâncias em que se encontram. Aproveitando as oportunidades que aparecem, utilizando os capitais (Bourdieu, 1990) que elas trazem consigo ou até mesmo gerando novos capitais. Nesta seção discutir-se-á como o trabalho precário se dá no contexto dessas mulheres, abordando também a questão da divisão sexual do trabalho e como isso se reflete em algumas práticas nos seus negócios. A começar por um capital cultural que muitas não conseguem legitimar no Brasil e que possuíam na Venezuela, em referência ao diploma de ensino superior.

É marcante a frustração – houve até um relato de depressão – que as acomete pelo fato de não conseguirem se inserir no mercado de trabalho em suas áreas de formação acadêmica, como vivenciado no seu país de origem. Essa realidade restringe as suas possibilidades de ocupação laboral a funções que exigem menor qualificação, como a de faxineira.

> *Eu me adaptei em questão de trabalho, trabalho que eu ficava um pouco frustrada, isso foi o mais difícil para mim, me adaptar aqui como mulher. Porque eu já estava formada, eu estava trabalhando na Escola de Engenharia Civil, e sair de Venezuela, a gente tem que esquecer que é profissional, que tem alguma formação, e trabalhar de qualquer coisa* (K).

> *Quando meu filho começou a ter menos consultas e menos visitas no hospital. E mais ficar em casa. Eu comecei a fazer faxina. Mas foi difícil, bastante. Eu acho que é um trabalho legal também para quem faz. Mas foi bastante difícil para mim fazer. Não sei se você me entende. Chegar em outro país e você tem um estudo. Não é jeito, mas você faz o que tem que fazer. Eu fiz por uns meses só. Mas comecei a ficar um pouquinho depressiva* (E).

Além disso, segundo Zanforlin e Amaral (2019), não há políticas públicas voltadas para a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, o que acaba levando muitos deles a empreender. Conforme apresentado no início deste capítulo, a decisão das entrevistadas de começar o seu próprio empreendimento decorreu ou da insatisfação com as oportunidades de trabalho disponíveis para elas ou de longos

períodos de desemprego – um indício das dificuldades enfrentadas na inserção laboral, que contemplam outros aspectos, como o trabalho não remunerado doméstico e de cuidado dos filhos. Essa circunstância, mais uma vez, restringe suas opções na geração de renda, muitas vezes levando-as para um caminho que não haviam previsto em suas próprias trajetórias de vida antes de migrar:

> *No começo também foi bem difícil, porque nunca tinha pensado. Eu acho que nós formamos... crescemos ouvindo "Você tem que estudar, você tem que se formar, você tem que trabalhar", crescemos ouvindo isso. Então, ficar com sua empresa vai muito mais além. [...] Porque você está acostumado a isso, a depender de um salário, e você acha que vai ser muito difícil. Sim, é difícil, empreender é difícil, mas também não é impossível* (D).

Apesar de ser um caminho seguido por essas mulheres, seus empreendimentos não as libertam da situação de precariedade (Pacheco; Floréz; Hincapié, 2022), que permeia suas práticas em todas as três dimensões: instabilidade, desproteção social e insuficiência de renda. A instabilidade é evidente nas flutuações das vendas, impactando diretamente a renda dessas imigrantes, que se veem obrigadas a aceitar oportunidades de trabalho temporárias ou caracterizadas pela alta rotatividade, como as posições de telemarketing. Enquanto tentam manter seus negócios em funcionamento, elas enfrentam uma jornada de trabalho dupla, tripla ou mais, se considerarmos os trabalhos não remunerados domésticos e de cuidado dos filhos, na busca de estabilidade financeira:

> *Só que, no final do ano, eu parei porque não estava tendo encomendas. E aí dava uma pequena desmotivação. Porque o processo estava muito devagar* (I).

> *Tem sido meses bons, tem sido meses ruins, tem sido momentos difíceis de desespero, porque as vendas não são iguais. [...] E o ano passado trabalhei durante todo o ano cuidando do neném. Como babá. O dia inteiro, mas, na noite, sem deixar do lado os bolos. Continuava pegando encomendas, continuava trabalhando a noite inteira* (D).

> *Eu trabalhei em uma empresa onde eu te falei, é um call center, ela se chama [...]. Eu trabalhei até o mês de outubro. Eu saí no ano passado. Mas depois daí eu falei "Eu vou me dedicar a...". Porque eu vou ser sincera, trabalhar em uma empresa e ter empreendimentos não é nada fácil. Muitas vezes eu queria desistir, sabe? Porque eu também tenho responsabilidade em casa, minha filha* (K).

A oscilação nas vendas dos negócios próprios, além de causar instabilidade para essas mulheres, afeta a questão da proteção social. Metade das entrevistadas têm seus negócios regularizados pelo regime de microempreendedor individual (MEI), proporcionando acesso a benefícios e proteções sociais associados a essa categoria, como cobertura previdenciária e salário-maternidade (Brasil, c.2024b). No entanto, uma das imigrantes teve seu negócio regularizado anteriormente, mas optou por cancelá-lo devido à queda nas vendas. Isso porque a formalização pelo regime MEI implica um pagamento de contribuição mensal, e a entrevistada considerou que não compensava mais. A venezuelana, que estava prestes a dar à luz, e por isso havia pausado seu negócio, não tinha seu empreendimento registrado, portanto, não tinha acesso a nenhum benefício ou apoio financeiro durante esse período delicado de sua vida familiar.

Mesmo diante dessa última situação, em que as entradas financeiras cessaram, e considerando o período em que o negócio estava funcionando e a receita não era suficiente para sustentar ela e seu marido, o discurso em torno do trabalho é positivo. Ela destaca a autonomia de ter seu próprio negócio, trabalhar para si mesma e não ter chefe, conforme o trecho a seguir:

> *Foi legal, porque você controlava a entrada do seu dinheiro. Você trabalhava se você queria. Tipo, se você tinha uma encomenda, você tinha que fazer. Mas se você não tiver uma encomenda, e você não queria fazer para vender no dia, você não fazia. E o dinheiro que entrava era seu, e você tinha que comprar material e pronto. Mas você não tinha que ficar falando para ninguém nada, é muito diferente, né? Do que trabalhar para outra pessoa* (B).

A valorização da liberdade para determinar quando trabalhar, a flexibilidade de horários e a independência financeira também permeiam as narrativas de outras entrevistadas. Isso ocorre mesmo quando a insuficiência de renda é reconhecida e há experiência em emprego formal, pelo qual chegou-se a uma estabilidade financeira, conforme os dois relatos da mesma entrevistada:

> *Porque eu sou minha própria dona. Ninguém me manda. Eu não tenho que falar para ninguém. Se eu vou abrir ou não vou abrir. Se eu quero abrir, eu abro. Se eu quero fechar, eu fecho. Tem essa liberdade. Que eu não tinha no aeroporto. No aeroporto, eu tinha um trabalho muito bom, que eu gostava e tinha um salário. Que foi muito bom naquela época. Comprei casa, carro. A gente fez negócio. A gente fez tudo. Mas eu tinha que cumprir um horário. E eu tinha que me adaptar às coisas que me exigiam, o*

> *horário e o trabalho mesmo. Mas aqui eu tenho muita liberdade. Eu amo* (Y).

> *Na verdade, não muita coisa, porque a gente não tem muito dinheiro para estar gastando. E eu somente trabalho aqui. Eu não trabalho fazendo outra coisa, somente aqui. Meu marido, ele trabalha numa firma que eles fornecem materiais farmacêuticos. Então a gente não tem muito dinheiro para estar gastando. Mas eu fico em casa e olho os meus filhos. Estou pendente deles, busco na escola, trago e pelo menos me dá essa liberdade de estar com meus filhos* (Y).

Esse discurso que enaltece o empreendedorismo, destacando a capacidade de promover autonomia e flexibilidade, juntamente com as trajetórias precarizadas dos negócios próprios das entrevistadas reforçam a perspectiva de Lima (2010) ao afirmar que o empreendedorismo é uma releitura do trabalho informal precário. Além disso, nas últimas décadas, houve uma intensificação da terceirização e desregulamentação das relações de trabalho por meio do fenômeno chamado "uberização". Esse processo, impulsionado pelo desenvolvimento das plataformas digitais, viabilizou a conexão entre clientes e prestadores de serviços sem que esses últimos tenham qualquer vínculo empregatício, forçando os trabalhadores a assumirem "diversos riscos para oferecer o serviço, detendo quase a totalidade dos meios de produção necessários à execução da atividade e por eles integralmente se responsabilizando" (Franco; Ferraz, 2019, p. 845). Adicionalmente, a reforma trabalhista sancionada no Brasil em 2017, por meio da aprovação da Lei n.º 13.467 durante o governo Temer (Brasil, 2017), reduziu alguns direitos trabalhistas e contribuições a serem repassadas para o Estado, entre outras alterações, favorecendo esse modelo de gestão.

Vale ressaltar que a própria empresa Uber[8], que deu nome a esse processo por ser pioneira nesse modelo de organização do trabalho, utiliza o discurso do empreendedorismo – autonomia e flexibilidade – para atrair novos motoristas (Franco; Ferraz, 2019). Argumentos semelhantes foram identificados na pesquisa conduzida por Vasquez (2023) sobre jovens das classes sociais média e baixa na cidade de Buenos Aires, Argentina, autodenominados "*Los Rappi de Milei*", que defendem ideias liberais e baixo vínculo empregatício, característico do trabalho de entregadores de aplicativo de restaurante e supermercado, como o Rappi. A autora

[8] Uber é uma plataforma digital focada em mobilidade que conecta as pessoas com os motoristas. Entre os diversos serviços disponíveis encontra-se acesso a viagens, envio de produtos e entrega de comida sob demanda.

relata que um desses jovens trabalha cerca de 12 horas por dia para atingir o mesmo nível de renda que tinha em seu emprego público anterior, porém a sua narrativa é "*Manejo mis tiempos, soy mi proprio jefe, soy más libre y me siento mejor*".

Essa realidade de renda insuficiente, muitas vezes mascarada, é evidente no cotidiano laboral das entrevistadas para esta dissertação. Enfrentam dificuldades como a falta de equipamentos adequados para preparar certos produtos, como a ausência de um micro-ondas para aplicar determinada técnica ou de um aparelho de ar-condicionado no ambiente, necessário, por exemplo, para a preparação de ovos de Páscoa nos dias quentes, conforme o relato abaixo:

> *Porque, eu vou ser sincera, eu uma vez testei um chocolate, mas eu não tinha micro-ondas, eu não tinha como que as coisas necessárias para esse tipo de chocolate, e ele deu errado.[...] Inclusive, agora, eu não posso testar ovos de Páscoa, porque aqui em São Paulo está fazendo muito calor, sabe, e ele fica pronto ao momento que a gente vai fazer a temperagem dele. Então, estou aguardando que ele fique um pouco mais fresco para testar as receitas que eu quero fazer. Ou se não, eu vou ter que fazer de madrugada* (K).

Por vezes, a escassez de recursos exerce uma influência direta sobre a estabilidade do negócio. Como no caso em que a geladeira quebrou e, devido à falta de recursos financeiros para realizar o reparo imediato, o negócio precisou interromper suas atividades:

> *E a minha geladeira quebrou, então automaticamente eu tive que parar. A minha geladeira quebrou, então automaticamente parou tudo. Semana passada a gente se mudou para uma casa espaçosa, grande. Onde a gente pode produzir de novo. A gente consertou a geladeira, então tudo se encaminhando de novo* (B).

Outra situação é a simples necessidade de pagar as contas, que emergiu como um dos principais desafios para uma entrevistada, quando perguntada sobre conflitos que teve de resolver: "*Não, na verdade, não tenho que resolver. A gente mais bem tem que pagar*" (I).

Dessa forma, torna-se evidente que o trabalho dessas mulheres em seus negócios próprios é caracterizado pela precariedade, refletida na instabilidade das vendas, na falta de proteção social e na insuficiência de renda para garantir o bem-estar delas próprias e de suas famílias. É importante salientar que essa situação não

é exclusiva das mulheres imigrantes. Conforme exposto no capítulo anterior, as mulheres enfrentam desigualdades maiores que os homens, como maior taxa de desemprego, menores salários e maior informalidade (Fundação Carlos Chagas, c.2023). Essas desigualdades são agravadas quando se consideram as interseccionalidades (Crenshaw, 1989), como no caso das mulheres negras e pardas no Brasil, cuja remuneração no mercado formal foi 40% mais baixa que a dos homens, enquanto a média das mulheres em geral foi 10,8% menor (RAIS, 2021).

Assim, observa-se a condição precária de trabalho em que as entrevistadas se encontram, revelando também uma interseccionalidade com o ser mulher e os papéis tradicionais associados a esse sexo, como a responsabilidade pelo trabalho doméstico da casa e do cuidado de seus filhos. Essa situação dialoga com a reflexão sobre divisão sexual do trabalho proposta por Fraser (2006), conforme apresentado no capítulo anterior, que atribui às mulheres o trabalho relacionado ao ambiente doméstico, enquanto os homens se relacionam com o trabalho na esfera pública, com o mundo fora de casa.

A divisão sexual do trabalho é sentida pelas entrevistadas também nas atividades do negócio próprio, já que tarefas vinculadas ao papel tradicional feminino, como cozinhar e costurar, são direcionadas para as mulheres, enquanto aquelas que envolvam força ou que sejam fora de casa, como cortar tecidos e fazer as entregas, são delegadas aos homens.

No caso do trabalho doméstico, como ressaltado por Biroli (2018), a responsabilidade por esse tipo de trabalho não é encarada pelas entrevistadas como uma imposição a elas, mas sim como seu *habitus* (Bourdieu, 1990), elas se veem como as principais responsáveis pelo bem-estar e cuidado da família, conforme exposto no item anterior deste capítulo. Suas narrativas destacam uma visão positiva acerca do equilíbrio entre o cuidado familiar e a dedicação aos seus empreendimentos, sem questionar essa divisão de tarefas entre elas e os cônjuges. Esse trabalho é entendido como algo relacionado ao exercício da maternidade, ao seu papel de mãe: cuidar dos filhos e da família. Os trechos a seguir mostram essa perspectiva de equacionamento, ao mesmo tempo, das tarefas domésticas e do negócio próprio como algo positivo, ainda que o negócio não gere renda suficiente para sustentar a família:

> *Então, no dia eu fico em casa. De manhã, eu levo meus filhos para a escola. Eu faço o almoço. Eu faço todas as coisas em casa. E aí eu venho na tarde. Então, já o movimento às 7 horas da noite, 8 horas que a gente começa a pedir pelo delivery* (Y).
>
> *Não porque a gente, aí que meu negócio tá dando, que me mantém e tudo isso. Não. Mas sim me dá liberdade de eu poder fazer as coisas no meu tempo e, sobretudo, poder ser mãe* (Y).
>
> *Porque ele me permite trabalhar em casa. Então, aí, eu estou pendente dele. Desde a escola até perto. Se tem uma perua, chega aqui e eu já estou em casa. Então, eu quero também isso. Continuar trabalhando por mim. Continuar perto dos meus filhos. E não perder o foco de manter a família, pendente dos meus filhos, pendente da família* (I).

Cabe notar que esse discurso positivo sobre a possibilidade de exercer o cuidado dos filhos e da família graças à flexibilidade proporcionada pelos empreendimentos se estabelece em diálogo com o movimento de precarização das relações de trabalho, representado na figura do empreendedor (Lima, 2010) – autonomia e flexibilidade –, e com o *habitus* (Bourdieu, 1990), que atribui às mulheres a responsabilidade principal pelas atividades do cuidado.

Além das próprias entrevistadas, a divisão sexual do trabalho se manifesta igualmente entre as mulheres que fazem parte da rede de apoio dessas imigrantes. Por exemplo, as mães de duas delas vieram para o Brasil para ajudar as filhas: uma no cuidado da neta – "*Ah, porque minha mãe, nesse tempo, ficava, estava aqui, ela trabalhava. Ela me ajudou por um tempo, bastante, como oito meses, cuidando da minha filha*" (K) –, a outra para ajudar no cozinhar – "*Eu na maioria cozinho tudo. Mas, como minha mãe estava aqui, ela me estava ajudando também. Então, ela ajudava, ela cozinhava para mim no final da semana. E eu fazia durante a semana [...]*" (I).

Assim como a divisão de tarefas segue o papel tradicional do sexo para as mães das entrevistadas, o mesmo ocorre quando os cônjuges se envolvem nos empreendimentos. Geralmente, a eles são destinadas as tarefas que demandam força física, como corte de tecidos, ou ligadas à vida pública, como vendas e entrega de produtos. Atividades relacionadas ao papel tradicional feminino, como cozinhar ou costurar, poucas vezes são atribuídas a eles, e caso isso ocorra costumam se restringir a tarefas secundárias de apoio, como decorar doces:

> *Marido, porque, como eu fico na costura, não dá tanto tempo para eu ir lá e vender. Às vezes eu vou, mas quem mais que tudo se encarga dessa parte é ele. [...] Maiormente eu costuro, faço toda a costura. Meu esposo me ajuda, ele faz a parte dos cortes* (E).

> *Meu namorado, ele me ajuda muito. [...] no momento, para fazer entregas. Para sair a comprar as coisas. Dependo dele, pelo carro. Mas, para a produção, sou eu sozinha* (D).

> *Não, ele não cozinhava. Mas ele me ajudava na parte das fotos, dos logos. Ele fazia logo pra mim, ele é muito bom com designer gráfico, então ele fazia tudo o que era de designer gráfico ele fazia para mim. E ele tirava as fotos, ele gravava os vídeos, ele se encarregava das postagens, e eu me encarregava de fazer. E ele levava, ele fazia entrega* (B).

> *Ah sim, depende... Ele não sabe fazer a massa. Ele sabe fazer... eu fazia a massa, a separação, a porcentagem e tudo mais. E ele fazia a confeição. Ele se encarregava de decorar a embalagem, de separar todas as embalagens e de confeitar o brigadeiro, de enrolar e de confeitar e de colocar dentro da forminha. Eu fazia a massa, eu fazia a pesagem, eu fazia as porcentagens e ele fazia o restante* (B).

Dessa forma, a divisão sexual do trabalho permeia tanto as atividades relacionadas aos empreendimentos como as tarefas familiares, como o cuidado da casa e dos filhos. Nenhuma das entrevistadas escapa de ser a principal responsável pelo cuidado dos filhos, resultando em jornadas de trabalho que frequentemente se tornam duplas, triplas, e por vezes ainda desempenham mais um trabalho em paralelo com o negócio próprio, atuando, por exemplo, como operadora de telemarketing, faxineira ou cuidadora de idosos, como já discutido anteriormente. Embora esses trabalhos domésticos não sejam remunerados, eles demandam tempo e energia, limitam a capacidade dessas mulheres de se dedicar aos seus empreendimentos e, por conseguinte, restringem sua independência financeira.

2.3 Identidade venezuelana: a procura de visibilidade

Em diversas entrevistas, seja no início ou no fim delas, essas mulheres expressaram surpresa ao serem questionadas sobre como seus negócios foram descobertos. Mesmo estando presentes com perfis abertos em uma rede social *online* como o Instagram, elas se sentem às margens no território, confinadas em trabalhos precários ou domésticos. Elas se sentem invisíveis, escondidas.

Segundo Pratt (1999a), essa “invisibilidade” é produto do encontro, da relação entre os subalternos, no caso, as jovens imigrantes, e o grupo dominante, que reconhece a presença do outro para depois “negá-la”:

> Sob uma perspectiva do contato, um fenômeno como a segregação, por exemplo, consistiria não simplesmente na separação ou isolação mútua, como vem sendo definido pela própria segregação, mas como uma forma de ajuntamento que assume a copresença social e historicamente estruturada de grupos dentro de um espaço – uma zona de contato. A partir dessa perspectiva, a “invisibilidade” de grupos colonizados e subalternos na consciência de um grupo dominante não seria entendida como tal, ou seja, invisibilidade (B não existe para A), mas como uma forma de copresença (B aparece para A na forma da negação da presença de B; B só pode ser “não visto” se já estiver presente e se sua presença já for algo sabido) (Pratt, 1999a, p. 12).

Essa invisibilidade decorrente da exclusão dessas mulheres imigrantes também dialoga com o movimento ambivalente em relação à diferença, ao outro, descrito por Hall (2013). Seja na questão racial, sexual ou, especialmente, na questão étnica, em foco nesta dissertação. O autor argumenta que, por um lado, há um fascínio pelo diferente, pelo exótico, exemplificado pela expressão “*A bit of other*” – no Reino Unido, esse termo possui conotações étnicas e até mesmo sexuais.

Por outro lado, esse fascínio pode ser um fetichismo que rejeita o diferente. Nas narrativas das entrevistadas, esse fascínio está presente. A entrevistada B relata que as pessoas reconhecem seu sotaque, acham “legal”, mas não demonstram interesse em saber mais, como de onde ela é, rejeitando assim o diferente. Outros exemplos incluem os negócios sendo vistos como experiências exóticas, a comida típica da Venezuela que se transforma em uma experiência exótica para os funcionários de uma empresa localizada na região da Avenida Brigadeiro Faria Lima (Figura 5) – popularmente considerada o novo centro empresarial de São Paulo – e até mesmo assunto de matéria jornalística no programa de televisão “Pequenas Empresas Grandes Negócios”, que destaca o aspecto inusitado de não brasileiros empreenderem no país. No entanto, essas experiências não geram um envolvimento maior, tanto que uma das entrevistadas mencionou que só aceitou participar desta pesquisa porque uma amiga já havia participado, e se queixou que as entrevistas anteriores não resultaram em nada mais.

Figura 5 – Peça de comunicação sobre oferta de degustação de comida típica para empresas

Fonte: Instagram.

Assim, Hall questiona se esse fascínio não encobriria a real situação de exclusão enfrentada por esses corpos em um mundo marcado por uma crescente onda de xenofobia, como evidenciado pelos episódios relatados pelas entrevistadas no capítulo anterior – brigas e roubos nos centros de acolhida e preconceitos no ambiente de trabalho por parte de outros trabalhadores locais. Todavia, o autor entende que essa situação não é binária, ou seja, não se trata de total exclusão:

> Reconheço que os espaços “conquistados” para a diferença são poucos e dispersos, e cuidadosamente policiados e regulados. Acredito que sejam limitados. Sei que eles são absurdamente subfinanciados, que existe sempre um preço de cooptação a ser pago quando o lado cortante da diferença e da transgressão perde o fio na espetacularização. Eu sei o que substitui a invisibilidade é uma espécie de visibilidade cuidadosamente regulada e segregada. Mas simplesmente menosprezá-la, chamando-a de “o mesmo”, não adianta (Hall, 2013, p. 377).

Dessa forma, Hall (2013) ainda ressalta as produções culturais da periferia que, mesmo sendo poucas, trazem consigo uma visibilidade, ainda que limitada. No contexto examinado neste estudo, as entrevistadas buscam pelo seu negócio próprio uma maneira de se tornarem visíveis, de integrarem e contribuírem para a nova comunidade, além de tentarem reconectar-se com a comunidade deixada para trás na Venezuela. Conforme expresso na fala de I: “*Eu quero, na verdade, eu quero que cheguem muitas pessoas. Que as pessoas saibam que eu existo, que [nome do*

negócio] existe." Ou na fala de K: "*Nossa, meu sonho é que chegue à Venezuela, que chegue [nome do negócio] à Venezuela."* Além do trecho destacado a seguir:

> *Olha, representa a oportunidade disso, de progredir, de nos dar a conhecer como pessoas que, mesmo sendo imigrante, têm a coragem de fazer alguma coisa fora do seu país. [...] É isso, dar a conhecer. Que mesmo estando fora do nosso país, a gente pode conseguir fazer alguma coisa. E aportar também. Porque a gente quer aportar [...] aqui eu sentia que eu era uma agulha num palheiro, que ninguém me via. Que não dava para gente conhecer de mim. Porque eu estava escondida* (Y).

Essas entrevistadas se sentem invisíveis nesse novo contexto em que se encontram na condição de imigrante, deixando para trás tudo o que haviam construído. Ter o seu negócio próprio surge como uma forma de disputarem o reconhecimento na nova sociedade, de mostrar que desempenham um papel ativo nela, além de contribuir para outros aspectos de suas vidas, como a geração de renda *per se*.

Uma prática empregada por essas imigrantes nessa disputa se refere ao processo de construção identitária, aqui entendido, segundo Agier (2001), como um processo situacional:

> Os processos identitários não existem fora de contexto, são sempre relativos a algo específico que está em jogo (ver, esp., Barth 1969; Cohen 1974). A coisa em jogo pode ser, por exemplo, o acesso à terra (caso em que a identidade é produzida como fundamento das territorialidades), ao mercado de trabalho (quando as identificações têm um papel de exclusão, de integração ou de privilégio hierárquico) [...] (Agier, 2001, p. 9).

Como exemplificado pelo autor, a "coisa em jogo" presente no caso das entrevistadas é a exclusão do mercado de trabalho, que está relacionada com a identidade mulher imigrante, seja pela divisão sexual do trabalho, pelo *habitus* da responsabilidade pelo cuidado familiar atrelada às mulheres ou pela dificuldade de legitimar seus capitais no novo território.

Além disso, Agier (2001) destaca o aspecto relacional inerente à busca identitária, enfatizando que essa é definida em relação a um outro.

> É necessário, então, pensar-se a si próprio a partir de um olhar externo, até mesmo de vários olhares cruzados. Desse ponto de vista, os meios urbanos podem ser fatores de encadeamento ou reforço dos processos identitários. A cidade multiplica os encontros de indivíduos que trazem consigo seus pertencimentos étnicos, suas origens regionais ou suas redes de relações familiares ou extrafamiliares. Na cidade, mais que em outra parte,

> desenvolvem-se, na prática, os relacionamentos entre identidades, e na teoria, a dimensão relacional da identidade (Agier, 2001, p. 9).

Considerando o escopo desta pesquisa, essa dinâmica é amplificada tanto pela ocorrência em uma região metropolitana como a RMSP, que abrigava mais de 20 milhões de pessoas em 2022 (Pasternak; D'Ottaviano, 2023), quanto pela figura do imigrante, percebida como o outro, o diferente, o estrangeiro. Portanto, essa delimitação favorece o encontro de indivíduos com diferentes construções identitárias.

Hall (2013), ao falar sobre as diásporas, compreende que nessa situação a identidade se torna múltipla, que novos elos são criados para além do país de origem. Como no exemplo citado pelo autor sobre a qualidade de "ser caribenho", que, compartilhada entre imigrantes provenientes de países do Caribe, só se torna uma realidade fora dessa região. Nos relatos das entrevistadas, observa-se como os encontros ocorridos na cidade atuam como forças que, nesse processo identitário, atribuem a elas outras qualidades, como "latinas", que anteriormente não faziam parte de sua identidade. Essa observação está presente no seguinte trecho:

> *Aí eu entendi depois que tem muitas pessoas aqui no Brasil, com todos os respeitos, não sabem nem geograficamente onde está ubicada a Venezuela. Não sabem quais são os outros países da América Latina. Eu tenho percebido isso, que muitas das pessoas são, é só Brasil, só o idioma daqui, só a cultura daqui. E o resto do mundo não... O resto da América Latina não existe. Porque não sabem qual é a diferença entre Equador e Colômbia* (D).

Em outras oportunidades, elas não se identificam com os atributos designados, como revelado na fala de B: "*Aqui em São Paulo, eu acho que as pessoas acham que a gente, sei lá, a maioria das pessoas confundem com a Bolívia, com o Chile, com peruano. Porque ainda não tinha muito venezuelano aqui*." Nota-se ainda a não identificação com relação à ideia de ser venezuelana presente no território:

> *Para qualquer pessoa que você fala, em meu caso, eu sou da Venezuela. "Eu sou da Venezuela." "Nossa, é verdade que isso está ruim?" "É verdade que a situação é essa?" Não perguntam para você: "Ah, você é formada em quê?" "O que você faz?" "O que você fazia lá?" Não, é só falar do governo. Só falar da crise política. Que se o Brasil vai virar a mesma coisa que a Venezuela. Então, é bem... É um pouco cansativo ouvir a mesma pergunta. E um pouco triste, ao mesmo tempo. Porque isso é a referência que eles*

> *têm. Eu sempre tento falar para as pessoas que eu sou de uma ilha: a ilha de Margarita* (D).

Portanto, no que tange aos seus empreendimentos, elas criam as próprias versões do que é ser venezuelana, enfatizando essa qualidade e as tradições em diferentes dimensões, de maneira a manter esse elo com o país de origem. Isso pode se refletir no fundamento do negócio que oferece comidas típicas e um ambiente acolhedor para os conterrâneos, na inclusão de doces tradicionais em datas comemorativas, em explicações sobre as tradições (Figura 6) e na concepção do produto para que atenda às necessidades das pessoas que moram na Venezuela:

> *Nós tentamos também trazer, é assim, a gente queria um espaço onde o venezuelano chegasse e deixasse tudo em casa. Entendeu? E para o brasileiro, "Aquele local, olha, é diferente. Mas é muito bom", entendeu? Como que você está entrando na Venezuela, através das nossas comidas e do trato da pessoa. Muito bem, então, é isso. E muitas pessoas que são venezuelanas chegam aqui e falam: "Eu sinto que estou em casa", quando come, aquele sabor, aquele cheiro. E é isso que a gente queria trazer para as pessoas que estão aqui. Porque, quando a gente está fora, a gente estranha tantas coisas, principalmente a comida* (Y).

> *[...] eu intento sempre deixar o nome da Venezuela, e deixar claro que eu sou venezuelana, e deixar o nome bem alto, sabe? Falando um pouco disso, sobre as coisas boas que tem em Venezuela. [...] sobretudo no Natal, que eu faço alguns doces típicos. Humm, aí, dá um pouquinho mais para ver a tradição venezuelana* (D).

> *Em dezembro mesmo, eu tava postando lá comida que se faz em Natal. Comecei a postar, e aí nosotros comemos um pão de presunto. Aí, eu também comparti com eles. Como se faz, como a gente prepara e como se come. Também a gente gosta muito. Eu vi que teve como 300 reproduções* (I).

> *Eu penso muito no povo que não tem. Eu não tenho, mas eu penso muito a gente que não tem o suficiente para comprar. Por isso que o meu produto ele não é caro. Porque, apesar dele ser bom, é um preço acessível, que qualquer pode ter. Então, quando eu fiz, fiz pensando no meu país. Que em algum momento, Deus quiser, importar para a Venezuela. Seja um produto que a gente possa comprar. Porque eu sei as circunstâncias de lá, que a gente pega o dinheiro, desse salário, e não dá para comprar uma sacola. Uma mulher não dá para comprar uma sacola, dá para comer* (E).

Figura 6 – Peça de comunicação sobre a importância da banana na culinária da Venezuela

Fonte: Instagram.

As passagens apresentadas anteriormente destacam o quanto é importante para as entrevistadas que sua identidade venezuelana esteja refletida no seu negócio, de forma presente e visível ao público. Isso dialoga diretamente com a produção cultural da diáspora abordada por Hall (2013):

> A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu "trabalho produtivo". Depende de um conhecimento da tradição enquanto "o mesmo em mutação" e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse "desvio através de seus passados" faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições (Hall, 2013, p. 49).

Nesse contexto, as entrevistadas inserem em seus empreendimentos as tradições que permearam suas trajetórias de vida, utilizando-as como forma de expressão e produção identitária. Essa construção torna-se fundamental à medida que elas interagem com o novo lugar, participando da disputa pelos significados no campo social e procurando criar novos capitais associados à sua identidade, sempre em busca da tão sonhada visibilidade. Além disso, cabe ressaltar que esse tensionamento reflete a escolha de determinadas tradições a serem preservadas por essas mulheres, havendo outros elementos hegemônicos, como o uso do brigadeiro – doce típico do Brasil – em suas receitas, que elas decidem incorporar.

3 DIMENSÕES CONTRA-HEGEMÔNICAS NO DIA A DIA LABORAL

3.1 Transculturação

Como mencionado na introdução, um dos objetivos desta dissertação é abordar as práticas das imigrantes venezuelanas por meio de uma perspectiva de contato que:

> [...] põe em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros. Trata as relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e "visitados", não em termos da separação ou segregação, mas em termos da presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, frequentemente dentro de relações radicalmente assimétricas de poder (Pratt, 1999b, p. 32).

No contexto específico vivido pelas entrevistadas, a relação a ser analisada como uma zona fronteiriça é a dessas mulheres imigrantes com o território na questão laboral. Esse é um espaço onde ocorrem interações com a cultura dominante, mas que também é um lugar de criação.

Esta seção apresenta as práticas de transculturação, fenômeno que ocorre nas zonas de contato, que, segundo Pratt (1999b, p. 30), são usadas para descrever:

> [...] como grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana. Se os povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que o utilizam (Pratt, 1999b, p. 30).

Assim, uma vez que os negócios das entrevistadas estão imersos na cultura brasileira, elas adaptam a oferta de produtos para atender ao gosto local. Por exemplo, a venezuelana B, ao perceber a baixa aceitação das tortas geladas que vendia pelas ruas de São Paulo, decidiu mudar para a venda de brigadeiros, produto popular nos perfis brasileiros de confeitaria que ela acompanha no Instagram. Outro exemplo é da empreendedora K, que passou a vender ovos de Páscoa de chocolate, aproveitando a tradição brasileira, diferente da venezuelana, de consumir esse tipo de produto durante essa data comemorativa:

> *Ah, porque outra coisa. Para nós não é costumar ovos de Páscoa na Venezuela. Por isso que eu não trabalhava com ovos de Páscoa. Doces de Páscoa. Nós celebramos a Páscoa, mas de outra maneira, sabe? Então aqui no Brasil tudo é doce de chocolate. Tudo é doce de chocolate* (K).

Em ambos os casos, elas incorporam costumes/tradições da cultura brasileira para definir quais produtos vender em seus negócios, sem modificá-los. Por outro lado, há também situações em que as imigrantes permanecem fiéis às práticas da cultura venezuelana, produzindo e oferecendo produtos típicos de seu país de origem, da mesma maneira como faziam antes de migrar. Por exemplo, a imigrante Y mantém um cardápio inteiramente composto de comida típica, enquanto a jovem K vende um pudim seguindo uma receita tradicional da Venezuela, que difere da brasileira, além de incluir a venda de doces típicos venezuelanos para o período de Natal.

Porém, para além da inclusão ou manutenção de tradições culturais, as entrevistadas também criam produtos ou usos, com base no que aprendem sobre a cultura local. A empreendedora B passou a oferecer o doce “casadinho” para casamentos, como uma alternativa aos tradicionais bem-casados. Ela não se limitou a simplesmente incluir esse doce no seu portfólio de encomendas, mas também o apresenta como uma opção de doce para casamentos, fazendo as vezes dos tradicionais bem-casados, empregando um novo uso:

> *Aí comecei a trabalhar com os casadinhos, você sabe qual é? É um biscoitinho amanteigado recheado com goiabada, com doce de leite, depende do que você quiser rechear. Aí comecei a fazer por encomenda, comecei a fazer por encomenda para festa, fazia para casamento também, fazia decorado, todos mais. [...] aí tem uma coisa que chama bem-casado também, né? Que é o... para casamento, é praticamente a mesma coisa (que o casadinho), só que a massa é diferente. É uma massa amanteigada em vez de ser aquela massa pingada, daquela massa tipo de bolo. Aí eu comecei a fazer, comecei, comprei o papel crepom, comprei as coisas, eu vou tentar fazer pra ver se dá certo. Aí eu falava para os clientes, eu falava para os clientes, “Olha, realmente não vai ficar igual do bem-casado, porque não é igual, não é mesma massa, não é o mesmo papel, não é a mesma coisa, mas se você quiser te mostro as fotos”, e a pessoal aceitava* (B).

Outro exemplo é o doce que a imigrante K desenvolveu, denominado “coxinha de morango”, utilizando o nome do salgado brasileiro “coxinha” para identificar uma sobremesa doce que possui um formato semelhante ao do salgado (Figura 7).

Figura 7 – Peça de comunicação da “coxinha de morango”

Fonte: Instagram.

Cabe ressaltar que o emprego da cultural local nos negócios é consciente, intencional. Conforme mencionado anteriormente, a palavra “salgado”, conceito que não existe na Venezuela para aperitivos, foi usada no nome de um dos negócios das imigrantes. No entanto, a mesma empreendedora optou por manter os nomes tradicionais dos “salgados” conforme são denominados na Venezuela, mesmo que isso dificultasse a identificação por parte dos clientes brasileiros. Para contornar essa dificuldade inicial, ela começou a descrever os produtos para os clientes fazendo paralelos com os salgados brasileiros, como, por exemplo, ao descrever os *tequeños* como “enroladinhos de queijo”:

> *Quando a gente começou a fazer os salgados, nós pensamos mudar os nomes para a gente se identificar um pouquinho mais. Mas aí a gente falou “Mas não vai ser tão típico”, sabe? Eu falei “A gente tem que conhecer pelos nomes que eles têm, porque eles têm seus próprios nomes. Ao princípio vai ser difícil, mas depois que eles peguem, aí já vai ser bem mais fácil”. E tem sido assim. No princípio, às vezes, a gente fala, aquele enroladinho. Esse daqui fala de coxinha, porque é parecido com a coxinha. E assim. Mas eu explico para ele: “Olha, é parecido com a coxinha, mas é massa de mandioca e se chama papita, ok? Tá bom? Papita.” Então, é uma forma até engraçado, porque eles, como vocês não têm esse costume, esse nome é muito estranho. É assim, mas é muito bonito porque a gente ensina para vocês parte da nossa cultura que é a comida. Porque a comida identifica todo mundo onde a gente estiver. Então, é uma forma também de compartilhar* (Y).

Essa intencionalidade, especificamente o quanto elas estão dispostas a modificar os produtos típicos, dialoga com a prática anterior de expressar sua identidade venezuelana nos negócios, marcando presença por meio dela. Portanto, essa negociação também reflete o quanto elas querem ocupar o território e, ao mesmo tempo, não se sentir totalmente assimiladas pela cultura local.

No que diz respeito à seleção dos ingredientes e das receitas, também há exemplos da manutenção de práticas do país de origem, como o uso de uma marca específica ou de um preparo diferente que confere um sabor distinto à comida. Como enfatizado no relato de Y: "*O tempero, a gente prepara com os temperos que a gente preparava lá na Venezuela. Então, nossas carnes e frango levam batata. E o sabor dele já é diferente*." Além disso, essa entrevistada reforça a importância do uso de uma determinada marca de farinha para fazer certas comidas típicas:

> *Eu compro uma farinha. Deixa eu ver se eu tenho aqui. Uma farinha especial que é da Venezuela. É farinha PAN. Eu não sei se você já escutou. Você já escutou da arepa? A arepa se faz com essa farinha. Então, ela é importada. Ela não tem aqui no Brasil. [...] Porque essa farinha daqui (mostrando um pacote de farinha PAN), mulher, ela dá para fazer aquelas delícias. Tem que ser essa, tem que ser essa* (Y).

Por outro lado, como os brasileiros são considerados os principais clientes dos negócios, elas destacam a preferência por participar de cursos ministrados por confeiteiras brasileiras, visando aprender a cozinhar de acordo com o gosto local: "*Em português, porque eu precisava aprender a fazer doce daqui, porque não é igual a Venezuela. Em Venezuela, não se usa muito brigadeiro, sabe? Lá faz, mas não tem o mesmo sabor, textura, não sei"* (K).

Entre continuar utilizando os mesmos ingredientes e adquirir novas receitas ao gosto local, é na arte do cozinhar que a criação acontece. É no fazer que elas adaptam as receitas brasileiras, seguindo o seu paladar, trazendo suas próprias preferências e experiências vividas. Seguindo receitas ensinadas pelas suas mães, ou, mais uma vez, reforçando a sua identidade venezuelana, ou confiando no seu próprio paladar treinado. Esse processo resulta em doces e comidas que elas consideram saborosos, levando à criação de receitas outras:

> *Mas, como falei, a essência na cozinha, algumas receitas que são de minha mãe. Mas as receitas que eu faço são receitas brasileiras, porque é o paladar e o público que eu atendo. Então, tem muitas coisas que eu, ah,*

> *pode ser que eu mude alguma coisa, mas sim, tem essência venezuelana* (D).

> *Tem receitas que eu vou adaptando... Eu peguei receitas de confeiteiras. De cursos que eu fiz. Mas havia algumas coisas que eu fui melhorando. Por isso, alguns dos doces que a gente pode experimentar, eles gostam. Porque... Tem algumas receitas que têm muito açúcar. Sabe? Muito açúcar. [...] não todo mundo vai gostar de um doce muito doce, sabe? Muito enjoativo. Então, por isso, eu fui adaptando algumas receitas de acordo com o que eu, como cliente, também gostaria de um doce muito doce* (K).

A interação dessas mulheres venezuelanas com o público local desperta nelas uma consciência sobre as tradições do cozinhar em seu país de origem, que se distinguem das locais. Elas acabam identificando essas divergências como uma "essência" da Venezuela, resultado facilitado pela "zona de contato" (Pratt, 1999b), e ainda que aceitem adaptar as receitas, elas se preocupam em manter a "essência" da tradição.

Além disso, aprender as receitas e os gostos dos brasileiros para, a partir daí, criar as próprias preparações e questionar os padrões estabelecidos, como a quantidade de açúcar, também se relaciona com o conceito latino-americano e caribenho de "entre-lugar" (Cámara, 2021) atribuído ao ensaio "O entre-lugar do discurso latinoamericano"[9] de Silviano Santigo publicado em 1971. Esse conceito surge a partir de uma crítica literária em que se propõe, por um uso criterioso do modelo textual da cultura dominante, criticá-la em suas inconsistências: "[...] é necessário aprender primeiro a falar a língua da metrópole para poder combatê-la melhor" (Santiago, 2000, p. 20).

Dessa forma, o "entre-lugar" não pretende inverter a relação de centro e periferia, mas desconstruir a hierarquia que os torna diferentes. Modificar as receitas brasileiras ao seu paladar é uma maneira de enfatizar a multiplicidade que também pode existir no cozinhar, de questionar o que é considerado um "bom" doce, um doce refinado, e apresentar novas possibilidades.

Assim, esse encontro entre as imigrantes, seus negócios e o território é permeado de trocas, negociações e criações culturais, fruto dessas zonas de contato. Cabe ressaltar que esse processo foi relatado por uma das entrevistadas, que vivia na Venezuela próximo à fronteira com a Colômbia. Ela percebeu que algumas comidas que ela considerava típicas da Venezuela eram apenas típicas na

[9] Tradução nossa. Título do ensaio original em francês: "L'entre-lieu du discours latinoamericain".

sua cidade e tinham influência do país fronteiriço, caracterizando um produto da interação entre os territórios limítrofes:

> *Porque muitas das comidas que a gente vende nem sequer são autóctones (originárias), as comidas de Venezuela. São autóctones de nossa cidade, e elas têm muito a ver com a Colômbia. Porque nós estamos do lado da Colômbia. E eu descobri agora faz pouco tempo. Eu não sabia, eu descobri aqui que nossa comida é muito parecida com a comida colombiana. Por quê? Porque a gente mora do lado da Colômbia. E a gente pegou muitas coisas de lá, entendeu? Nossa cidade, ela é separada de todas as cidades da Venezuela. Nós temos uma ponte, temos um lago e nós estamos separados. Não dá para ir a Caracas, a Valência, ao Oriente do país. A gente tem que passar por essa ponte para ir até lá. Mas para a gente ir na Colômbia, a gente só tem que cruzar, a gente tá aí, entendeu?* (Y).

3.2 Cozinhar e costurar como práticas artesanais

Para promover uma compreensão mais abrangente e plural de liderança e suas práticas no ambiente de trabalho, esta dissertação busca transcender um modelo binário que privilegia características e ocupações que se relacionam com a figura tradicional do masculino. Nesta seção, o objetivo é ressaltar práticas outras e evidenciar a complexidade envolvida nos nichos femininos, exemplificados pelo cozinhar e pelo costurar. Essas ocupações e, consequentemente, os negócios relacionados a elas são comumente atrelados a uma ideia de simplicidade e, muitas vezes considerados, menos valorizados.

Nessa perspectiva, destaca-se o entendimento de Certeau (1998) sobre como a resistência dos mais fracos está na forma, nas maneiras de suas práticas do cotidiano. Essas práticas seriam as microrresistências para conseguir pequenas liberdades de fazer funcionar as suas próprias representações em outro registro. Dessa forma, eles alteram o campo onde estão inseridos, não pela rejeição ou modificação das leis desse sistema, mas no modo de uso, no consumo. Assim, eles “conservavam a sua diferença no próprio espaço organizado pelo ocupante” (Certeau, 1998, p. 94-95).

Na análise sobre o cozinhar cotidiano, Certeau, Giard e Mayol (1999) constataram o redirecionamento para uma certa hegemonia masculina – nas artes do cozinhar – com a introdução dos eletrodomésticos. De acordo com os autores, esses aparelhos tentaram provocar uma sistematização e racionalização nos processos culinários realizados pelas mulheres, usualmente responsáveis por essas

atividades nos lares. No entanto, o estudo enfatizou que essa rigidez se limitou aos manuais de instruções, os quais raramente eram lidos, e às diversas funções e botões não utilizados no dia a dia, ou nem sequer utilizados, já que não refletiam as demandas práticas da culinária cotidiana. Assim, a cozinha permaneceu, nas casas, como um lugar de gostos, sabores, cores, formas, de compartilhar memórias, de imaginação e criatividade.

Além disso, ao analisar diversos aspectos da prática culinária, os autores constataram como ocorre a desvalorização dessa atividade quando exercida por mulheres em comparação com homens. Por exemplo, ao examinar o nome dos autores de livros de culinária, foi possível notar que aqueles escritos por mulheres, geralmente, traziam nomes seguidos por um título de parentesco, como “avó Madeleine” ou “tia Jeanne”, transmitindo a ideia de receitas familiares, sem implicar uma propriedade ou trabalho intelectual envolvido. Por outro lado, os livros escritos por homens frequentemente apresentavam seus nomes completos, como Raymond Oliver ou Paul Bocuse, sugerindo um orgulho de sua capacidade criativa e um direito de propriedade sobre aquele trabalho intelectual.

Essa sensorialidade do cozinhar – envolvendo gostos, sabores, cores, formas dos alimentos e ingredientes – está presente nas práticas das entrevistadas para esta dissertação. Nos trechos a seguir, elas narram suas trajetórias, repletas de experimentações com ingredientes e ajustes nas receitas, até alcançarem o resultado desejado. São guiadas pelas experiências gastronômicas vividas, que construíram o seu paladar e seu discernimento sobre o que consideram saboroso ou não. Mesmo ao aprenderem receitas brasileiras em cursos, existe uma prática de ajuste, pela qual expressam a sua criatividade para chegar no resultado almejado, mantendo as suas tradições, “essências”.

> *Tem receitas que eu vou adaptando... Eu peguei receitas de confeiteiras. De cursos que eu fiz. Mas havia algumas coisas que eu fui melhorando. Por isso, alguns dos doces que a gente pode experimentar, eles gostam [...] então, essas são coisas que a gente tem que estudar. Não todo mundo vai gostar de um doce muito doce, sabe? Muito enjoativo. Então, por isso, eu fui adaptando algumas receitas de acordo com o que eu, como cliente, também gostaria de um doce* (K).

> *Mas, como falei, a essência na cozinha, algumas receitas que são de minha mãe, mas as receitas que eu faço são receitas brasileiras, porque é o paladar e o público que eu atendo. Então, tem muitas coisas que eu, ah,*

> *pode ser que eu mude alguma coisa, mas sim, tem essência venezuelana* (D).

> *[...] porque pra dar o ponto, realmente você tem que comprar produto de qualidade, senão, não dá o ponto. Não fica certo. Não fica gostoso. Não fica aquela coisa, porque eu já experimentei vários brigadeiros e não tem o mesmo gosto. Dá para sentir quando você compra, quando a pessoa compra produtos que não são de qualidade, dá para saber* (B).

> *Eu... a verdade é que a gente fazia por internet. A gente encontrava uma receita, a gente praticava, aí se não ficava, aí a gente volveu a fazer e tal. E aí ficou com a receita escrita e já, essa é a receita. Aí ficou, aí bom, aí essa é a que é, entendeu?* (I).

Além de destacar o cozinhar como um lugar do sensorial, Certeau, Giard e Mayol (1999) também enfatizam seu aspecto mental, exemplificando as numerosas operações necessárias para produzir uma refeição que satisfaça a todos. Desconstruindo a noção de simplicidade vinculada à tarefa de preparar as refeições familiares.

> Hay que organizar, decidir, prever. Hay que memorizar, adaptar, modificar, inventar, combinar, tomar em cuenta los gustos de la tía Germaine y las aversiones del pequeño François, satisfacer las prescripciones de la dieta temporal de Catherine y variar los menús [...] (Certeau; Giard; Mayol, 1999, p. 206).

Vale ressaltar que, apesar de ser um trabalho que envolve complexidade, além de ser multifacetado, na maioria dos lares essa atividade não é remunerada.

Essa desvalorização está presente nos nichos femininos, como o cozinhar e o costurar, atividades frequentemente consideradas de menor complexidade. Porém, além da complexidade inerente à realização e à definição dos produtos, como exemplificado pelo processo de elaboração de receitas, há todo um trabalho envolvido nas outras etapas do negócio. Qualquer empreendimento demanda esforços para se manter ativo e financeiramente viável. Não se resume apenas a fazer um bolo caseiro e vendê-lo. Como atividade comercial, o processo adquire dimensões adicionais, como a seleção de fornecedores, de matérias-primas e embalagens, a precificação dos produtos e a análise da viabilidade financeira do negócio como um todo:

> *Mais eu, no curso a gente aprendeu a tirar as porcentagem de lucro, de quanto que a gente investia, de rendimento, de tudo. Então as receitas que eu fazia tudo era medido, tudo na medida com porcentagem. Então a gente fazia, antes de fazer, a gente fazia os cálculos de quanto ia ser o lucro de quando ia ser o gasto, tudo* (B).

> *Porque aqui em Carapicuiba, nós temos uma loja de confeiteiro. Então ali eu vou e compro tudo o que eu preciso. Porque para São Paulo, o próprio São Paulo, o centro de São Paulo, também tem na 25 de março. Mas como eu tenho que pegar trem, e às vezes são muitas coisas. Sabe que tem embalagens, por exemplo, para bolos, que ficam com muito volume, sabe? Então eu não quero carregar sacola. Então, o que eu vou pagar em passagem, em condução, eu prefiro pagar nessa loja. Mas ela tem ali embalagens de diferentes coisas. Quando eu preciso, eu vou e pego. E também eu vou para Atacadão, sabe? Para comprar leite condensado e creme de leite. Porque aqui nos mercados daqui da comunidade, do bairro onde eu moro, são muito caros. Então a gente tem que buscar um pouco de economia para fazer a precificação de cada produto* (K).

Além dos processos mencionados que fazem parte da dinâmica de um empreendimento, há um aspecto na maneira como elas exercem suas práticas que dialoga com o trabalho de um artesão, conforme discutido por Lafuente (2023). Segundo o autor, o artesanato está associado à experiência cotidiana, à produção de algo bem-feito, que expressa uma riqueza invisível, além de ser uma resposta a uma necessidade. No caso das entrevistadas, os doces ou as bolsas representam expressões de um trabalho virtuoso. Por exemplo, o design de cada parte de uma bolsa e a escolha dos seus respectivos materiais foram cuidadosamente pensados pela imigrante para suprir as diversas necessidades da mulher urbana.

> *Um exemplo, pelo menos eu coloco zíperes de boa qualidade. Porque [...] às vezes quando eu compro sacolas, eu não gosto que os zíperes sejam de qualidade ruim. Porque eu sei que vai estragar toda a sacola, eu não vou poder usar. Também eu coloco dois, como se chama? Forros, sabe? A coisa de dentro, eu não coloco só o tecido de fora. Eu coloco dois forros, que são impermeáveis, sabe? Pensando na mulher de hoje, que é muito prática e precisa de rapidez, e não está olhando. Não sei se você me entende. Se algo molha a sua sacola, você sabe que as coisas que vão estar aqui não vão molhar assim de fácil. A maquiagem, algo derrama, e você vai ficar tranquila. Porque não vai passar. Então, a ideia minha foi essa, porque eu já tinha bastantes acontecimentos. [...] A alça também é bastante forte. Ela é 80% algodão e 20% sintético. É muito boa. É bastante boa. Ela não machuca. A coisa que eu coloquei. Não sei se seja um diferencial, mas eu acho pra mim, muito prático. Eu coloquei um prendedor aqui, porque eu fiz uma sacolinha à parte pequenina, igual a essa. Só para colocar as coisas por fora mais rápido. Ou, em outro caso, a água aqui, que fica bastante prática para levar. Não derrama, porque vai estar por fora* (E).

Outro aspecto crucial é a dedicação necessária para que os produtos sejam bem-feitos, entre testes de ingredientes, ajustes de proporções nas receitas, experimentação de diferentes técnicas e um compromisso contínuo com o aperfeiçoamento das receitas.

> *[...] é que o mundo da confeitaria leva muitas coisas, fazer teste para algum produto, quantas vezes eu errei nas coisas... Quantos brigadeiros eu jogava... A gente tem que testar diferentes tipos de leite condensado, porque não todos são bons. Tudo é um processo, é uma escola também para nós. A gente pensa que um bolinho só é ovo, açúcar, farinha. Não, ele leva um processo, ele leva um trabalho. Ele não é só colocar no forno e esperar que ele fique frio. Não, tudo é um processo. A gente tem que estudar para ter melhor desenho. [...]* (K).

> *Em três oportunidades ela me encomendou para um dos eventos dela. E ela falou que ela gostou muito das cookies. Então, aí eu comecei a fazer mais. Aí eu comecei a melhorar mais a receita, porque eu fazia com margarina. Aí eu comecei a fazer aqui com manteiga. Aí as cookies foram muito mais saborosas, porque foram de qualidade melhor. Então ficaram mais. Aí eu também estava fazendo cookies recheados de Nutella* (I).

Lafuente (2023) ainda afirma que o artesanato, ao suprir uma necessidade de maneira exemplar, não apenas atende a uma demanda, mas também proporciona uma experiência sensorial e representa o conhecimento de uma sociedade:

> Os artesãos vivem de seu trabalho, o que equivale a dizer que atendem a uma necessidade que gera um mercado de bens e serviços. As coisas bem-acabadas têm de ser funcionais, e, de certa forma, cada objeto que os artesãos oferecem não só é útil como também melhora o mundo das capacidades individuais. São objetos que ampliam o universo da sensorialidade, multiplicam nossas possibilidades e tornam nossa existência mais confortável. Portanto, estamos falando de itens que, belos ou não, baratos ou não, populares ou não, contêm muita política: dizem-nos o que podemos ou não podemos fazer (Lafuente, 2023, p. 329).

Nas narrativas das entrevistadas, é possível encontrar exemplos de como o trabalho dessas mulheres dialoga com a definição de artesanato de Lafuente (2023). Como observado na busca da excelência em todos os bolos produzidos e nas respostas positivas das pessoas que experimentam seus produtos e vivenciam uma experiência gastronômica.

> *Nossa, a parte que eu mais gosto é fazer bolos, fazer bolos e que fiquem lindos. Quando não está ficando lindo, eu falo "Nossa, aqui está passando alguma coisa, tenho que melhorar". Mas sempre dá o melhor, o melhor para que fique lindo, para que o cliente fique feliz e fale "Nossa, está gostoso"* (K).

> *[...] para quem não sabia fazer bolo, para quem não sabia fazer nada, é, é muito, sabe? É muito gratificante quando as pessoas falam para você "Nossa [nome da empreendedora], muito obrigado, seus doces aquecem o meu coração. Muito obrigado por alegrar a tarde com esse docinho", para mim é tudo, sabe?* (D).

> *A verdade, eu gosto de fazer bolos. Eu disfruto muito porque, por exemplo, minha família fala "Está ficando muito bom e tal". Então, é muito, sabe, saber que a gente gosta, saber que as pessoas estão disfrutando de algo*

> *que você faz com suas próprias mãos. Então, é muito gratificante saber que o que você faz, gostam* (I).

Por fim, Lafuente (2023) argumenta que o artesanato representa soluções e adaptações de um estilo de vida a uma determinada situação: “pelo esforço coletivo e secular de adaptação a um território e seu ambiente” (Lafuente, 2023, p. 334). Portanto, sua importância reside no que representa, e não no valor que o mercado a ele atribui. Dessa maneira, reconhecer o trabalho dessas imigrantes, além de responder pela inclusão produtiva de jovens mulheres, promove um desenvolvimento com envolvimento. No sentido de valorizar o relacionamento com um novo entorno trazido pela migração venezuelana para a Região Metropolitana de São Paulo, contribuindo assim para a valorização da pluralidade das práticas no trabalho.

3.3 Construção de comunidades-redes

Novamente – como citado nas Considerações Iniciais – parte-se da definição de “economia criativa” segundo Leitão (2023a), na qual as comunidades criativas são compreendidas como comunidades-redes que apresentam soluções colaborativas para os problemas e, por isso, constroem comunidades e caminhos para a emancipação. Essas comunidades produzem “novos relatos contra-hegemônicos ao sistema-mundo global, ou seja, novos nexos criativos que não sucumbam ao reducionismo das lógicas mercantis, mas que sejam expandidos para reinventar humanidades” (Leitão, 2023a, p. 299). Além de trazerem consigo novos protagonistas, muitas vezes marginalizados e invisibilizados, como é o caso das comunidades às quais essas mulheres migrantes pertencem.

Dessa forma, o objetivo nesse subitem da dissertação é compreender os aspectos de comunidade-rede presentes nas práticas das venezuelanas entrevistadas que contribuem para um desenvolvimento inclusivo. Primeiramente, serão descritas as redes e comunidades articuladas das quais fazem parte, assim como algumas práticas orientadas pelas dinâmicas econômicas adotadas no intuito de gerar capital social e prosperar no território e em seus negócios. Em seguida, o foco estará centrado nas práticas que se relacionam diretamente a existência de

comunidade-rede, ou seja, do agir na rede, de modo a promover uma possível emancipação dos atores nela envolvidos.

É possível verificar o estabelecimento de redes começando pelo próprio núcleo familiar, que por vezes participa diretamente das atividades dos negócios. O cônjuge que faz as entregas, ou vende os produtos, como detalhado no capítulo anterior, ou mesmo a filha que assume a responsabilidade de alimentar as plataformas sociais *online* (Figura 8).

> *E lembro que as mensagens de meu namorado nos grupos era "Minha namorada, que está chegando agora de Venezuela, que está chegando desde agora aqui no Brasil, ela começou a fazer bolos. Estamos oferecendo isso, e isso, e isso. E se você gostaria de encomendar, é só falar". E aí começaram a chegar as encomendas* (D).

Figura 8 – Transmissão ao vivo realizada por uma das entrevistadas e sua filha pelo Instagram

Fonte: Instagram.

Além da participação ativa do pequeno núcleo familiar, outros parentes também integram a rede que coopera nos negócios, seja de forma direta ou indireta. Por exemplo, a avó que ensina as receitas à esposa do neto, a sogra que auxilia nas entregas e as receitas de família que são transmitidas de geração em geração. Como se nota no trecho relatado por I: *"Eu peguei a receita que, por exemplo, minha irmã e eu fazíamos bolos para a família, tipo um aniversário. Aí a gente fazia um bolo para compartilhar com a família. E aí, essa receita foi ficando para nós*."

Se no capítulo anterior o exemplo das mães de entrevistadas que vieram para o Brasil para ajudar as filhas foi abordado para ilustrar a divisão sexual do trabalho,

segundo o tipo de atividade pelo qual cada uma ficou responsável – cuidar da neta ou cozinhar –, esse mesmo exemplo pode ser analisado por outra perspectiva: como uma rede de apoio, tanto nas atividades relacionadas ao cuidado da família quanto naquelas atreladas ao empreendimento.

> *Ah, porque minha mãe, nesse tempo, ficava, estava aqui, ela trabalhava. Ela me ajudou por um tempo, bastante, como oito meses, cuidando da minha filha. Depois, ela arrumou um emprego e ela trabalhava. Então, meus primeiros clientes também foram os colegas de trabalho dela* (K).

Outro caso é o da entrevistada B, cuja mãe desempenhou um papel fundamental em sua jornada. Durante o período de isolamento social devido à Covid-19, quando a entrevistada contraiu o vírus, sua mãe cuidou dela, mesmo ela já morando com o marido. Além disso, quando a mãe já residia em São Paulo, comprou e enviou formas de bolo para Boa Vista, ajudando assim o negócio da filha, que ainda vivia no Norte do Brasil. Quando a entrevistada e seu marido migraram para a capital paulista, foram morar com a mãe, e esse também foi o local inicial de produção dos doces na nova cidade.

> *A minha mãe chegou na pandemia, porque eu lembro que eu peguei covid lá em Roraima. Eu peguei e ela estava, eu estava com ela. Eu vim para casa dela, e ela cuidou de mim. Porque eu estava muito ruim, e ela já tinha pego, né? Aí ela foi cuidar de mim* (B).
>
> *Para você ver, quando eu comecei a trabalhar fora com o chocolate, a minha mãe, ela comprou as formas para mim aqui, as forminhas de silicone para chocolates, ela comprou aqui e mandou pra mim pra lá. Pra eu poder fazer. Lá não tem muita variedade de forminhas, de embalagem, não tem. Aqui tem mais* (B).
>
> *Eu estava morando na casa da minha mãe, que era quando eu estava fazendo, estava produzindo, porque aqui tem um espaço, tem a bancada para mim e tudo mais* (B).

Essa prática de apoio entre familiares é uma forma de cooperação que, de acordo com Sennett (2021), é frequentemente vista como fraqueza na sociedade ocidental moderna. Uma vez que a dependência em relação a outros é muitas vezes considerada uma falha de caráter na criação dos filhos ou no ambiente de trabalho. As instituições buscam promover a autonomia e a autossuficiência, valorizando a pessoa independente, então consideranda livre.

Na China, porém, conforme destacado pelo autor, existe uma prática informal de cooperação entre familiares chamada de *guanxi*. Nesse sistema, “um imigrante

chinês tem a liberdade de procurar um primo em terceiro grau em uma cidade estrangeira para pedir um empréstimo" (Sennett, 2021, p. 165). Os integrantes da rede *guanxi* sabem que podem contar com os outros, especialmente nos momentos difíceis, baseado em um código de honra que os obriga a ajudar. Eles não sentem vergonha da dependência e compreendem que, em algum momento, aquele que recebeu ajuda retribuirá de alguma forma.

Além disso, assim como Sennett, Leitão (2023b) ressalta o papel do parentesco na criação de redes de cooperação e no envolvimento entre as pessoas, o que pode contribuir para um desenvolvimento mais sustentável, inclusivo pela economia criativa. A autora também reforça a proposta de Haraway de "Faça parentes e não bebês!" como uma resposta para uma sociedade cada vez mais composta por pessoas solitárias, que respondem a um modelo que privilegia o individualismo.

Para além dos familiares, as entrevistadas mobilizam recursos de suas redes e direcionam esforços para estabelecer novas conexões, na tentativa de aumentar seu capital social (Bourdieu, 2018) e continuar nessa jornada. Com o auxílio de amigos, tanto dentro quanto fora do Brasil, vizinhos, instituições religiosas que frequentam e membros de sua comunidade, elas conseguem acesso a matéria-prima para iniciar a produção, espaço para trabalhar, investimento para adquirir equipamentos, manter um nível constante de vendas, entre outros recursos. Mesmo nos momentos mais vulneráveis, como durante a pandemia, uma das entrevistadas organizou uma transmissão ao vivo pelo Instagram (Figura 8), cujos participantes consistiam em membros da igreja que frequentava e familiares que residiam na Venezuela.

> *Então, como a gente começou na pandemia, a igreja nos ajudou durante esse tempo. Porque a gente não podia estar na rua. Então, eles nos ajudaram, forneciam alimento, nos ajudaram com os aluguéis* (Y).

> *Eu comecei a fazer os bolos e comecei a dar para os vizinhos para eles experimentarem porque, como eu falei, eu nunca tinha feito bolos e muito menos receitas daqui. [...] E lembro que as mensagens de meu namorado nos grupos era "Minha namorada, que está chegando agora de Venezuela, que está chegando desde agora aqui no Brasil, ela começou a fazer bolos. Estamos oferecendo isso e isso e isso. E se você gostaria de encomendar, é só falar", e aí começaram a chegar as encomendas. Muito bem. O apoio daqui, onde eu estou, foi bem grande. Meus vizinhos até hoje, antes de falar com você, eu estava fazendo entregas. E assim, é diário. Graças a Deus, as vendas têm sido diárias* (D).

> *A gente não tinha onde trabalhar, ou não era em nenhuma parte. Aí nós contamos para esse irmão [da igreja] aqui que a gente precisava de um lugar. Mas a gente não tinha como alugar, porque, assim, nós começamos um negócio de zero. Nós não tínhamos capital, não tínhamos nada, então, nós pegávamos um pouquinho de farinha, um pouquinho de queijo, fazíamos salgados. Dávamos para experimentar. Alguma pessoa comprava. Mas não era aquela questão de que a gente já tem capital não. Aí, ele falou: 'Mas eu posso... no espaço que eu tenho lá na garagem, você pode ficar aí. E vocês trabalhem aí." E aí, a gente, a gente teve um amigo que ele está nos Estados Unidos. E ele nos falou "Eu financio alguma coisa". E aí, a gente comprou a cava, comprou a máquina a fritadeira, entendeu?* (Y).

Além das redes já mencionadas, elas também se utilizam de outros recursos para promover a inclusão produtiva. Recorrem, por exemplo, a colegas da profissão que conhecem em grupos de WhatsApp e Facebook nos quais dicas e informações são compartilhadas e até mesmo novas amizades são estabelecidas. Também contam com o apoio de pessoas com que trabalham em outros empregos, além de seu próprio negócio, a quem elas oferecem seus produtos. Por fim, participam de feiras que reúnem diversos empreendimentos, sejam eventos gratuitos ou pagos, em que uma taxa é cobrada para expor seus produtos.

> *Mas graças a Deus agora eu me motivo, porque também eu estou em grupos de WhatsApp e de confeiteiras. Então, elas dão ideias. [...] E todo mundo começou a falar da Páscoa. Eu falei "Não está a Páscoa. Eu não trabalhei na Páscoa. Agora que eu vou ter tempo, eu vou pesquisar". Então eu comecei a perguntar a uma colega de confeiteira. Mas ela mora em outro estado. Mas eu fiz uma amizade por meio da internet. E ela me falou: "Não, amiga, faça. Na Páscoa você vende coisas." Eu falei: "Nossa, mas é que..." Ah, porque outra coisa. Para nós não é costumar ovos de Páscoa na Venezuela. Por isso que eu não trabalhava com ovos de Páscoa* (K).

> *Aí eu já tinha a receita. Aí eu comecei a praticar aqui. E como eu comecei a trabalhar com promotores, aí eu comecei a vender entre eles* (I).

> *Feiras que são privadas, né? Que a gente paga para promocionar seus produtos. [...] O Tamanduateí faz uma feira que se chama... É uma feira Mais Produtiva, algo assim. E também tem outra feira lá em Vila Maria. Que também fui lá promocionar também. Só que eu paguei e não... A gente lá, essa feira não chega muita gente. Então, não foi muito bom o investimento* (I).

Outra rede relacionada especificamente à condição de migrante está relacionada à comunidade de pessoas em condição de refúgio e imigração. Seja participando de grupos em redes sociais *online*, como WhatsApp e Facebook, seja mantendo amizades estabelecidas antes da imigração, elas agora se conectam com outros imigrantes para navegar pelo território com mais facilidade e enfrentar as barreiras da vida cotidiana e de seus empreendimentos.

Para uma família recém-chegada ao Brasil, conseguir alugar um imóvel pode ser bastante desafiador, e poder contar com amizades que facilitem processos como esse, por exemplo, ajuda na integração social e produtiva, conforme um dos depoimentos abaixo. Eles revelam como o conhecimento circula pela comunidade no boca a boca, desde como conseguir ingredientes específicos para comidas típicas, até informações sobre instituições que ajudam a comunidade.

> *E isso conseguimos por aqui, por São Miguel, também, graças a indicações de uma amiga dela, que era uma colombiana que morava por aqui. Que morava aqui mesmo, onde a gente mora. E aí, ela indicou a gente. E a gente chegou aqui. E, graças a Deus, aqui conseguimos. Nossa amiga conseguiu falar com a dona. E assim foi que a gente foi, pouco a pouco* (I).

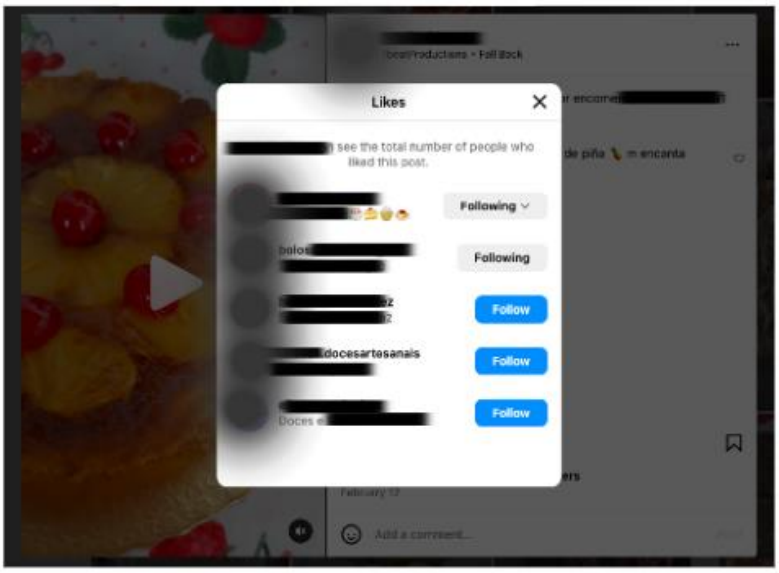
> *Tem uma amiga [...] E a gente morava próximo. Aí, um dia, eu fui comer sua comida venezuelana. E a gente começou a falar. Eu comecei a falar que eu fazia bolos. Ela encomendou algumas coisas. E, hoje em dia, ela é minha parceira de trabalho na questão de sobremesas. Ela falou pra mim "Tem uma ONG que ajuda imigrantes na área de gastronomia". Ela falou pra mim "Eu vou recomendar você". Aí, eles me contrataram para fazer uma live* (D).

> *Eu faço parte por WhatsApp e também por Facebook, e lá a gente se mantiene. Aí se lá alguma organização, una fiesta, ou, por exemplo, em diciembre la gente fazer hallaca. É um prato de Natal que a gente faz. Aí eles colocam, tipo, quem vendem a folha, a folha de banana. Aí a gente faz o prato de Natal. Aí a gente teve muita comunicação para tipo, comprar. Comprar as folhas de banana* (I).

Destaca-se ainda a rede colaborativa que as próprias entrevistadas formam entre si e com outras pessoas que possuem negócios similares. Além do compartilhamento das diversas informações já mencionadas, a colaboração entre elas é evidente nas interações que ocorrem nos seus perfis comerciais em suas plataformas sociais online. Pelos nomes dos perfis que articulam os negócios entre si (figura 9), é possível observar que diversos são relacionados à confeitaria, pois incluem palavras como “bolo”, “doces” e “doces artesanais”.

Importante ressaltar que, quanto maior o número de interações que um perfil recebe nessas plataformas sociais online, maior é a visibilidade e o alcance que o algoritmo destina a esse perfil. Tal prática também foi observada em um estudo realizado no México por García-Canclini, Cruces e Pozo (2012), que se concentrou no público jovem. A pesquisa demonstrou como a juventude contemporânea, nascida com a internet presente no dia a dia, tende a ser versátil e saber trabalhar bem em rede, em colaboração, tanto como produtor, quanto usuário.

Figura 9 – Detalhamento dos perfis que interagiram com *like* em post do perfil comercial de uma das entrevistadas



Fonte: Instagram.

Nessa troca de conhecimentos sobre o território, descobrem também as instituições que oferecem apoio a pessoas em situação de refúgio e imigrantes, abrangendo uma variedade de questões, desde a regularização de documentos até a inserção no mercado de trabalho. Durante as entrevistas, todas mencionaram ter recebido algum tipo de auxílio de mais de uma organização ao longo de sua trajetória, tanto para se estabelecerem no Brasil quanto para desenvolverem seus próprios negócios.

A tabela 6, adiante, apresenta o conjunto de instituições citadas pelas venezuelanas, com uma breve descrição de suas atividades e seu escopo. As entrevistadas receberam diversos tipos de auxílio, incluindo cesta básica, ajuda financeira, aula de português, bolsas para cursos profissionalizantes (como confeitaria e padaria) em outras instituições especializadas, além de cursos relacionados à inserção laboral, tais como comunicação no ambiente de trabalho e preparação para entrevista. Algumas instituições também trabalham diretamente com a recolocação no mercado de trabalho, conectando-as a vagas disponíveis.

> *Sim, a Caritas nos ajudou também com um salário-mínimo. E nos ajudou também com uma cesta básica. [...] eu tenho um grupo de venezuelanos e tenho também um grupo de uma organização, que também é uma organização com venezuelanos. Então a organização está Adus. [...] Eles sempre promovem, tipo, o serviço de documentação, serviços de... Eles*

> *também têm algumas vagas. E aí nesse grupo eles também indicam a gente que tem que ir lá, para o outro lado* (I).

> *Há uma fundação que se chama Caritas. Ah, sei. Eles ajudavam muito também os imigrantes em seu momento. O centro de imigrantes que fica em Barra Funda. Ali, nós conseguimos fazer algum curso também, que ajudou também a gente. [...] aí fizemos de padaria, mas também fizemos outros cursos que nos iam ajudar a ter melhor comunicação com as pessoas em trabalho, para entrevistas, sabe?* (K).

> *É, aqui eu também tive ajuda da Caritas para fazer o curso de confeitaria. Porque o curso de 1.200 reais, que eu consegui fazer de graça. Porque eles me ajudaram, né? Conseguiram a bolsa pra mim. E acho que ajuda assim essas coisas, também a mamãe foi ajudada com o negócio de curso, várias coisas assim, mais a Caritas. [...] Mas eu, no curso, a gente aprendeu a tirar as porcentagem de lucro, de quanto que a gente investia, de rendimento, de tudo* (B).

> *Eu consegui esse emprego ali, nessa igreja que chama Missão Paz. [...]. Já você já escutado, me imagino, nessa investigação. Missão Paz, eles também ajudam muito os imigrantes também, muito, muito, muito* (K).

Destacam-se também as instituições que se dedicam especificamente a temas relacionados ao empreendedorismo, com foco inclusive na área da gastronomia. Nessas organizações, as imigrantes tiveram acesso a uma variedade de cursos, relacionados a vendas, atendimento ao cliente, promoção de produtos em plataformas digitais, primeiros socorros, entre outros. Além de ajuda para formalizar seus negócios, inserção em grandes eventos gastronômicos na capital paulista, indicação para entrevistas na imprensa e visibilidade pelas redes sociais *online* das organizações.

> *Esse do Migraflix [...] eles trabalham também com imigrantes na parte da Gastronomia. E eles ajudam muito. No tempo da pandemia, eu fiz vários cursos com eles de empreendedorismo, de Instagram, de fotografia, de não sei o quê. Tinha pessoas que falavam da sua história, de como eles começavam, não sei o que mais. E eles apoiam aqueles. Tem alguns eventos que fazem aqui, de comida, eles que apoiam os imigrantes. Para eles colocarem sua barraca, vender as comidas* (Y).

> *Faço parte ainda deles [Migraflix]. Trabalho em eventos com eles. No começo, faz alguns anos, eles dictavam alguns cursos bem interessantes sobre vendas, contato com clientes, delivery. E eu aproveitei de fazer todos esses cursos. Então, fiz minha logomarca, abri a empresa, abri o MEI, faço nota fiscal* (D).

> *Aí, eles me contrataram para fazer uma live de um evento que se faz anual, que é o Taste São Paulo. Só que, nessa época, era online, porque era pandemia, em 2020. Aí, com o cachê que eles pagaram pra mim, eu consegui me matricular nesse curso que falei pra você. Nesse Instituto de Confeiteira Profissional. E aí continuou. Eu sei que continuo sendo parte, aproveito todos os cursos que eles davam. Até hoje, faz menos de um mês, eu fiz um curso com eles de primeiros socorros. Então, eu sempre estou*

> *envolvida com eles. Já eles me contrataram para dar aula também. Fazer eventos. E a gente sempre está em contato com eles* (D).

> *Ultimamente tem tido muitas entrevistas com pessoas. Porque o mesmo Migraflix, Casa Venezuela, eles fornecem também algumas pessoas para nós fazerem entrevista. E eles colocam também nas redes sociais. Então, de aí a gente tem mais visibilidade. Vai conhecendo um pouquinho mais* (Y).

Adicionalmente, essas instituições acabam se tornando pontos de encontro, "nós" de redes, interligando as redes das imigrantes e proporcionando um espaço de conexão entre pessoas que enfrentam situações similares. Nesses locais, elas se conhecem e compartilham informações sobre processos, outras instituições, dicas. Essas instituições integram uma rede ativa juntamente com as pessoas na condição de refúgio e imigrantes, que constantemente estão em contato, seja por grupos de WhatsApp ou individualmente, para divulgar oportunidades de trabalho ou de formação. Como exemplificado pelo relatado de E: "*Depois que eu conheci a Adus, eu comecei a conhecer gente, né? Imigrantes, igual que eu, daqui do Brasil. E daí, me falaram de outro lugar, que era Cerzindo*." Vale reiterar que um dos caminhos metodológicos utilizados nesta dissertação – para identificar as imigrantes a serem entrevistadas – foi explorar as redes sociais dessas instituições e acompanhar as pessoas que participavam dos eventos nelas realizados.

Por fim, é importante reconhecer que, além do apoio prático oferecido por essas entidades, tanto em questões da vida cotidiana quanto relacionadas aos empreendimentos, há também um apoio emocional, que se revela vital nos momentos de vulnerabilidade. São visitas nos Centros de Acolhida, conversas que vão além de um simples preenchimento de formulários e banco de dados e um cuidado nas ações para garantir que as pessoas se sintam verdadeiramente acolhidas.

Nas entrevistas, as pessoas que trabalham nessas instituições são mencionadas pelo nome, não apenas o nome da organização, pois são indivíduos lidando e se envolvendo com outras pessoas. Para as entrevistadas, isso significa deixar de se sentirem invisíveis por alguns momentos, elas sentem que podem contar com alguém, que não estão sozinhas nessa jornada.

> *E daí, me falaram de outro lugar, que era Cerzindo. E eu fui lá e conheci a Blanca, conheci a Yasmin. Conheci toda a equipe que elas têm lá. E aí, eu fiz curso de costura. Como eu não conhecia dessa área, mas eu precisava de algo que ocupasse a minha mente. E elas me ajudaram muito. E agora é meu aprendizamento* (E).

> *Eu amo Casa Venezuela. Eles nos ajudaram muito, muito, muito quando chegamos aqui, nossa. Eu fico agradecida de Yasmin, de Blanca [...] quando nós chegamos aqui, nós chorávamos. Porque, nossa, foi difícil, e elas sempre davam essa palavra. "Você tem que continuar. Não é fácil, mas você tem que continuar." Eu adoro elas porque sempre, sempre, elas... [...] Eu sempre vou estar agradecido, elas chegaram lá [no Centro de Acolhida] porque, quando nós chegamos ali, já moravam outros venezuelanos* (K).

> *Porque aqui tem todas as organizações que ajudam os imigrantes. Essas organizações são perfeitas. Elas ajudam em tudo. Olha, eu tenho feito curso, onde eles pagam para a minha passagem do ônibus, ida e volta. Se a gente precisava de um chip para ver os cursos, eles forneciam o chip, no tempo da pandemia, o crédito. Então, uma coisa é que a gente tem tido muitas ferramentas. A gente não foi sozinha. "Ah, vou empreender e vou sozinha." Não, eu nunca estive sozinha. Eu sempre tive o apoio desses pessoal* (Y).

Outro fator relevante a ser destacado é a própria atuação em rede entre essas instituições, que trabalham em colaboração na organização e realização de alguns eventos e cursos (ver Figura 10). Além disso, operam em rede para atender às necessidades individuais dos migrantes, como a obtenção de bolsas de estudos para cursos profissionalizantes, em que a instituição atua como intermediária entre a pessoa migrante e a instituição responsável pelo curso.

> *Aí eu comecei a conhecer, e da Migraflix, eu fiz alguns cursos com Casa Venezuela. E aí, eu fiz agora com Aventura de Construir. E eles mesmos, porque eles são várias organizações juntas. Por exemplo, Aventura de Construir, ele trabalha com Casa Venezuela e com Missão Paz. E com outro aí que não me lembro. Então, são vários que estão ajudando. E eles procuram pessoas que nos ajudem a nós* (Y).

Figura 10 – Reels sobre curso realizado pelas organizações Aventura de Construir e Casa Venezuela

Fonte: Instagram.

É evidente que, mesmo com a ajuda dessas instituições e outras redes de apoio, as entrevistadas, assim como as mulheres migrantes em geral, enfrentam uma situação precária e desigual, como evidenciado pelas narrativas e pelos dados apresentados nos capítulos anteriores. Nem sempre os esforços dedicados à construção de novas redes resultam em capitais sociais – e, mesmo que isso ocorra, podem não ser suficientes para tirá-las da condição de vulnerabilidade. Houve relatos de frustrações, por exemplo, em relação à participação em feiras e à divulgação de informações equivocadas por outras migrantes.

> *Tem vezes que também você encontra algumas pessoas da sua mesma nacionalidade, que também estão no meio, que não falam para você quando são as feiras. Como vai ser a documentação, "Vai ser muito perrengue para abrir o MEI...". Coisa que é muito fácil em internet. Lembro que, na época, meninas da Venezuela falaram para mim: "Não, que você tem que ir não sei onde, não sei onde, você vai falar não sei o quê"* (D).

Tabela 6 – Instituições que apoiam pessoas na condição de refúgio e imigrantes das quais as entrevistadas receberam alguma ajuda

Nome da instituição	Descrição
Instituto Adus	O Instituto Adus é uma ONG que promove a integração de refugiados na sociedade brasileira desde outubro de 2010. Na prática, oferecemos ao refugiado todo o suporte para conseguir documentação, intermediação com órgãos públicos e outras ONGs, capacitação, intermediação junto a empresas para colocação profissional e ensino de português.
Aventura de Construir	A Aventura de Construir é uma Organização Sem Fins Lucrativos que atua desde 2011 no acompanhamento, formação e desenvolvimento de empreendedores de baixa renda das periferias de São Paulo e do Brasil. Oferecemos capacitações e assessorias, visando transferir tecnologias e conhecimento sobre empreendedorismo a cada beneficiário.
Caritas	A Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 170 organizações membro da Cáritas Internacional. As áreas de atuação representam a diversidade de atividades que a Cáritas Brasileira realiza no país em distintos níveis e em toda a Rede. São cinco áreas prioritárias: Economia Popular Solidária (EPS), Convivência com Biomas, Programa de Infância, Adolescência e Juventude (PIAJ), Meio Ambiente, Gestão de Riscos e Emergências (MAGRE) e Migração e Refúgio.
Casa Venezuela	Organização civil, sem fins lucrativos, que promove a integração socioeconômica e cultural de venezuelanos vulneráveis no Brasil. Nosso objetivo é facilitar e otimizar o processo de integração socioeconômica dos migrantes venezuelanos, que chegam ao Brasil fugindo da crise e à procura de uma vida com mais paz, dignidade e oportunidades.
Cerzindo	O Projeto Cerzindo, de natureza filantrópica e sem fins lucrativos, visa a efetivação do processo de capacitação profissional de pessoas em situação de refúgio e imigrantes, por meio de cursos gratuitos (na área da indústria têxtil e no empreendedorismo). Outra frente de atuação é a de serviços e produtos, onde são promovidas a geração de renda e troca de cultura.
Migraflix	Somos um negócio de impacto que promove o empreendedorismo gastronômico e cultural estimulando a descoberta de novas histórias e identidades. Acreditamos que desbravar os sabores do mundo é um convite sincero para conhecer o outro. Nos desafiamos a trazer temperos ousados e nos comprometemos a consumir e produzir de forma responsável com o planeta.
Missão Paz	A Missão Paz é uma instituição filantrópica scalabriniana de apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo, em atividade desde os anos 1930. Recebeu e atuou em favor de pessoas e migrantes de diferentes partes do mundo. Sua estrutura atual é formada por: a Casa do Migrante, o Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM), o Centro de Estudos Migratórios (CEM), os Eixos Transversais e a Igreja Nossa Senhora da Paz; além de outras atividades transversais.
Visão Mundial Brasil	A World Vision, como a Visão Mundial é conhecida fora do Brasil, nasceu depois que o fundador, Bob Pierce, se deparou com uma criança chinesa abandonada na nua, nos anos 1950. No Brasil desde 1975, atua com foco nas crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade, buscando a erradicação da violência e uma vida mais digna, em abundância. Desenvolve programas e projetos nas áreas de proteção, educação, meios de vida, incidência política e resposta a emergências.

Fonte: Sites das instituições[10] | Elaborado pela autora.

[10] As informações da tabela foram retiradas dos seguintes sites: https://adus.org.br, https://www.aventuradeconstruir.org.br, https://caritas.org.br, https://www.casavenezuelabr.com.br/,

No entanto, elas seguem "*adelante*" e constroem suas próprias redes e oportunidades na vida cotidiana, pelas "astúcias" de quem ocupa uma posição subalterna e precisa aproveitar os momentos positivos para então, e rapidamente, realizar seus movimentos "táticos". Como se segue, "astúcias" e "táticas" aqui compreendidas de acordo com Certeau:

> O poder se acha amarrado à sua visibilidade. Ao contrátio, a astúcia é possível ao fraco, e muitras vezes apenas ela, como "último recurso":"Quanto mais fraca as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia". Traduzindo: tanto mais se torna tática (Certeau, 1998, p. 100).

Como é possível observar no relato da imigrante B, que, ao oferecer seus produtos a funcionários de lojas, aproveitava a oportunidade para entregar o currículo do marido: "*É onde meu marido trabalha atualmente, falando nisso. A gente vendendo brigadeiro, a gente entregou o currículo dele lá, na Tateno, na loja de doces. E chamaram ele."* Outro exemplo, pode ser observado no relato da entrevistada D, que obteve uma bolsa de estudos em uma escola de gastronomia, aproveitando o acesso ao local por meio da participação em um outro curso oferecido por uma instituição da qual fazia parte.

> *Então, sendo parte da Migraflix, a gente foi fazer um curso lá. E eu falei "Nossa, que cozinha maravilhosa. Eu gostaria de estudar aqui". Na escola Wilma Kövesi, em Pinheiros. E aí, a menina que estava nesse momento, Ana Rodrigues, falou para mim: "Você quer mesmo?" Eu falei: "Quero, mas acho que é muito costoso. Não dá para me pagar." Aí, ela falou para mim: "Vou conseguir uma bolsa para você." Eu falei: "Sério, não acredito." E aí, eles deram uma bolsa para mim. Fiquei um ano inteiro em gastronomia. E trabalhei em tudo* (D).

Ainda existem práticas que trazem consigo dimensões coletivas, remetendo ao conceito de comunidade-rede, no qual se percebe uma preocupação com o desenvolvimento da comunidade em si. No relato da entrevistada E, por exemplo, percebe-se que a definição do preço de seus produtos não segue a lógica mercantil de lucro máximo. Ela optou por oferecer um produto bom a preço acessível, mesmo sabendo que poderia cobrar de acordo com o preço praticado no mercado. Ela

---

https://www.cerzindo.org.br/, https://www.migraflix.com.br/, https://missaonspaz.org, https://visaomundial.org.br/. Acesso em: 7 mai. 2024.

prefere, porém, manter um preço mais baixo, priorizando o acesso de mais pessoas aos seus produtos.

> *Então, eu penso muito no povo que não tem. Eu não tenho, mas eu penso muito na gente que não tem o suficiente para comprar. Por isso que o meu produto, ele não é caro. Porque, apesar dele ser bom, é um preço acessível que qualquer pode ter. Então, quando eu fiz, fiz pensando no meu país. Que em algum momento, Deus quiser, importar para a Venezuela. Seja um produto que a gente possa comprar. Porque eu sei as circunstâncias de lá, que a gente pega o dinheiro desse salário e não dá para comprar uma sacola. Uma mulher não dá para comprar uma sacola. Dá para comer, por certo* (E).

Na elaboração da visão de seus negócios, elas também expressam uma preocupação com o desenvolvimento e a emancipação da comunidade. Isso se reflete, por exemplo, na rejeição a uma lógica de escassez, que privilegia poucos e fomenta o individualismo, para a adoção de uma lógica de compartilhamento e de criação de comunidades. Como a perspectiva de empregar outras pessoas que passam por situações semelhantes, quando o empreendimento crescer.

> *Eu fiz um projeto nos cursos que a gente fez, que eu falava "A gente não quer competir com outras lojas de salgados. Por exemplo, não quer competir com as pizzarias, não. A gente quer ser parte desse grupo de pessoas que trabalham com comida. Porque, assim, olha comida chinesa. Vocês adoram comida chinesa. E, assim, nós queremos ter esse espaço". Comida venezuelana, nossa, é muito boa. E, assim, comida colombiana, peruana, todo mundo tem essa oportunidade. Porque todo mundo tem ganas de progredir, de fazer algo. E não de competir, fazer parte* (Y).

> *Quando eu comecei esse negócio, eu pensei assim: "Eu quero que, quando ele estiver próspero, muitas mães possam trabalhar. Desde casa, que possam cuidar da sua família. Não descuidem da sua família, dos seus filhos." Então, o propósito é poder que ele cresça, seja próspero e poder ajudar muitas pessoas, que não tenham os recursos igual assim* (E).

Isso se traduz em ações colaborativas entre os negócios da comunidade. Conforme mencionado, essas mulheres compartilham informações, dicas e se apoiam mutuamente nas redes sociais (ver Figura 9). Além disso, algumas delas ministram aulas de confeitaria em ONGs (ver Figura 11), para que mais pessoas em situação vulnerável possam trilhar um melhor caminho ou, ao menos, um caminho possível.

> *Na ONG onde eu dou aula, eu dou aula para mulheres que sofrem violência de gênero. E para idosos, idosos que os familiares talvez pensem que por serem idosos já não trabalham, não vão encontrar trabalho, não têm algum*

> *sustento para oferecer. [...] e ajudando o próximo, porque se eu já tenho recebido tanto gratuitamente de ONGs, de pessoas como você que me procuram para dar alguma entrevista, porque eu não conseguiria ajudar o próximo. Para não só imigrantes, mas também brasileiros, porque muitas mulheres não trabalham porque não querem deixar seus filhos. Muitas mulheres não trabalham porque o marido não deixa. Então, acho bem importante ajudar o próximo, desde o meu lugar de onde eu consigo, que é a cozinha. E a cozinha é uma terapia para mim, me ajudou muito, pode ajudar a outra pessoa também* (D).

Figura 11 – Post da entrevistada dando aula de confeitaria em ONG

Fonte: Instagram.

Cabe ressaltar a conclusão de Leitão (2023b) sobre a economia criativa, ao afirmar que seus resultados vão além dos negócios em si, como expresso no trecho a seguir:

> Assim, conclui-se que o todo jamais é a soma das partes, ou seja, que o mérito de uma economia de bens e de serviços culturais e criativos não reside nas cifras que produz, mas antes na capacidade de religar as partes ao todo e o todo às partes, fomentando a desconcentração, a inclusão, a proteção e a salvaguarda de territórios, enfim, o estímulo a novos protagonismos (Leitão, 2023b, p. 80).

As práticas desenvolvidas por essas mulheres, e aqui apresentadas, revelam que elas integram e criam uma comunidade-rede, e que as suas atuações possuem também dimensões que contribuem para a emancipação dessa comunidade, permitindo certo afastamento da lógica mercantil hegemônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que começou como um questionamento sobre as práticas de liderança valorizadas no contexto organizacional, tornou-se, por um lado, uma jornada profunda de compreensão das dinâmicas que perpetuam as desigualdades relacionadas ao sexo e à condição migratória enfrentadas pelas mulheres venezuelanas; e, por outro lado, a busca pelas formas por meio das quais reestruturam seu cotidiano, não apenas no sentido estrito da sobrevivência de si e de suas famílias, mas também em direção à formação de redes de sociabilidade nas quais a acolhida e a solidariedade tornam-se fundamentais. Esta pesquisa buscou compreender como elas reconstroem suas vidas na Região Metropolitana de São Paulo, acionam seus capitais – como a identidade venezuelana, por exemplo –, e como se relacionam com o novo território no país de chegada, depois de todo o difícil percurso de migrar e deixar para trás as referências de origem. Destaca-se, nesse processo o reconhecimento do valor virtuoso que o cozinhar e o costurar representam, com ênfase para as sensorialidades e complexidades envolvidas nesse contexto de práticas reinventadas.

Os principais achados mostram que, imersas em condições precárias, essas mulheres articulam suas tradições e habilidades para criar novas oportunidades em um novo contexto. Além disso, a atuação constante na criação de comunidades-redes, seja entre si, com instituições ou entre seus negócios próprios, ressalta a presença de uma dimensão coletiva que contribui para um desenvolvimento com envolvimento.

No entanto, não resta para elas nenhuma outra alternativa a não ser esta: o empreendedorismo. Sendo indocumentadas, ou mesmo quando documentadas, seus diplomas não são reconhecidos rapidamente, são então obrigadas a entrar nesse contexto da informalidade, do trabalho individualizado, do empreendedorismo, que é a única saída para elas. Esse modelo que valoriza a flexibilidade e a autonomia, e que poderia ser positivo, no contexto das mulheres, das mulheres migrantes, das mulheres negras, ou seja, das subalternidades em geral, perpetua as condições precárias. Segundo Jesús Martín Barbero (CLACSO TV, 2014), “el emprendedor es él que va a mandar en este mundo. Pero el emprendedor tiene muy poquito tiempo para demostrarlo, y si no se convierte en dólares puros y duros,

[insulto], lo tiras todo a la basura”. Portanto, essas jovens mulheres estão longe de dominar o mundo do capital.

Estudos dessa natureza são particularmente importantes, pois as políticas afirmativas voltadas para mulheres imigrantes e na condição de refúgio não são suficientes para tirá-las de situações de precarização e vulnerabilidade. Além disso, o aumento no número de mulheres no mercado de trabalho, por si só, não possibilita uma transformação social radical, uma vez que essa inserção pode estar associada a posições precarizadas que perpetuam o modelo vigente de exclusão. Nesse sentido, ainda é possível apostar nas brechas e oportunidades de transformação na ordem social estabelecida; e o reconhecimento das práticas e vozes dessas jovens mulheres imigrantes podem indicar um caminho a ser percorrido.

Adicionalmente, como argumenta Feixa (1996), dado que o foco das pesquisas tem sido predominantemente etnocêntrico, androcêntrico e adultocêntrico, este estudo agrega contribuições para a desconstrução de estereótipos relacionados à mulher, à idade e à condição de refúgio e imigrantes. Os resultados colaboram para a ampliação do debate no campo dos estudos migratórios, trazendo reflexões sobre a presença dessas jovens mulheres no movimento, e, em geral, sobre o papel da mulher na sociedade, especificamente na esfera do trabalho.

Desde o início da realização do mestrado, no segundo semestre de 2021, a questão migratória adquiriu maior relevância, não apenas devido ao aumento do fluxo migratório – com registros de mais de 125 mil venezuelanos entrando no Brasil em 2022 e em 2023 (OBMigra, c.2024) –, mas também com a retomada de ações pelo governo federal sob a gestão de Luis Inácio Lula da Silva a partir de 2023, incluindo a retomada da política nacional migratória iniciada em 2017 (Brasil, c2024d).

Adicionalmente, ficou evidente como a divisão sexual do trabalho permeia tanto as atividades relacionadas aos empreendimentos quanto a distribuição das tarefas familiares, como o cuidado da casa e dos filhos. Nenhuma das entrevistadas escapou de ser a principal responsável pelo cuidado dos filhos, resultando em jornadas de trabalho que frequentemente se tornam duplas ou triplas e, em alguns casos, acumulando outro trabalho além do negócio próprio. O trabalho doméstico, além de não ser remunerado, demanda tempo e energia, limitando a capacidade dessas mulheres de se dedicar aos seus empreendimentos e restringindo sua independência financeira e pessoal.

Na identificação das práticas contra-hegemônicas do cotidiano, ficou evidente como as entrevistadas articulam em seus empreendimentos as tradições que permearam suas trajetórias de vida no país de origem, utilizando-as como expressão e produção identitária em diálogo com a cultura local e nas ações efetivadas nessas "zonas de contato" (Pratt, 1999a). Essa construção se torna fundamental à medida que interagem com o território, participando da disputa por significados no campo social e buscando sair das margens excludentes caracterizada pela situação de mulher migrante.

Promover a visibilidade dessas mulheres, seus negócios e, especialmente, suas práticas contribui para a valorização do novo entorno trazido pelas migrações, especialmente a venezuelana, na Região Metropolitana de São Paulo. Analisar práticas outras que apontam para soluções e adaptações de um estilo de vida a uma determinada situação: por exemplo, a produção do artesanato (Lafuente, 2023), na qual o valor reside no "esforço coletivo e secular de adaptação a um território e seu ambiente" (Lafuente, 2023, p. 334), promove um desenvolvimento que permite envolver a comunidade e consolidar redes de sociablidade.

Cabe reiterar que as práticas identificadas revelam que essas mulheres integram e criam uma comunidade-rede, cujas atuações possuem dimensões que contribuem para a emancipação dessa comunidade, com aspectos que fogem da lógica mercantil.

Enquanto Leitão (2023, p. 111) sugere seguir a proposta de Haraway de "faça parentes e não bebês!" para maior envolvimento das pessoas no desenvolvimento da comunidade, aqui, propõe-se ir um passo além: "seja materno". Essa ideia é exposta aqui como uma perspectiva futura de desenvolvimento de novas reflexões a qual não se limita a promover uma melhor divisão das atividades de cuidado das pessoas e da casa, que tradicionalmente recaem sobre as mães e as mulheres, mas também busca um envolvimento com mais profundidade nas relações, incentivando práticas de cooperação com pessoas fora do núcleo familiar.

Em uma sociedade que privilegia o individualismo e o foco no eu, a figura da mulher, do feminino, tem sido vista como a responsável pelo cuidado de pessoas vulneráveis. Seja a mãe em relação aos filhos ou mulheres em ocupações remuneradas ou não, como cuidadoras de crianças, professoras, assistentes sociais, enfermeiras, entre outros, o papel do cuidado é frequentemente atribuído a elas. O provérbio africano "É preciso uma aldeia para criar uma criança" enfatiza a

importância do envolvimento de uma comunidade na educação e no desenvolvimento de uma criança. Da mesma forma, entende-se que o envolvimento de todos é necessário para apoiar qualquer pessoa em situação vulnerável, como uma criança ou outra condição, e enfrentar as desigualdades presentes na comunidade.

Por fim, embora o número final de entrevistadas para esta dissertação seja pequeno, suas narrativas foram cruciais para tangibilizar o panorama de desigualdades já evidenciado pelos dados quantitativos disponíveis. A ausência de uma delimitação temporal quanto à chegada dessas mulheres no Brasil resultou em poucos relatos sobre o impacto da pandemia de Covid-19, especificamente com relação aos momentos de maior restrição à mobilidade, já que, em alguns casos, esse período foi vivenciado fora do Brasil. Futuras pesquisas poderiam ampliar o número de participantes, explorar o impacto da Covid-19 e aprofundar a reflexão sobre o significado do “seja materno”, além de investigar outros contextos migratórios.

REFERÊNCIAS

ADUS. Instituto de Reintegração do Refugiado. Disponível em: https://adus.org.br.

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, v. 7, p. 7-33, 2001.

ALVARADO, Sara; BORELLI, Silvia Helena; VOMMARO, Pablo. GT Juventud y prácticas políticas en América Latina: comprensiones y aprendizajes de la relación juventud-política-cultura en América Latina desde una perspectiva investigativa plural. *In*: ALVARADO, Sara; VOMMARO, Pablo (eds.). **Jóvenes, políticas y culturas:** experiencias, acercamientos y diversidades. Buenos Aires: Clacso, 2012.

ANNONI, Danielle. Mulheres migrantes e pandemia: vulnerabilidades sobrepostas diante da securitização internacional de fronteiras. *In*: BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luís Renato; NANDY, Shailen (coord.); ZUBEN, Catarina von; MAGALHÃES, Luís Felipe; PARISE, Paolo; DEMÉTRIO, Natália; DOMENICONI, Jóice (org.). **Migrações Internacionais e a pandemia Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020.

AVENTURA DE CONSTRUIR. Disponível em: https://www.aventuradeconstruir.org.br.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119-143, jan./abr. 2017.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Jóice. Imigração internacional na macrometrópole paulista: novas e velhas questões. **Cadernos Metrópole**, v. 22, p. 17-40, 2019.

BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais e a pandemia de covid-19: mudanças na era da migração? *In*: BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luís Renato; NANDY, Shailen (coord.); ZUBEN, Catarina von; MAGALHÃES, Luís Felipe; PARISE, Paolo; DEMÉTRIO, Natália; DOMENICONI, Jóice (org.). **Migrações Internacionais e a pandemia Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; MAGALHÃES FERNANDES, Duval; DOMENICONI, Jóice. Cenário das migrações internacionais no Brasil: antes e depois do início da pandemia de Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 4. 2021. DOI: https://doi.org/10.33239/rjtdh.v4.89.

BARBERO, José Martín. **De los medios a las mediaciones:** Comunicación, cultura y hegemonia. México: Gustavo Gili, 1991.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2017.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades:** limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORELLI, Sílvia Helena Simões; OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves; ROCHA, Rose de Mello. **Jovens na cena metropolitana:** percepções, narrativas e narrativas e modos de comunicação. São Paulo: Paulinas, 2009.

BORELLI, Sílvia Helena Simões; ABOBOREIRA, Ariane. Teorias / metodologias: trajetos de investigação com coletivos juvenis em São Paulo/ Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 1, n. 9, p. 161-172, 2011.

BORELLI, Sílvia Helena Simões; SOARES, Rosana de Lima; PAIVA, Maria; Cláudia S. de; KLAUS, Priscila. Jovens imigrantes na cidade de São Paulo: ações político-culturais, vida cotidiana, resistências. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 19, n. 3, p. 1-23, 2021. DOI: https://doi.org/10.11600/rlcsnj.19.3.4220.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. *In*: RICHARDSON, E. J. (ed.). **Handbook of theory of research for the sociology of education**. New York: GreenwordPress, 1986, p. 46-58.

BOURDIEU, Pierre. **In Other Words:** Essays Toward a Reflexive Sociology. Redwood City: Stanford University, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2018.

BOURDIEU, Pierre. La “juventud” no es más que una palavra. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Sociología y cultura**. México, Grijalbo: Conaculta, 2002.

BRASIL. Decreto nº. 6.975/ 2009. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº. 13.467/ 2017. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. Bases de dados harmonizadas CTPS/RAIS/CAGED. Portal de Imigração. c.2024a. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401201-base-de-dados-harmonizadas-ctps-rais-caged. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Operação Acolhida. c.2024b. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida. Acesso em: 18 mai. 2024.

BRASIL. Portal do Empreendedor. c.2024c. Disponível em: https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor. Acesso em: 1º abr. 2024.

BRASIL. Portal de Imigração. c.2024d. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Pol%C3%ADtica_Nacional_-_GT/PRT_GM_2023_290.pdf. Acesso em: 1º jun. 2024.

BURITICÁ, Maria Margarita Echeverri. Somos muitos, somos diversos e aqui estamos cruzando fronteiras: reflexões sobre a compreensão dos processos migratórios juvenis. **DESidades:** Revista Electrónica de Divulgación Científica de la Infancia y la Juventud, v. 5, n. 16, p. 9-18, 2017.

CÁMARA, Mario. Entre-lugar. *In*: COLOMBI, Beatriz (coord.). **Diccionario de términos críticos de la literatura y la cultura en América Latina**. Buenos Aires: 2021, 556 p.

CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: https://caritas.org.br.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASA VENEZUELA. Disponível em: https://www.casavenezuelabr.com.br.

CAVALCANTI, Leonardo; MACÊDO, Marília de; TONHATI, Tânia; PEREDA, Lorena. Os desafios da nova política migratória brasileira diante do fluxo migratório haitiano e Challenges of Brazilian Migration Policy in the Face of Haitian Migration Flow. **Política, Globalidad y Ciudadanía**, v. 6, Esp.11, jan./jun. 2011.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Wagner Faria de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; TONHATI, Tânia. Os efeitos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho formal para imigrantes no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, XII, 2021; ENCONTRO NACIONAL DO GT POPULAÇÃO E TRABALHO, III, 2021; ENCONTRO NACIONAL DO GT POPULAÇÃO E GÊNERO. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2021, p. 1-14.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **La invención de lo cotidiano 2:** habitar, cocinar. 1. ed. México: Unidersidad Iberoamericana, 1999.

CERZINDO. Disponível em: https://www.cerzindo.org.br.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Hacia la inclusión social juvenil**. Herramientas para el análisis. Santiago de Chile, 2015.

CHAVES, Mariana. Culturas juveniles en la tapa del diario: tensiones entre el margen y el centro de la hoja. *In*: CHAVES, M.; FIDALGO ZEBALLOS, J. E. (coord.). **Políticas de infancia y juventud:** producir sujetos, construir Estado, disputar sentidos (provisorio). Buenos Aires: Espacio, 2013.

CLACSO TV. José Martín Barbero: “Los jóvenes siguen queriendo ser ciudadanos, pero de otro planeta”. YouTube, 5 dez. 2014. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VdvwSHvEob0. Acesso em: 5 ago. 2024.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. Do Estatuto do Estrangeiro à Lei de Migração: avanços e expectativas. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília,

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, n. 26, set. 2019/ abr. 2020.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Infográfico Trabalho Doméstico no Brasil**. 2021. Disponível em: https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html. Acesso em: 10 out. 2023.

DIÉMÉ, Kassoum; TONHATI, Tânia; PEREDA, Lorena. A migração haitiana e a construção de seus “Nortes”: Brasil um “Norte” alternativo e temporário. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 8, n. 19, p. 126-147, 2020. DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.619.

DUTRA, Delia. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **REMHU** - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 21, n. 40, p. 177-193, 2013.

EGGENHOFER-REHART, Petra M.; LATZKE, Markus; PERNKOPF, Katharina; ZELLHOFER, Dominik; MAYRHOFER, Wolfgang; STEYRER, Johannes. Refugees’ career capital welcome? Afghan and Syrian refugee job seekers in Austria. **Journal of Vocational Behavior**, v. 105, p. 31-45, 2018.

FEIJÓ, Janaína. A participação das mulheres negras no mercado de trabalho. **Portal FGV**, 2022. Disponível em: https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho. Acesso em: 11 out. 2023.

FEIXA, Carles. Antropología de las edades. *In*: PRAT, Joan; MARTINEZ, Ángel (eds.). **Ensayos de Antropología Cultural**. Homenaje a Claudio Esteva-Fabregat. Barcelona: Editorial Ariel, 1996, p. 319-335.

FERNÁNDEZ-SAVATER, Amador; HUERTA, Amarela Varela. Silencio, pasividad y disimulo: maneras de escapar cuando no hay salida y una Postdata. **Acta poética**, v. 41, n. 2, p. 29-46, 2020.

FLETCHER, Joyce K. The paradox of postheroic leadership: An essay on gender, power, and transformational change. **The Leadership Quarterly**, n. 15, p. 647-661, 2004.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, Edição Especial, p. 844-856, nov. 2019.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo** (São Paulo, 1991), v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

FUMAGALLI, Carla. Tretas del Débil. *In*: COLOMBI, Beatriz (coord.). **Diccionario de términos críticos de la literatura y la cultura en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2021, 556 p.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Banco de Dados sobre o trabalho das mulheres**. c.2023. Disponível em: https://fcc.org.br/bdmulheres/index.php?area=home%3E. Acesso em: 25 jun. 2023.

GAMLEN, Alan. **Migration and Mobility after the 2020 Pandemic:** The End of an Age? Centre on Migration, Policy and Society, Working Paper Nº. 146. University of Oxford, 2020.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas:** Estrategias para entrar y salir de la modernidad. Barcelona: Grijalbo, 1990.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor; CRUCES, Francisco; POZO, Maritza Urteaga Castro. **Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales**. Barcelona: Ariel, 2012.

GIL, Carmen Gregorio. El estudio de las migraciones internacionales desde una perspectiva del género. **Migraciones**. Publicación del Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones, Madrid, n. 1, p. 145-175, 1997.

GIL, Carmen Gregorio. Mujeres inmigrantes: colonizando sus cuerpos mediante fronteras procreativas, étnico-culturales, sexuales y reproductivas. **Viento Sur**, n. 104, p. 42-54, 2009.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HAAS, Hein de; CASTLES, Stephen; MILLER, Mark, J. **The Age of Migration:** International population movements in the Modern World. 6. ed. Red Globe Press, 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, 480 p.

HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. **Ethnography:** Principles in Practice. London: Routledge, 2019. DOI: 10.4324/9781315146027.

HOOKS, bell. **Teoria Feminista:** da margem ao centro. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Nupcialidade, fecundidade e migração. Resultados da amostra. 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=798. Acesso em: 18 jul. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Contínua Anual – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=28549. Acesso em: 28 set. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Plataforma Países. 2020. Disponível em: https://paises.ibge.gov.br/#/. Acesso em: 28 set. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Contínua Trimestral – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html. Acesso em: 28 set. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIS – Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 152 p.

JAROCHINSKI-SILVA, João Carlos; BAENINGER, Rosana. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **REMHU** - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 29, p. 123-139, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006308.

KALEMBA, Joshua. Global South to Global North youth migration: a decolonial exploration of Black African youth experiences of migrating to and being in Australia. **Journal of Youth Studies**, v. 25, n. 5, 2021. DOI: 10.1080/13676261.2021.1910224.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KROFFT, Laura. Apuntes conceptuales para una antropología de la edad. **Avá**, Revista de Antropología, Programa de Postgrado en Antropología Social de la Universidad Nacional de Misiones, n. 16, p. 171-187. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/pdf/ava/n16/n16a09.pdf.

LAFUENTE, Antonio. Pósfacio: Paisagens comuns: coisas, práticas e situações. *In*: LEITÃO, C. S. (ed.). **Criatividade e emancipação nas comunidades-rede:** contribuições para uma economia criativa brasileira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

LEITÃO, Cláudia Sousa. Da Sociedade em Rede à Comunidade-Rede: a economia criativa brasileira tecendo redes e fazendo comunidades. *In*: LEITÃO, Cláudia Sousa. **Criatividade e emancipação nas comunidades-rede:** contribuições para uma economia criativa brasileira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023a.

LEITÃO, Cláudia Sousa. Desafios de uma economia criativa do Sul para um desenvolvimento com envolvimento. *In:* LEITÃO, Cláudia Sousa. **Criatividade e emancipação nas comunidades-rede:** contribuições para uma economia criativa brasileira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023b.

LEITÃO, Cláudia Sousa. **Criatividade e emancipação nas comunidades-rede:** contribuições para uma economia criativa brasileira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023c.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, v. 12, p. 158-198, 2010.

LUDMER, Josefina. Las tretas del débil. *In*: GONZÁLEZ, Patricia Helena; ORTEGA, Eliana (eds.). **La sartén por el mango**. Puerto Rico: Ediciones Huracán, 1985, p. 47-54.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *In*: DE HOLLANDA, Heloisa B. **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 357-377.

LUGOSI, Peter; ALLIS, Thiago. Migrant entrepreneurship, value-creation practices and urban transformation in São Paulo, Brazil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, n. 13, p. 141-163, 2019.

MACEDO, Letícia. Haiti: Missão de 13 anos do Exército brasileiro deixou legado questionável. **Canal UOL**, 11 jul. 2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2021/07/11/haiti-minustah-missao-de-paz-onu-exercito.htm.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Migração de dependência: considerações teóricas e metodológicas sobre a migração haitiana no Brasil. *In*: BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia Machado; MOREIRA, Júlia Bertino; VEDOVATO, Luís Renato; FERNANDES, Duval; SOUZA, Marta Rovery de; BALTAR, Cláudia Siqueira; PERES, Roberta Guimarães; WALDMAN, Tatiana Chang; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” Nepo/Unicamp, 2018, 976 p.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lúcia. Maria. Machado; BAENINGER, Rosana. Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. **REMHU** - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 26, n. 52, p. 75-94, abr. 2018.

MAMED, Leticia Helena. Haitianos no Brasil: a experiência da etnografia multisituada para investigação de itinerários migratórios e laborais Sul-Sul. *In*: BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia Machado; MOREIRA, Júlia Bertino; VEDOVATO, Luís Renato; FERNANDES, Duval; SOUZA, Marta Rovery de; BALTAR, Cláudia Siqueira; PERES, Roberta Guimarães; WALDMAN, Tatiana Chang; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” Nepo/Unicamp, 2018, 976 p.

MARTINO, Andressa Alves; MOREIRA, Júlia Bertino. A política migratória brasileira para venezuelanos: do “rótulo” da autorização de residência temporária ao do refúgio (2017-2019). **REMHU** - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 28, p. 151-166, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006009.

MEDINA-VINCENT, Maria. Feminismo vs. Neoliberalismo: una reflexión crítica sobre el liderazgo empresarial de las mujeres. **Anthenea Digital**, v. 19, n. 2, jul. 2019.

MENDES, Aylle de Almeida; BRASIL, Deilton Ribeiro. A Nova Lei de Migração Brasileira e sua Regulamentação da Concessão de Vistos aos Migrantes. **Sequência**, Florianópolis, v. 41, n. 84, p. 64-88, 2020. DOI: https://doi.org/10.5007/2177-7055.2020v43n84p64.

MIGRAFLIX. Migraflix. c.2024. Disponível em: https://www.migraflix.com.br/. Acesso em: 21 mai. 2024.

MILKMAN, Ruth. **On gender, labor, and inequality**. University of Illinois Press, 2016.

MISSÃO PAZ. Quem Somos. c.2024. Disponível em: https://missaonspaz.org/. Acesso em: 21 mai. 2024.

MOREIRA, Júlia Bertino; BORBA, Janine Hadassa Oliveira Marques de. Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crises”. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. 1-20, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0137. Acesso em: 18 jul. 2022.

OBMIGRA. Observatório das Migrações Internacionais. Base de dados harmonizados da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). c.2022. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401201-base-de-dados-harmonizadas-ctps-rais-caged. Acesso em: 25 jul. 2022.

OIM/DTM. Agência das Nações Unidas para as Migrações. Brasil nº. 2 - **Monitoramento do Fluxo Migratório Venezuelano**. 2018. Disponível em: https://dtm.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1461/files/reports/OIM_Brasil_DTM_N2-PT_VF.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

OLIVEIRA, Márcio de; KULAITIS, Fernando. Habitus imigrante e capital de mobilidade: a teoria de Pierre Bourdieu aplicada aos estudos migratórios. **Mediações** - Revista de Ciências Sociais, v. 22, n. 1, p. 15-47, 2017.

OLIVEIRA, Tadeu; OLIVEIRA, Wagner Faria de. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho informal. **Périplos** - Revista de Estudos Sobre Migrações, v. 4, n. 2, 2020, p. 65-94. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/34625.

OLIVEIRA, Tadeu. A dinâmica demográfica de imigrantes e refugiados no Brasil da década de 2010. *In*: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Bianca G. (org.). **Relatório Anual 2021** – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Labora. Brasília, DF: OBMigra, 2021, p. 53-75.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Las juventudes latinoamericanas y caribeñas y la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible**. Una mirada desde el sistema de las Naciones Unidas. Santiago de Chile, 2021.

OTERO, Guilherme Arosa Prol; LOTTA, Gabriela Spanghero. International Migration and Federative Co-ordination in Brazil: São Paulo and Porto Alegre Case Studies between 2013 and 2016. **Contexto Internacional**, v. 42, p. 277-301, 2020.

PACHECO, Edith; FLÓREZ, Nelson; HINCAPIÉ, Lia Alejandra. Jóvenes y precarización del trabajo en cuatro países de América Latina (Argentina, Brasil, Colombia, México) *In*: DANZAR en las brumas: género y juventudes en entornos desiguales en América Latina y el Caribe. París: Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura; México: El Colegio de México; Ciudad de Buenos Aires: CLACSO, 2022, p. 111-125.

PASTERNAK, Suzana; D'OTTAVIANO, Camila. Censo 2022: primeiro olhar para a Região Metropolitana de São Paulo. Artigos semanais. **Observatório das Metrópolis**, 27 jul. 2023. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/censo-2022-primeiro-olhar-para-a-regiao-metropolitana-de-sao-paulo/. Acesso em: 24 jul. 2024.

PATIÑO, Marysol. Representaciones sociales, imaginarios y prácticas cotidianas de jóvenes ecuatorianos inmigrantes en España y Francia. *In*: HERRERA, Gioconda; ESPINOSA, María Cristina Carrillo; TORRES, Alicia (eds.). **La migración ecuatoriana**. Transnacionalismo, redes e identidades. Quito, 2005, p. 371-396.

PEREIRA, José Carlos; CARVALHO, Letícia; PARISE, Paolo. Venezuelanos acolhidos na Missão Paz: do lugar para descanso à incidência política e inserção social. *In*: BAENINGER, Rosana; JAROCHINSKI, João Carlos (coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó"-Nepo/Unicamp, 2018, p. 293-303.

PERES, Roberta Guimarães; BAENINGER, Rosana. Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013. **Anais** [...]. Desafios Atuais dos Feminismos. Florianópolis, 2013, 2016, p. 1-16.

PEREYRA, Eduardo Javier; PIZARRO, María Marta. Desmitificando la categoría jóvenes NiNi. Reflexiones a partir de evidencia empírica a nivel nacional para una nueva agenda de políticas juveniles en Argentina. **Studia Politicae**, n. 54, p. 113-136, 2021. DOI: https://dx.doi.org/10.22529/sp.2021.54.04.

PIZARRO, Jorge Martínez. **Migración internacional de jóvenes latinoamericanos y caribeños:** protagonismo y vulnerabilidad. Celade, 2000.

PRATT, Mary Louise. A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco. **Travessia**, n. 38, p. 7-29, 1999a.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império:** relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999b.

RAIS - Relatório Anual de Informações Sociais. Ministério da Economia. 2021. Brasília. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTJlODQ5MWYtYzgyMi00NDA3LWJjNjAtYjI2NTI1MzViYTdlIiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9. Acesso em: 12 jan. 2023.

R4V. Plataforma Regional de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes de Venezuela RAV. c.2023. Disponível em: https://www.r4v.info/es/node/247. Acesso em: 12 jan. 2023.

REGUILLO, Rossana. **Emergencias de culturas juveniles en América Latina**. Norma. Bogotá, 1999.

ROSA, William Torres Laureano da; MERIGUETI, Diego Souza. Venezuelanos acolhidos na Missão Paz: do lugar para descanso à incidência política e inserção social. *In*: BAENINGER, Rosana; JAROCHINSKI, João Carlos (coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”-Nepo/Unicamp, 2018, p. 293-303.

RYE, Johan Fredrik. Youth migration, rurality and class: a Bourdieusian approach. **European Urban and Regional Studies**, v. 18, n. 2, 2011. DOI: 10.1177/0969776410390747.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SALAZAR, Tania Cruz. De Chiapas a California. Experiencia migratoria y cambio cultural en jóvenes indígenas**. Revista Pueblos y Fronteras Digital**, v. 11, n. 22, p. 1-21, 2016.

SANTIAGO, S. **Uma literatura nos trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, Maria Nilda R. Migrantes relatam sentir dor profunda por consequência da pandemia. *In*: BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luís Renato; NANDY, Shailen (coord.); ZUBEN, Catarina von; MAGALHÃES, Luís Felipe; PARISE, Paolo; DEMÉTRIO, Natália; DOMENICONI, Jóice (org.). **Migrações Internacionais e a pandemia Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020, 636 p.

SARMENTO, Gilmara Gomes da Silva; RODRIGUES, Francilene dos Santos. Entre a acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. *In*: BAENINGER, Rosana; Jarochinski-Silva, João Carlos (coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp, 2018.

SENNETT, Richard. **Juntos:** os rituais, os prazeres e a política da cooperação. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SILVA, Camila Rodrigues da. Migração de venezuelanos para São Paulo: reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa. *In*: BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia Machado; MOREIRA, Júlia Bertino; VEDOVATO, Luís Renato; FERNANDES, Duval; SOUZA, Marta Rovery de; BALTAR, Cláudia Siqueira; PERES, Roberta Guimarães; WALDMAN, Tatiana Chang; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” Nepo/Unicamp, 2018, 976 p.

SILVA, Filipe Rezende; LIMA, Cassio Francisco; FERNANDES, Duval Magalhães. Um panorama geral dos imigrantes: haitianos, congoleses, senegaleses e ganeses –

da origem ao destino. *In*: BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia Machado; MOREIRA, Júlia Bertino; VEDOVATO, Luís Renato; FERNANDES, Duval; SOUZA, Marta Rovery de; BALTAR, Cláudia Siqueira; PERES, Roberta Guimarães; WALDMAN, Tatiana Chang; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” Nepo/Unicamp, 2018, 976 p.

SILVA, Sidney Antônio da. Indígenas Venezuelanos em Manaus uma abordagem preliminar sobre políticas de acolhimento. *In*: BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia Machado; MOREIRA, Júlia Bertino; VEDOVATO, Luís Renato; FERNANDES, Duval; SOUZA, Marta Rovery de; BALTAR, Cláudia Siqueira; PERES, Roberta Guimarães; WALDMAN, Tatiana Chang; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” Nepo/Unicamp, 2018, 976 p.

SIMÕES, André; HALLAK NETO, João. **A inserção do imigrante no mercado formal de trabalho brasileiro entre 2011 e 2020**. Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Labora. Brasília: OBMigra, 2021, p. 118-153.

SISMIGRA - Sistema de Registro Nacional Migratório. Polícia Federal. Base de dados. c.2024. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/1733-obmigra/dados/microdados. Acesso em: 20 mai. 2024.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. *In*: DE HOLLANDA, Heloisa B. **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 99-107.

SOUCHAUD, Sylvain. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo. *In*: BAENINGER, Rosana (org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

STI-MAR - Sistema de Tráfego Internacional, Módulo de Alertas e Restrições. Polícia Federal. Base de dados. c.2024. Disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/1733-obmigra/dados/microdados. Acesso em: 20 mai. 2024.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

TONHATI, Tânia; MACEDO, Marília. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). **Périplos**: Revista de Estudos sobre Migrações, Brasília, v. 4, n. 2, p. 125-155, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/35905. Acesso em: 6 jan. 2022.

TONHATI, Tânia; PEREDA, Lorena. A Feminização das migrações no Brasil: a inserção laboral das mulheres imigrantes (2011-2020). *In*: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Bianca G. **Relatório Anual 2021** – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2021.

TONHATI, Tânia; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu. A Decade of Growth in Migration in Brazil (2010–2020) and the Impact of the COVID-19 Pandemic. *In*: HERRERA, Gioconda; GÓMEZ, Carmen (eds.). **Migration in South America**. Springer, 2022.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. Base de dados. c.2023. Disponível em: https://unctadstat.unctad.org/countryprofile/generalprofile/en-gb/332/index.html. Acesso em: 16 jan. 2023.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Juventude do Brasil**. c.2024. Disponível em: https://www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasilia/expertise/youth-brazil. Acesso em: 5 ago. 2024.

VARELA-HUERTA, Amarela. “Luchas migrantes”: un nuevo campo de estudio para la sociología de los disensos. **Andamios**, v. 12, n. 28, p. 145-170, 2015.

VAZQUEZ, Melina. Los Rappi de Milei. **Anfibia**, 10 jul. 2023. Disponível em: https://www.revistaanfibia.com/los-rappi-de-milei/.

VECCHIO, Victor; ALMEIDA, Vitor. Panorama do fluxo migratório de venezuelanos no Brasil e América Latina. *In*: BAENINGER, R; SILVA, J. C. J. (coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - NEPU/UNICAMP, 2018.

VISÃO MUNDIAL. Disponível em: https://visaomundial.org.br.

VOMMARO, Pablo. Juventudes, políticas y generaciones en América Latina: acercamientos teórico-conceptuales para su abordaje. *In*: ALVARADO, Sara Vitoria; VOMMARO, Pablo. (comp.). **En busca de las condiciones juveniles latinoamericanas**. México/Argentina: CLACSO, COLEF, CINDE, Universidad de Manizales, 2014.

VOMMARO, Pablo; VÁZQUEZ, Melina. Entre las persistencias y las emergencias: juventudes y desigualdades en tiempos de pandemia. Acercamientos desde lo laboral, lo educativo y lo territorial. *In*: BORELLI, Silvia Helena Simões; SOARES, Rosana de Lima (org.). **Juventudes:** violência, biocultura, bioresistência. São Paulo: EDUC - Editora da PUCSP, 2022.

XAVIER, Iara Rolnik. A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo. *In*: BAENINGER, Rosana (org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

YAYBOKE, Erol. Five Ways COVID-19 Is Changing Global Migration. **Centre for Strategic & International Studies**, 25 mar. 2020. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/five-ways-covid-19-changing-global-migration. Acesso em: 28 jan. 2023.

ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti; AMARAL, Renata Maria do. Empreendedorismo para Migrantes: relações entre gastronomia, consumo cultural e economia criativa. **E-Compós**, v. 22, 2019.